

A AFETIVIDADE COMO FACILITADORA DA MEDIAÇÃO DE LEITURA E ESCRITA – REFLEXOS DA INFÂNCIA E DEMANDAS PARA O ENSINO SUPERIOR

A MÚSICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS NOVE REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO DOS COREDES.

A PRÁTICA DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E A IDEIA DA SUSTENTABILIDADE.

A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO À DISTÂNCIA E SEUS EFEITOS JURÍDICOS.

A TECNOLOGIA PARA RECONFIGURAR E AMPLIAR AS CAPACIDADES HUMANAS: A CIBRIDIZAÇÃO DO CORPO A PARTIR DOS COMPUTADORES VESTÍVEIS.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL.

ANÁLISE DA SÍNDROME DA FRAGILIDADE: ASPECTOS EMOCIONAIS, COGNITIVOS E FUNCIONAIS.

ANÁLISE DO NÍVEL DE AGRESSIVIDADE DE TREINADORES ESPORTIVOS.

AS TENSÕES DIALÉTICAS DA MODERNIDADE COM VISTAS À TEORIA DE BOAVENTURA SANTOS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013.

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS PELO FENÔMENO MORTE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS DE RITOS FUNERÁRIOS.

AVALIAÇÃO DE DEPRESSÃO E SATISFAÇÃO COM A VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA CIDADE DE IVOTI/RS.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): PORTA DE ENTRADA DE...

COLETIVO RUA E O HOMEM PÚBLICO NO BRASIL.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGICA NO ÂMBITO INSTITUCIONAL NÃO ESCOLAR.

CRIANÇA E CONSUMO: DISCUTINDO AS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DE UMA POSSÍVEL REGULAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL.

DISCURSO E PRÁTICA: A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU DE SÃO LEOPOLDO SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS.

ERGONOMIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS MÓVEIS.

ETNOGRAFIA DA DOR, DA FALTA E DA INCERTEZA: A TRAJETÓRIA SOCIAL DE FAMILIARES DE PESSOAS COM AUTISMO EM BUSCA DE DIREITOS.

GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUENCIAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO.

IDENTIDADE E ALTERIDADE EM O HOMEM DO ANO E GRAN TORINO.

INCLUSÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: DA MARGEM PARA O PROTAGONISMO NA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DAS IDENTIDADES DE GÊNERO.

MATERIALIZANDO A TRANSVERSALIDADE DO GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM CONTEXTO EM (RE)FORMULAÇÃO.

MULHER, ENVELHECIMENTO E CONSUMO.

O DIÁLOGO ENTRE O CURRÍCULO ESCOLAR E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE DE ENSINO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO/RS.

O FILME DESEJO PROIBIDO E O ADJACENTE CONTEXTO FEMININO.

O MITO DE SALOMÉ: TRANSGRESSÃO FEMININA, IMAGINÁRIO E SIGNIFICAÇÃO ARTÍSTICA NO SÉCULO XIX.

ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E NORTE AMERICANO E A PROTEÇÃO DA QUALIDADE DO AR.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MELHORIA DOS ÍNDICES DE REPETÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: EXPERIENCIANDO POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS EM GRUPO.

QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES MÃES E TRABALHADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – RS.

REALIDADE E FICÇÃO NO FILME COCO CHANEL E IGOR STRAVINSKY.

UM ESTUDO SOBRE TERRITÓRIO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.

UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS CAPAS DA REVISTA JUNIOR.

A AFETIVIDADE COMO FACILITADORA DA MEDIAÇÃO DE LEITURA E ESCRITA – REFLEXOS DA INFÂNCIA E DEMANDAS PARA O ENSINO SUPERIOR

Milena Ramos¹ - PUCRS
Claus Dieter Stobäus² - PUCRS

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Desenvolvimento Humano. Educação Superior.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados da pesquisa de Mestrado A pessoa do leitor/escritor durante sua Graduação: fatos, sentimentos e possibilidades, aplicada em alunos da disciplina Educação e Literatura Infantil do curso de Pedagogia da Pucrs, apresentada em fevereiro de 2014.

Os participantes responderam ao questionário na Plataforma Moodle, que também era instrumento de trabalho da disciplina, ao longo de quatro semestres, sendo um total de quatro turmas diferentes entrevistadas ao longo dos dois anos de pesquisa e acompanhamento.

Para este trabalho, abordaremos a questão da pesquisa que buscou aprofundar como se deu o contato com a leitura e a escrita por parte desses alunos de graduação em sua iniciação aos textos e aquisição de hábito e gosto pela leitura e escrita, bem como compreender como teria sido esta mediação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância da leitura, escrita e real compreensão leitora é um compromisso desde o início da formação dos alunos, por todas as disciplinas, e sempre ampliada, nos diversos níveis de ensino.

De acordo com Vygotsky (1999, p. 128):

[...]o aprendizado de uma matéria influencia o desenvolvimento das funções superiores para além dos limites dessa matéria específica; as principais funções psíquicas envolvidas no estudo de várias matérias são interdependentes – suas bases comuns são a consciência e o domínio deliberado, as contribuições principais dos anos escolares. A partir dessas descobertas, conclui-se que todas as matérias escolares básicas atuam como uma disciplina formal, cada uma facilitando o aprendizado das outras; as funções psicológicas por elas estimuladas se desenvolvem ao longo de um processo complexo.

¹ Mestre em Educação – PUCRS – Graduada em Letras pela Unisinos – Revisora de Textos do Sistema Fecomércio-RS.

² Pós-doutor em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid- Espanha, Doutor em Ciências Humanas- Educação, prof. titular, FACED- PUCRS, no Pós-Graduação em Educação e Gerontologia Biomédica, prof. do Centro Universitário La Salle

Alguns alunos, após sua formação nos Ensinos Fundamental e Médio, chegam à Graduação com plenas habilidades de leitura, compreensão e escrita, no entanto muitos demonstram pouca facilidade para tais atividades, o que acaba refletindo-se em seus resultados em quase todas as disciplinas que cursam. Nos cursos de Licenciatura, o problema pode ter um impacto ainda maior, já que os discentes de hoje serão os formadores de amanhã, e sem essas plenas capacidades de linguagem e escrita, torna-se difícil transmiti-las e reforçá-las eficazmente aos seus futuros alunos.

Conforme a Profa. Dra. Maria Inês Côrte Vitória (comunicação oral, 2013): *TODOS podem desenvolver o gosto pela leitura e pela escrita. Gostar de ler e aprender a escrever usufruindo de ambas habilidades como práticas sociais é algo que se ensina e se aprende.*

A cognição está diretamente ligada à emoção, de modo que sem trabalhar esta, dificilmente atingiremos a parte cognitiva que permeia toda a educação.

Segundo Asensio, García Carrasco, Núñez Cubero e Larrosa (2006, p. 23),:

Nos últimos anos, se tem tido conhecimento, inclusive através de publicações que chegaram ao grande público, de trabalhos de alguns cientistas sobre a dinâmica da mente emocional e sua influência no comportamento humano. Frutos de que esse interesse, mais que renovado, inédito, da ciência atual pelas emoções tem sido, por exemplo, a determinação de alguns dos circuitos nervosos envolvidos nelas, entendendo como esses organizam a dinâmica corporal que leva a certos estados afetivos ou o modo como as emoções influenciam a cognição e o comportamento.

A leitura e a escrita passam por esses processos, e pode-se dizer que a parte emocional se reflete diretamente nos hábitos de ler e escrever, nas habilidades para tal, na desinibição em fazê-los, no gosto desenvolvido, isso desde os primeiros anos escolares até a Graduação e, inclusive, para além disso. Ou seja, é preciso que o educador tenha posse dessas informações para possibilitar um desenvolvimento amplo de seus educandos.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa utilizou como instrumento o questionário, e o método escolhido foi a pesquisa escrita, aplicada através da Plataforma Moodle da disciplina Educação e Literatura Infantil do curso de Pedagogia da PUCRS, considerando que a disciplina usa a plataforma como parte integrante de todas as aulas.

A pesquisa é qualitativa, utilizando como técnica a Análise de Conteúdo de Bardin (2006), através da leitura flutuante, que permitiu o estabelecimento de categorias, passando, então, para a análise dos dados coletados.

RESULTADOS

Mediação do primeiro contato com a leitura e a escrita

Este trabalho ateu-se à pergunta do questionário: *Como se deu e/ou se dá teu contato com a leitura e a escrita? Alguém o mediou? Como foi esta mediação?*, a qual gerou a categoria Mediação do primeiro contato com a leitura e a escrita. Seu intuito foi fazer com que os alunos relembassem como foi sua inserção no mundo da leitura e da escrita, quem as mediou e como foi esse processo, para que pudéssemos entender um pouco do leitor/escritor que ora se apresenta na Graduação. Desta categoria, surgiram duas subcategorias: Mediação à leitura e escrita pela família; Mediação à leitura e à escrita pela escola e/ou universidade.

Subcategoria 1 - Leitura e escrita incentivadas pela família

Nesta subcategoria os alunos lembraram momentos marcantes em que a leitura e a escrita foram inseridas pela família em suas vidas. Foi possível perceber que escrever sobre a família contribuindo para algo de extrema importância hoje para eles, estudantes de Pedagogia e futuros professores, que a leitura e a escrita, fez bem, foi como que um resgate de algo bom, uma raiz plantada na infância, por pessoas queridas e estimadas por eles.

Subcategoria 2 - Escola e/ou universidade como mediadoras da leitura e da escrita

Esta foi a segunda subcategoria que surgiu a partir das respostas dadas a pergunta do questionário que estamos abordando aqui. Alguns alunos responderam que a escola foi ou a universidade é o seu principal mediador de leitura e escrita. Percebemos a importância dessa mediação por parte da escola e da universidade, inclusive a mediação indireta, que se dá quando o professor solicita leituras e acaba fazendo com que o aluno entre em contato com os textos e, porventura, venha a desenvolver o gosto por algum tema ou assunto e a leitura propriamente dita, especialmente se for despertado o interesse através da motivação e gosto pelos textos por parte do professor que solicita.

DISCUSSÃO

Percebemos que, mesmo nesta subcategoria em que os sujeitos relataram experiências de mediação da leitura pela família, os pais não foram as figuras centrais.

O afetivo, descobrimos através dos relatos, está intrinsecamente ligado à aquisição da leitura e da escrita. Houve menção à mãe, à tia-avó e à professora como laços afetivos que marcaram sua mediação em leitura e escrita. Provavelmente por ter boa relação com a professora, o sujeito a classificou também como afetivo, o que é possível, mas ultrapassa os

conceitos básicos do ensinar, transferindo-se a um patamar que acreditamos mais elevado, uma vez que a afetividade em sala de aula pode render bons frutos ao alcance dos objetivos do professor.

Conforme Mosquera (1978, p. 91),:

A dimensão afetiva, deste modo, abre uma das perspectivas mais importantes para compreender a pessoa do professor. O homem não é aquilo que representa ser, mas aquilo que ele realmente é, ou que no mínimo, aceita ser, a verdade de sua verdade, a congruência da sua incongruência.

E, acreditamos, um professor que tenha sua afetividade bem trabalhada e desenvolvida, conseguirá ser afetivo com seus alunos também, independente do grau de ensino, marcando positivamente o discente vida afora.

Ainda, é importante pensarmos no trabalho desenvolvido em leitura e escrita na universidade como um todo, no curso de Pedagogia e nos outros também, tendo em vista os benefícios dessas atividades, considerando o alcance da universidade: são muitos jovens, em sua maioria, que representam diferentes parcelas da sociedade, e que estarão, num futuro breve, ocupando postos de trabalho significativos também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou que a mediação da leitura e da escrita deu-se, principalmente, pela família, pela escola ou, ainda, pela universidade. Nos casos em que foi a família, nem sempre foram os pais os mediadores, tendo sido tios e avós, mas percebemos que alguns discursos indicavam o desejo implícito de que tivessem sido os pais, quando afirmam que esta não foi feita por eles. Na escola, por alguns professores dos Ensinos Fundamental e Médio. E, para alguns, essa mediação foi ocorrer somente na universidade, pelos professores, através das solicitações de leitura e de trabalhos escritos. O que denota a possibilidade, e dizemos mais, a responsabilidade que os professores do Ensino Superior tem de instigar, desenvolver, trabalhar e ampliar a leitura e a escrita de seus alunos, já que, para alguns, essa familiaridade pode vir a ocorrer somente na Graduação.

REFERÊNCIAS

ASENSIO, José. M.; GARCÍA CARRASCO, Joaquín.; NÚÑEZ CUBERO, Luis.; LARROSA, Jorge. **La vida emocional**. Barcelona: Ariel, 2006.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo de Bardin**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

CASASSUS, Juan. **Fundamentos da educação emocional**. Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009.

CHRISTOFOLI, Maria C. P. A aprendizagem de língua escrita: construção dos processos de ler e escrever. TREVISAN, A.; MOSQUERA, J. J. M.; PEREIRA, V. W. **Alfabetização e cognição**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.p. 139-145.

DEMO, Pedro. **Leitores para sempre**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

DOHMS, Karina P.; RAMOS, Milena; STOBÄUS, Claus D.; MOSQUERA, Juan José M. **Docente e discente: interinfluências nos processos**. Educação Por Escrito. Edipucrs. Porto Alegre.

ENRICONE, Délcia. **A docência na educação superior: sete olhares**. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1999.

MOSQUERA, Juan J. M. **O professor como pessoa**. Porto Alegre: Sulina, 1978.

MOSQUERA, Juan J. M., STOBÄUS, Claus. D. Leitura: o ato de ler e as diferenças individuais. In: TREVISAN, A.; MOSQUERA, J. J. M.; PEREIRA, V. W. **Alfabetização e cognição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 195-206.

NEVES, Iara C. B., (org.) **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

TREVISAN, Albino; MOSQUERA, Juan José M.; PEREIRA, Vera W. **Alfabetização e cognição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VITÓRIA, Maria I. C.; CHRISTOFOLI, Maria C. P. A escrita no Ensino Superior. **Educação (Santa Maria Online)**, v. 38, p. 41-54, 2013.

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

A MÚSICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS NOVE REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO DOS COREDES

Cristina Rolim Wolffenbüttel¹ - Uergs

Palavras-chave: Educação Musical. Música nas Escolas. Políticas Públicas. COREDEs. Lei nº 11.769/2008.

1. INTRODUÇÃO

A partir da LDB 9.394/96 e da Lei nº 11.769/2008, pesquisadores têm desenvolvido investigações, com vistas à separação das áreas das artes no ensino escolar. Segundo os estudiosos, apesar das mudanças pelas quais a legislação passou até o momento, na prática, ainda o ensino tem sido denominado de educação artística, ou não tem ocorrido a efetiva inserção da música nas escolas. Os estudos e as pesquisas, desde então, têm buscado um entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b) e sobre o ensino de música na escola (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Apesar das tentativas para garantir a presença do ensino de música na educação básica, as políticas mais recentes não têm conseguido legitimar esse esforço. Pesquisas constataam a reduzida presença de professores de música nas escolas (PENNA, 2002, 2004a, 2004b; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Apesar do panorama apresentado nas investigações quanto à parca presença dos professores de música na educação básica, estudiosos também têm apontado que o ensino musical não saiu das escolas, mas que o mesmo vem se apresentando de diferentes formas, nem sempre traduzido como ensino curricular (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005). Investigações acerca da atuação dos professores de música na educação básica apresentam dados sobre o crescimento da atuação dos mesmos nos espaços extracurriculares. A preferência pelas atividades musicais extracurriculares, ou mesmo pela inserção da música através de programas como “Mais Educação”, “Escola Aberta”, dentre outros, também tem sido apontada nas pesquisas.

Partindo destes pressupostos e, considerando-se a existência da legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na escola e a regulamentação de suas diretrizes, surgiram questionamentos em relação à inserção da música nas escolas públicas municipais das Regiões Funcionais de Planejamento dos COREDES (RFPCs): Quantas RFPCs têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de suas redes de ensino? Quantas e quais RFPCs ofertam atividades musicais nos tempos e espaços escolares? Quais ações de inserção da música ocorrem nas escolas públicas das RFPCs? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais em escolas públicas das RFPCs? Quantas e quais RFPCs promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Quantas e quais RFPCs possuem professores com habilitação em música em seus quadros de concursados?

Esta pesquisa, portanto, objetiva investigar a inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se nas nove RFPCs existentes no Rio Grande do Sul, que são: RFPC 1 (Centro Sul, Paranhana/Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitana/Delta do Jacuí), RFPC 2 (Vale do Rio Pardo, Vale do Taquar), RFPC 3 (Hortênsias, Serra, Campos de

¹ Doutora em Música pela UFRGS. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Música: Licenciatura e coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical, na Uergs. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços” (CNPq/Uergs).

Cima da Serra), RFPC 4 (Litoral), RFPC 5 (Sul), RFPC 6 (Campanha e Fronteira Oeste), RFPC 7 (Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro), RFPC 8 (Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari), RFPC 9 (Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Rio da Várzea).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a análise dos dados obtidos utilizar-se-á a Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al.* 1992; BALL, 1994).

Bowe *et al.* (1992) e Ball (1994) propuseram uma caracterização do processo político, a qual subsidiou a elaboração da abordagem do Ciclo de Políticas. Para os autores, ao introduzir a noção de um ciclo contínuo de política, a pretensão ligava-se à tentativa de atrair a atenção para o trabalho de recontextualização política que transita pelas escolas. Todavia, segundo Bowe *et al.* (1992), o panorama das pesquisas escolares requer que seja considerado não somente um currículo nacional, mas também vários outros elementos que constituem a política educacional.

De acordo com os autores, há um ciclo composto de contextos, os quais influenciam e são influenciados. O primeiro contexto é o da influência, no qual a política pública é iniciada. É, também, nesse contexto que os discursos políticos são construídos. É aquele em que as partes interessadas lutam para influenciar a definição e as propostas sociais da educação.

O contexto do texto político, segundo contexto, é composto por textos que representam a política. Essas representações podem assumir diversas formas, incluindo a maioria dos textos jurídicos e, sem dúvida, os documentos oficiais de orientação. Do mesmo modo, os comentários produzidos formal e informalmente também oferecem um sentido ao texto oficial, sendo que nesse viés os meios de comunicação novamente assumem um papel importante. Também, os discursos e as apresentações públicas de políticos e funcionários de relevância, além de vídeos oficiais, entre outras representações, são exemplos de outros meios populares de representação (BOWE *et al.*, 1992).

Políticas, então, são intervenções textuais; contudo, elas também carregam consigo limitações e possibilidades. A resposta a esses textos tem consequências reais. Essas consequências, de acordo com Bowe *et al.* (1992), são experienciadas no âmago do terceiro contexto, denominado pelos autores de contexto da prática. Esse contexto, de acordo com suas explicações, constitui-se na arena da prática a que se refere à política, a quem a política se dirige. O ponto central é que a política não é simplesmente recebida e implementada dentro deste cenário, mas está intensamente sujeita à interpretação, podendo ser, inclusive, recriada.

As pessoas que executam as políticas, segundo Bowe *et al.* (1992), não se confrontam tão ingenuamente com os textos políticos; ao contrário, os que praticam as políticas trazem suas histórias, suas experiências, seus próprios valores e efeitos, e isso se reflete diretamente no sentido da política. As políticas, assim, são interpretadas de modos diversos, como as histórias, experiências, valores, efeitos e interesses que compõem diferentemente qualquer arena, qualquer contexto. Uma explicação simples para isso é que os escritores de políticas não podem controlar o significado de seus próprios textos, pois, segundo Bowe *et al.* (1992), partes do texto poderão ser rejeitadas, outras poderão ser extraídas ou ignoradas, ou ainda, muitas vezes, o texto poderá ser incompreendido pelos leitores. Além disso, de acordo com os autores, novamente a interpretação é uma questão de luta. Diferentes interpretações estão sujeitas à contestação, assim como as interpretações se relacionam aos diferentes interesses, uma ou outra interpretação predominará, muito embora leituras desviantes ou minoritárias também sejam importantes de aparecer no processo.

Passados dois anos da edição da proposta da abordagem do Ciclo de Políticas, Ball (1994) deu continuidade aos estudos, expandindo a abordagem do Ciclo de Políticas, acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos efeitos e o contexto da estratégia política. Assim, agrupando ambas propostas de Bowe *et al.* (1992) e Ball (1994), tem-se os cinco contextos,

quais sejam: contexto da influência, contexto do texto político, contexto da prática, contexto dos efeitos e contexto da estratégia política.

O contexto dos efeitos, inicialmente denominado por Ball (1994) como contexto dos resultados, preocupa-se com questões tais como justiça, igualdade e liberdade individual. Apesar de Ball (1994) tê-lo denominado de contexto dos resultados, o próprio autor retomou essa denominação, explicando que a ideia de efeitos das políticas resulta mais apropriada, pois muitas vezes o que se observam são efeitos e não propriamente resultados.

De acordo com Ball (1994), os efeitos das políticas podem se apresentar em duas categorias, os efeitos gerais e os efeitos específicos. Para o autor, os efeitos gerais de uma política apresentam-se quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas – que, por sua vez, se apresentam no contexto da prática – são agrupados e analisados. Os efeitos gerais das políticas são, por vezes, negligenciados em estudos mais particularizados em relação às mudanças ou os textos políticos como determinantes do impacto na prática. Se analisados isoladamente, os efeitos específicos podem parecer limitados. Entretanto, ao ser considerada em conjunto com os efeitos gerais, a análise torna-se diferente (BALL, 1994).

Nesse sentido, de acordo com Ball (1994), a divisão dos efeitos em gerais e específicos, sugere que a análise de uma política deva envolver o exame dessas duas dimensões, bem como das interfaces da política em estudo com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas.

Ball (1994) aponta a necessidade de as políticas locais serem tomadas como ponto de partida para a análise de aspectos mais amplos da política; mas, para isso, é importante que a análise seja ampliada.

O contexto da estratégia política envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para o trato com as desigualdades originadas pela política em estudo. Esse componente, de acordo com Ball (1994), é essencial para a pesquisa social crítica. Conforme o autor, esse trabalho é produzido para uma utilização estratégica em embates e situações sociais específicas.

Ao apresentar sua abordagem, Ball (1994) postula a necessidade de as teorias em política educacional estarem desvinculadas dos trabalhos do Estado. Segundo o autor, a política é uma “economia de poder”, um conjunto de tecnologias e práticas, cujas realizações e lutas ocorrem acima dos arranjos locais. Política é, ao mesmo tempo, texto e ação, palavras e contratos; isso é o que se representa e o que se pretende. Políticas são sempre incompletas, básicas e simples. A prática é sofisticada, contingente, complexa e instável. A política como prática é criada em uma “trialética” da dominação de dominação, resistência e caos/liberdade. Então, a política não é simplesmente uma assimetria de poder. O controle ou a dominação nem sempre podem ser totalmente seguros ou tranqüilos, em parte devido à agência.

Ball (1994), ao propor a abordagem do Ciclo de Políticas, em parceria com Bowe *et al.* (1992), bem como sua expansão, não pretendeu minimizar ou subestimar os efeitos ou impactos das políticas, mas sua intenção foi a de problematizar todo o processo subjacente à proposta da abordagem.

A partir do exposto a Abordagem do Ciclo de Políticas será utilizada como referencial teórico para a análise da inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se nas nove Regiões Funcionais de Planejamento dos COREDES existentes no Rio Grande do Sul.

3. METODOLOGIA

Para a realização desta investigação, que se encontra em andamento, estruturou-se uma metodologia fundamentada na abordagem quantitativa, tendo como método o *survey* interseccional (COHEN, MANION, 1994; BABBIE, 1999) de grande porte e a aplicação de questionários autoadministrados como técnica (LAVILLE; DIONE, 1999).

Os procedimentos para a coleta de dados ocorrerão através dos contatos com as secretarias municipais de educação das nove RFPCs. Inicialmente será realizada uma busca virtual na internet,

com vistas a encontrar informações sobre estas secretarias. De posse destas possíveis informações, será organizada uma tabela, procurando unir estes dados. Posteriormente, será realizado um contato com estas secretarias, quer seja através de e-mail ou via contato telefônico, a fim de apresentar a pesquisa, esclarecendo os objetivos da mesma.

Procurar-se-á, nesses contatos iniciais, buscar pessoas de referência em cada secretaria, com a qual seja possível um constante contato, tendo em vista o retorno do questionário. Para otimizar o processo de coleta dos dados entrar-se-á em contato com as representações das nove RFPCs, com vistas a otimizar esta etapa da pesquisa.

Após os contatos iniciais, será encaminhado o questionário autoadministrado por correio eletrônico. O material a ser enviado constitui-se de uma carta de apresentação da pesquisa, contendo as explicações sobre finalidades e objetivos da mesma, além da solicitação da data para o retorno do material encaminhado e do questionário autoadministrado.

Após os procedimentos para a coleta de dados e, de posse dos questionários autoadministrados respondidos pelas secretarias municipais de educação das RFPCs, será realizada a análise dos dados. Proceder-se-á à checagem dos questionários, identificando possíveis inconsistências nas respostas, ou mesmo inexistência e/ou incompletude de respostas. Após esta etapa, será realizada a redução dos dados, com vistas à atribuição de códigos para cada uma das questões. Após esta etapa, os questionários serão analisados no todo, a fim de compreendê-los como um conjunto, buscando responder às questões de pesquisa.

A partir do referencial teórico selecionado para esta investigação, os dados coletados serão analisados, auxiliando na compreensão de como a música está inserida em públicas municipais considerando-se as RFPCs.

4. RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÕES

Até o momento já foram coletados quase a totalidade de dados em 3 RFPCs, quais sejam, da RFPC 1, RFPC 2 e RFPC 4.

Na RFPC 1, que inclui os COREDES Centro Sul, Paranhana/Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitana/Delta do Jacuí, só está faltando a finalização do Vale do Rio dos Sinos. Na RFPC 2, dos COREDES do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari, ainda resta a coleta dos dados no Vale do Rio Pardo. A RFPC 4, do COREDE do Litoral já foi totalmente mapeada.

De um modo geral pode-se afirmar que as escolas públicas municipais destas regiões funcionais de planejamento se encontram em sintonia. Constatou-se que as secretarias municipais educação dos municípios da região não têm promovido concursos para professores com habilitação em música. Porém, grande parte das escolas promove ações musicais, através da existência de bandas e outros conjuntos musicais em seus tempos e espaços. Dentre os dados coletados salientaram-se a situação do ensino de música quanto às atividades desenvolvidas, os profissionais que atuam na área, formação desses profissionais, municípios que realizaram concurso para professores de música, bem como o número de professores concursados para a trabalharem com música. Dentre os dados obtidos tem-se a presença diária da música na Educação Infantil e a formação continuada de docentes, nesse nível educacional, na área da música, como seminários, oficinas de musicalização e curso de extensão em música. Além disso, aparecem atividades musicais diversificadas presentes nas escolas, entre elas roda cantada, brincadeira de roda, ginástica com música, estudo de ritmos, dança utilizando a música, história sonorizada, jogos musicais e confecção de instrumentos musicais. A música como atividade na escola ganha espaço, também, na organização de apresentações musicais, horas cívicas, execução de hinos e audição de música. Os recursos disponibilizados e de maior utilização para a realização musical são os aparelhos de CD e DVD. Quanto aos instrumentos musicais, o violão é o mais usado. Em relação à formação de docentes que estão atuando com música nas escolas, quatro estão cursando a licenciatura em

música. A maior parte dos que executam as atividades musicais não tem formação específica em música e quanto a concursos na área, apenas um município estava em fase organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os dados desta investigação, bem como os dados de outras pesquisas que têm sido empreendidas no Rio Grande do Sul e no Brasil, poderão subsidiar macro e microanálises das políticas públicas em educação musical no país, bem como fundamentar a construção de políticas públicas para a implementação da música nas escolas do país.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

BALL, S. J. *Educational reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R. *et al. Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

COHEN, L., MANION, L. *Research methods in education*. London: Routledge, 4ª ed., 1994.

DEL BEN, L. M. *Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

DINIZ, L. N. *Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUKS, R. *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

LAVILLE, C., DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

_____. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. *et al.* A música na escola. In: *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

A PRÁTICA DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E A IDEIA DA SUSTENTABILIDADE

Anderson von Heimburg¹

Cristiane Feldmann Dutra²

Moisés de Oliveira Matusiak³

Rodrigo da Silva⁴

Rodrigo Hamilton dos Santos⁵

Suely Marisco Gayer⁶

Uniritter

PALAVRAS-CHAVES: Obsolescência programada. Consumo em massa. Práticas empresariais. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO: Este trabalho busca abordar o tema da obsolescência programada dos produtos colocados no mercado, em contraposição a ideia do consumo sustentável. A prática de mercado dos fabricantes, em disponibilizar para consumo produtos que em um curto espaço de tempo se tornarão obsoletos, o que vai ao encontro do consumo massificado, trazem um forte impacto ambiental. Tudo isso envolve desde a escolha das matérias-primas para fabricação de produtos até a decisão acerca da sua durabilidade. O trabalho é feito através de pesquisa bibliográfica e conceitual, bem como possível pesquisa de campo. **Tema:** obsolescência programada. **Delimitação do tema:** a obsolescência programada e o consumo sustentável. **Contextualização e justificativa:** A preocupação ambiental atual da escassez dos recursos naturais, e o fortalecimento da ideia do consumo sustentável, confrontam com a prática dos fabricantes em colocar produtos no mercado que estão sujeitos à durabilidade reduzida, conhecida como obsolescência programada. Quando se fala em meio ambiente, a preocupação com o descarte de tais produtos e acúmulo de resíduos sólidos torna-se preocupante. O tema, pouco conhecido e estudado, necessita ser, cada vez mais, aprofundado

¹ Mestre em Direitos Humanos pelo Uniritter e graduado em Direito pela Unijuí.

² Mestranda em Direitos Humanos UniRitter, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho IDC, Especialista em Direito Civil e Processo Civil IDC, Graduada em Direito ULBRA.

³ Mestrando em Direitos Humanos UniRitter, Especialista em Direito Penal e Processo Penal UniRitter, Graduada em Direito UniRitter.

⁴ Mestre em Direitos Humanos pelo UniRitter, pós-graduado pela PUCRS e graduado em Direito pela UniRitter.

⁵ Mestrando em Direitos Humanos UniRitter, Especialista em Direito Civil UniRitter, Graduada em Direito na ULBRA.

⁶ Mestre em Direitos Humanos pelo Uniritter e graduada em Direito pela Unijuí.

para que a consciência do consumidor possa ser cada vez mais clara. **Problema da Pesquisa:** Com o decorrer dos tempos, a forma como se estabelece a relação de consumo mudou, e isso trouxe a questão do consumismo cada vez mais forte. Consumidores, incentivados pela publicidade, são instigados a comprar mais e mais. A obsolescência programada dos produtos colocados no mercado impulsiona tal consumismo, e faz com que cada vez se obtenha mais acúmulo de resíduos sólidos. O estímulo dos fornecedores, para que cada vez mais os produtos sejam adquiridos, e mais rapidamente ainda, descartados é preocupante, no sentido da sustentabilidade. Diante disso, os consumidores precisam ser preparados para consumir aquilo que realmente precisam e não estimulados por uma prática que visa somente o lucro, sem se preocupar com as gerações futuras. **Objetivo geral:** Juntamente com a ideia de consumo sustentável, o presente resumo busca conceituar e esclarecer a obsolescência programada dos produtos colocados no mercado, e dar ênfase a importância de práticas empresariais na busca pela preservação dos recursos naturais e sua influência nas ações dos consumidores. **Objetivos Específicos:** Analisar o conceito do termo obsolescência programada, de forma a buscar meios de preparar o consumidor para que tal prática não seja aplicada de forma desonesta. Apurar se há formas possíveis de inibir tal prática, que traz como consequência o acúmulo de grande quantidade de resíduos sólidos, além de outros impactos ambientais, sociais e econômicos das empresas e dos seus produtos (cadeias produtivas). **Procedimento Metodológico:** O método escolhido é o hipotético-dedutivo, utilizando-se da pesquisa basicamente da pesquisa bibliográfica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A obsolescência nada mais é que a prática adotada por fabricantes, de gerenciar produtos no mercado, considerando um determinado tempo e condições de vida útil deste produto. Alguns desses acabam por serem descartados do mercado por não cumprir mais com suas funções, e são substituídos por outros mais modernos, e obviamente melhores. Há, ainda, produtos que são substituídos em função da quebra ou desgaste precoces, ou seja, deixam de cumprir a função para a qual foram planejados e adquiridos. Por fim, existe ainda a obsolescência pelo desejo, que atua no psicológico do consumidor, quando um produto simplesmente deixa de ser da moda, na maioria das vezes, mesmo estando em perfeitas condições de uso.⁷

Os membros dessa sociedade exigem produtos diferenciados para atender a uma insatisfação psicológica permanente em que as mercadorias adquiridas apresentam utilidade marginal decrescente, ou seja, cada artigo mostra-se menos útil funcionalmente, pois atende a carências emocionais e de auto-estima. Os recursos de

⁷ GIACOMINI, Gino Filho. Consumidor versus propaganda. São Paulo: Summus Editorial, 1991, p.75.

Annie Leonard conceitua o tema como a estratégia de mercado em lançar produtos com durabilidade reduzida, ou não mais disponibilidade de peças para reposição em produtos usados, como obsolescência programada. Já a modalidade percebida, a autora mencionada classifica como aquela mais tendente a atuar sob o psicológico do consumidor, é quando o gosto e a moda passam a ser considerados como fatores de escolha determinantes de compra.⁹

Importante ressaltar ainda, que o fenômeno da obsolescência programada ou planejada é fortemente defendido e praticado por fornecedores visando o lucro, isso porque sem a adoção dessa prática, o fornecedor será forçado a aguardar ciclos de tempo até vendas futuras, geralmente por longos períodos, diminuindo suas vendas e conseqüentemente, seus lucros.¹⁰

Já a ideia de consumo sustentável defende que o planeta não pode suportar os velhos padrões utilizados nas últimas décadas para a extração, produção, comercialização e descarte de bens, o que vai de encontro ao que prega a prática da obsolescência.

Por fim, a questão do descarte dos produtos adquiridos sob o estímulo e conseqüências da adoção da obsolescência programada faz com que “nossas casas sejam basicamente centros de processamento de lixo”.¹¹

Tudo isso, definitivamente, não é o melhor caminho para a busca do consumo sustentável e garantia da preservação do meio ambiente às gerações futuras.

RESULTADOS: Assim, conforme este estudo, a questão da sustentabilidade do meio em que vivemos, a preservação dos recursos naturais às gerações futuras sofrem graves ameaças. A adoção e sucesso de tal prática, em uma de suas conseqüências mais evidentes, traz o descarte rápido de bens, causando um acúmulo de lixo que não tem aonde ser depositado, nem mesmo reciclado de forma coerente.

⁸ GIACOMINI, Gino Filho. **Consumidor versus propaganda**. São Paulo: Summus Editorial, 1991, p.45.

⁹ LEONARD, Annie. **A História das Coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com as coisas que consumimos. Trad. Heloisa Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.176.

¹⁰ VIO, Daniel de Avila. O Poder Econômico e a Obsolescência Programada de Produtos, **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, Ano XLIII, n.133, janeiro-março de 2004, p.193-194.

¹¹ LEONARD, Annie. **A História das Coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com as coisas que consumimos. Trad. Heloisa Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.191.

DISCUSSÃO: O presente resumo permite perceber que a prática adotada pelos fabricantes, para reduzir o ciclo de vida dos produtos colocados no mercado, denominada de obsolescência programada, visando exclusivamente o lucro, atinge diretamente o meio ambiente e os consumidores precisam ser preparados para que possam defender uma consciência ambientalmente correta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Assim, essa espécie de estratégia para o consumo, partindo da premissa de que as pessoas não podem possuir limites para aquilo que consomem, transformando-se em um meio de estimular o consumidor pelo novo e fazer com que ele sempre tenha interesse naquilo que ainda não possui, e isso só pode ser alcançado quando os produtos são fabricados de forma a serem programados para o lixo. Progressivamente, empresas precisam perceber que medidas com base em sustentabilidade, quer na produção, utilização e descarte de produtos e matérias-primas precisam urgentemente serem adotadas, estimulando a formação de um consumidor consciente.

Referências Bibliográficas:

BAGGIO, Andrea. MANCIA, Karen. A proteção do consumidor e o consumo sustentável: análise jurídica da extensão da durabilidade dos produtos e o atendimento ao princípio da confiança, disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/02_409.pdf

BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Saraiva, 2008.

GALVÃO, Flávia Nobre. Desenvolvimento Sustentável e Capitalismo: Possibilidades e Utopias, em Revista IOB de Direito Administrativo. São Paulo: IOB Thomson, 2006, p. 106-119.

GIACOMINI, Gino Filho. Consumidor versus propaganda. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

LEONARD, Annie. A História das Coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com as coisas que consumimos. Trad. Heloisa Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

The Future We Want Rio+20, disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/381/64/PDF/N1238164.pdf?OpenElement>

VIO, Daniel de Avila. O Poder Econômico e a Obsolescência Programada de Produtos, Revista de Direito Mercantil, São Paulo, Ano XLIII, n.133, janeiro-março de 2004, p.193-194.

A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO À DISTÂNCIA E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

Ellen Lindemann Wother*¹



Katia Jaqueline Rech Medeiros Rodrigues*²



Palavras-chave: Trabalho à distância. Telemática. Subordinação. Jornada de Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema:

A regulamentação legal do trabalho à distância

1.2 Delimitação do tema:

Trabalho à distância

1.3 Contextualização e justificativa:

Em dezembro de 2011 entrou em vigor a Lei nº 12.551/2011, que alterou a redação do artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, que enuncia não existir distinção entre o trabalho realizado na empresa e o realizado em casa ou à distância, bem como equiparou os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Nesse contexto, o artigo 6º da CLT passou a ter a seguinte redação:

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

¹ Pós-graduada *lato sensu* (especialista) em Direito do Trabalho pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo/RS. Advogada. Mestranda no Centro Universitário Ritter dos Reis – Porto Alegre/RS.

² Pós-graduada *lato sensu* (especialista) em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogada e Professora. Mestranda no Centro Universitário Ritter dos Reis – Porto Alegre/RS.

Consoante a nova legislação, os trabalhadores podem laborar no estabelecimento do empregador ou à distância, usando ou não meios telemáticos ou informatizados para manter uma comunicação com seu empregador e colegas, ou, ainda, utilizando os referidos meios tecnológicos como ferramentas de trabalho, para viabilizar a conclusão das tarefas.

1.4 Problema de pesquisa:

O presente trabalho versa sobre a nova redação do art. 6º da CLT que regulamenta o trabalho à distância no ordenamento jurídico brasileiro.

O escopo do estudo consiste na verificação dos efeitos jurídicos da nova regra legal para os atores das relações trabalhistas, notadamente no concernente a configuração de vínculo de emprego e trabalho em jornada extraordinária.

1.5 Objetivo geral

Investigar o impacto jurídico da regulamentação do trabalho à distância nas relações de emprego.

1.6 Objetivos específicos

- a) Estudar o conceito de trabalho à distância e verificar seus desdobramentos.
- b) Analisar a modernização do conceito jurídico de subordinação, que é requisito essencial para a configuração do vínculo de emprego entre o tomador e o prestador de trabalho.
- c) Analisar o controle da jornada de trabalho pelo empregador através da tecnologia.
- d) Analisar os prós e contras do trabalho à distância.
- e) Verificar a utilização prática do trabalho à distância e seus efeitos.

1.7 Procedimento metodológico

A metodologia utilizada consistiu na análise qualitativa do material resultante da pesquisa bibliográfica, composta por livros, periódicos, jurisprudência, legislação e outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O trabalho à distância

A alteração legislativa em comento refere-se ao trabalho à distância, que também pode ser denominado como teletrabalho, trabalho remoto, trabalho periférico, trabalho em domicílio ou trabalho em *home office*.

Na modalidade de trabalho à distância o empregado (teletrabalhador) labora fora da sede física da empresa, mantendo vínculos de subordinação com ela, através dos recursos das tecnologias da informação e comunicação.³

Outro desdobramento da mesma modalidade de trabalho seria aquele que é prestado pelo empregado que está em movimento em atividades externas, mantendo-se em contato permanente com a empresa ou à disposição de ser contatado por seu empregador, através de meios de comunicação, que podem ser telemáticos e informatizados.

Podem ser considerados como meios telemáticos e informatizados mencionados no artigo 6º da CLT os seguintes: telefone (fixo ou celular), computador, e-mail, conversação instantânea pela Internet, *smarthphone*, *pager*, *bipe*, *tablet*, *palm top*, fax, aparelho de comunicação via rádio, equipamentos de rastreamento e monitoramento de veículos, etc...

2.2 A modernização do conceito jurídico de subordinação

Existem diversos tipos de relações de trabalho (autônomo, avulso, voluntário, estágio, emprego, etc...). Para uma relação de emprego ficar configurada, se faz necessária a presença conjunta de todos os seguintes requisitos: pessoalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e que o trabalho seja exercido por pessoa física.

Ou seja, é empregado o trabalhador que prestar serviços pessoalmente para outra pessoa ou empresa, de forma habitual (não-eventual), mediante contraprestação (onerosidade) e subordinado juridicamente ao contratante.

O jurista Sergio Pinto Martins conceitua: "Subordinação é o aspecto da relação de emprego visto pelo lado do empregado, enquanto poder de direção é a mesma acepção vista pelo ângulo do empregador".⁴

³ SZUPSZYNSKI, Vanessa Del Rio. A Relação de Emprego dos teletrabalhadores docentes. In: OLIVEIRA, Cíntia M. de; DORNELES, Leandro Amaral D. de. **Temas de Direito e Processo do Trabalho**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. p.304. v.1.

⁴ MARTINS, Sergio Pinto. **Comentários à CLT**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 31.

Com o novel texto do artigo 6º consolidado não se discute mais que os meios telemáticos e informatizados servem para o empregador comandar, controlar e supervisionar seus empregados, bem como fica pacificado que o trabalho do obreiro, mesmo que realizado à distância ou em sua casa, não difere do que é prestado na sede física da empresa, com ou sem o uso de meios telemáticos e informatizados. Ainda, perdem força as teses jurídicas que defendem a parassubordinação (ou subordinação mitigada) como excludente da natureza empregatícia de muitas relações laborais mascaradas por fraudulentos contratos de prestação de serviços autônomos.

Percebe-se que o conceito de subordinação não é mais tão rígido e segue amoldando-se gradativamente às novas realidades sócio-econômicas e diferentes perfis de trabalhadores, como o caso, por exemplo, dos “trabalhadores da área da informática que prestam serviços em casa, em terminais eletrônicos, a favor de tomadores de serviços que os contratam à distância para prestação de serviços não eventuais”.⁵

2.3 Controle da jornada de trabalho através da tecnologia

O intuito do legislador ao alterar o artigo 6º da CLT não se limita a contemplar tão somente as questões a respeito da subordinação jurídica e jornada de trabalho, tendo em vista outros possíveis desdobramentos, como, por exemplo, a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho e o combate ao *dumping social*, decorrente da concorrência desleal que explora mão-de-obra barata.

3. METODOLOGIA

O estudo teve como embasamento a Consolidação das Leis do Trabalho, a jurisprudência dos Tribunais Trabalhistas da República e do Tribunal Superior do Trabalho e a doutrina (livros, periódicos, artigos e pareceres).

4. RESULTADOS

No ano de 2012 o Tribunal Superior do Trabalho adotou o *home office* e conta com trinta servidores laborando á distância. Neste mês de julho, foi publicado pelo Tribunal

5LIMA, Marco Antonio Aparecido de. A nova redação do artigo 6º da CLT – teletrabalho, home office ou anywhere Office .Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16, MI148522,21048-A+nova+redacao+do+artigo+6+da+CLT+teletrabalho+home+office+ou>>. Acesso em 24 set 2013.

Superior do Trabalho o Ato nº 327/2017 que amplia para 50% o percentual de servidores que poderão solicitar o benefício do teletrabalho.

Conforme declarado pelo Ministro do Tribunal Barros Levenhagen, o projeto piloto teve resultado *"extremamente positivo"*, visto que *"a produtividade dos servidores que participaram da primeira etapa de implantação do teletrabalho aumentou muito"*.

5. DISCUSSÃO

Por mais surreal que pareça, os empregadores poderão obter benefícios ao se ajustar à nova legislação com a implantação de novas metodologias nas rotinas de trabalho, que servirão para a prevenção de passivos trabalhistas, bem como para melhorar a produtividade dos colaboradores e reduzir despesas, o que poderá ser feito com a adoção de novas ferramentas para facilitar o trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova redação do artigo 6º da CLT equipara o trabalho à distância com o que é prestado no estabelecimento do empregador, e deixa claro que, em face dos avanços tecnológicos, o empregador pode exercer seu poder diretivo através de meios telemáticos e informatizados. A alteração legislativa objeto deste estudo demonstra a intenção do legislador de desestimular contratações fraudulentas de trabalhadores à margem da informalidade, bem como evitar que os meios tecnológicos sejam subterfúgios para empregados ficarem conectados ao trabalho mesmo após encerrar a jornada normal, sem a devida contraprestação e em prejuízo de sua saúde e vida pessoal.

A nova redação do artigo 6º da CLT vai muito além das consequências jurídicas e financeiras, como as horas extras e o sobreaviso. A nova norma enuncia o direito do trabalhador de desconectar-se do trabalho, o que poderá servir como fundamento de inúmeras outras questões, em especial as atinentes a segurança e saúde dos trabalhadores, que quando prejudicadas lesam os empregados e sempre afetam a produtividade e competitividade da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Paula. TST amplia percentual de servidores que podem optar por trabalhar em casa. **Notícias do TST**, Brasília, 18 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/noticias>> Acesso em 23 jul. 2014.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Acórdão do recurso de revista n. 43700-46.2002.5.03.0002. Relatora Desembargadora Maria de Assis Calsing. 07 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=ConsultaR&conscsjt=&numeroTst=0043700&digitoTst=46&anoTst=2002&orgaoTst=5&tribunalTst=03&varaTst=0002>>. Acesso em 15 set. 2013.

CARREIRO, Líbia Martins. Morte por excesso de trabalho (Karoshi). **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v.46, n.76, p.131-141, jul./dez.2007. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Libia_Carreiro.pdf>. Acesso em 10 jan. 2012.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 8 ed. São Paulo: Método, 2013.

CASSAR, Vólia Bonfim. *Princípios trabalhistas, novas profissões, globalização da economia e flexibilização das normas trabalhistas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Novas Tecnologias e uma Parte do Novo Mundo do Trabalho. **Revista Síntese**, n. 268, out. 2011. p. 57-58.

LIMA, Marco Antonio Aparecido de. **A nova redação do artigo 6º da CLT – teletrabalho, home office ou anywhere Office**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI148522,21048-A+nova+redacao+do+artigo+6+da+CLT+teletrabalho+home+office+ou>>. Acesso em 24 set 2013.

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina. *Visão atual da subordinação no direito do trabalho*. In: FREIRE E SILVA, Bruno (org.). **Leituras complementares de direito e processo do trabalho**. Salvador: JusPodivm, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. **Comentários à CLT**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 31.

NAIDITCH, Suzana. O fim dos Workaholics. **Revista Exame**, 28 jun. 2007. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0896/noticias/o-fim-dos-workaholics-m0132494>> Acesso em 12 jan. 2012.

OSCAR, Naiana. 10,6 milhões de teletrabalhadores no Brasil. **Estadão**, 01 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.gohome.com.br/estado-106-milhoes-de-teletrabalhadores-no-brasil/>> Acesso em 19 set. 2013.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 23, 2003. Disponível em: <http://trt15.gov.br/escola_da_magistratura/Rev23Art17.pdf>. Acesso em 17 set. 2008.

SZUPSZYNSKI, Vanessa Del Rio. A Relação de Emprego dos teletrabalhadores docentes. In: OLIVEIRA, Cíntia M. de; DORNELES, Leandro Amaral D. de. **Temas de Direito e Processo do Trabalho**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. p.304. v.1.

A TECNOLOGIA PARA RECONFIGURAR E AMPLIAR AS CAPACIDADES HUMANAS:

A Cibridização do Corpo a Partir dos Computadores Vestíveis

Aline Corso¹ - Universidade Feevale
Sandra Portella Montardo² - Universidade Feevale

Palavras-chave: Computadores Vestíveis. Cibridização. Ciborgue.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma abordagem acerca dos temas computadores vestíveis e ciborgues, propondo uma reflexão quanto a cibridização (ou ciborguização) do corpo humano. A palavra cíbrido resulta da ligação de ciber (digital) e híbrido (mistura), ou seja, refere-se a junção do corpo biológico com a tecnologia. Já o ciborgue (ou *cyborg*) deriva da ligação das palavras inglesas *cybernetic* e *organism*, ou seja, é um organismo cibernético, junção de máquina e organismo, possuidor de uma parte dada e outra construída (HARAWAY, 2009, p. 36).

A computação vestível é uma área interdisciplinar cujo principal objetivo é estudar como a tecnologia pode se integrar ao corpo humano e vem sendo apontada como um dos assuntos de maior relevância tecnológica dos últimos anos - essa visibilidade cresceu em 2012, quando o Google pré-lançou o Google Glass³, computador vestível em formato de óculos e que permite a interação de usuários e conteúdos de realidade aumentada⁴.

Segundo a pesquisadora brasileira Luisa Paraguai Donati, os computadores vestíveis são um tipo de computador cujas características básicas são: estar adicionado ao corpo do usuário, permitindo o acesso a informações de forma simples enquanto realiza suas atividades cotidianas, além de auxiliar em atividades motoras e/ou cognitivas (DONATI, 2004). Já para Steve Mann, pesquisador da Universidade de Toronto, os computadores vestíveis não são

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, bolsista CAPES. aline.corso@gmail.com

² Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora e pesquisadora da Universidade Feevale. sandramontardo@feevale.br

³ Ver <https://www.google.com/glass/start> Acesso 2 jul. 2014

⁴ Realidade Aumentada é a integração de elementos virtuais com elementos reais.

*gadgets*⁵ que apenas atachamos ao nosso corpo (como um Ipod ou fone de ouvido), mas sim equipamentos que visam melhorar as nossas capacidades humanas, corporais e mentais

Um dia, eu ponho meus olhos atrás da minha cabeça. Em outros dias, eu adiciono um sexto ou sétimo sentido, como a habilidade de sentir objetos que não estou tocando. As coisas aparecem diferente para mim. Eu vejo objetos cotidianos como hiper-ícones (similares aos que aparecem no computador) (...). Eu posso bloquear a visão de objetos em particular - evitando distrair-me, por exemplo, no vasto mar da propaganda que nos rodeia. (MANN, 2001, p. 3)

Diversos computadores e tecnologias vestíveis estão inseridos no nosso cotidiano, como é o caso dos óculos de grau, pinos de titânio, pernas mecânicas, aparelhos ortodônticos, aparelhos auditivos, implantes cocleares, camisetas com proteção solar, etc. Usuários de computadores vestíveis podem ser considerados ciborgues devido a utilização de tecnologia para reconfigurar e ampliar suas capacidades humanas.

A situação problema que deu origem à pesquisa decorre da escassez de bibliografia em língua portuguesa sobre o tema. Em um levantamento realizado em bancos de trabalhos acadêmicos⁶ (tais como Google Acadêmico, banco de teses da Capes, acervos digitais de teses e dissertações das universidades UNISINOS, PUC-RS, UFRGS, Unicamp, UFRJ, USP, UERJ e lista de trabalhos da ABCiber 2012), foram encontrados sete trabalhos relacionados aos termos “computador vestível” e “computadores vestíveis” (contidos nos títulos e resumos), sendo um da área da moda, cinco de comunicação e um de filosofia.

A relação entre computadores vestíveis e ciborgues ainda é inédita no Brasil e se faz pertinente como objetivo específico e um capítulo próprio dentro de uma dissertação de mestrado cujo objetivo principal é propor um conceito e categorizar os computadores vestíveis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Computadores Vestíveis

No exterior é possível encontrar bibliografia em inglês e alguns exemplos contendo o termo *wearable computers* são publicadas pelos seguintes grupos de pesquisa: Wearable Computer Lab (*University of South Australia*), Wearable Computing (*MIT Media Lab*) e estudos realizados pelo Dr. Steve Mann (*University of Toronto*) tendo como base seu livro *Digital Destiny and Human Possibility in the Age of Wearable Computer*.

⁵ Geringonça ou dispositivo tecnológico portátil, como mp3 players e celulares. Possuem forte função social de status.

⁶ Pesquisa realizada no dia 7 de agosto de 2013.

No Brasil observamos a produção de DONATI (2004) e ZUANON (2014) e existem reviews de computadores vestíveis em sites especializados⁷, além da possibilidade de realizar entrevistas com proprietários de computadores vestíveis, como é o caso do Google Glass.

2.2 Ciborgues e corpos híbridos na cibercultura

Verifica-se a necessidade de análise dos meios de comunicação como extensões do homem (MCLUHAN, 1969), abrindo a possibilidade para estudo de corpo como interface com a tecnologia, discutindo as formas de representação, extensão e transformações do corpo (SANTAELLA, 1998; COUTO, 2012; MALYSE, 2013). Também se deve observar o conceito de pós-humano (BAUMAN, 1999; SANTAELLA, 2003), focando o conceito de ciborgue (HARAWAY, 2009; COUTO, 2012) trazido pela ficção científica – principalmente o subgênero cyberpunk - (AMARAL, 2006), pois, segundo Spriger, (apud AMARAL, 2006, p. 34) o conceito de ciborgue aparece ligado as dicotomias mente e corpo, humano e não-humano, analógico e digital, já que o ciborgue “destrói o conceito de humano” - poucas coisas remetem tanto à ficção científica quanto computadores que usamos no corpo como acessórios ou peças de roupa (ROCHA, 2013).

3 METODOLOGIA

Para a apresentação da metodologia, considero importante destacar que esta investigação está em processo inicial e que a intenção é proporcionar uma nova perspectiva interdisciplinar para os estudos sobre o tema em questão.

A escolha pelo método científico a ser utilizado levou em consideração o conceito de BONIN (2011, p. 29) em que “a metodologia pode ser pensada como dimensão que norteia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos os seus níveis” e, portanto, a construção metodológica pode ser aprimorada durante o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia considerada mais adequada para a presente pesquisa é a Teoria Fundamentada (TF) ou *Grounded Theory*, enquanto perspectiva de pesquisa no ciberespaço. Seu objetivo inicial é de ser uma proposta de método geral, possível de ser aplicada a diversas áreas, buscando resolver a divisão entre teoria e dados, entre teórico e empírico (FRAGOSO et. al., 2011, p. 84). As suposições teóricas são descobertas e formuladas ao se lidar com o campo, como ilustram Strauss e Corbin

⁷ Exemplos de sites: Talk2myShirt, OpenSoftwear, Textile Futures, Computational Textiles, Fashioning Tech, Fashionable Technology e Computadores Vestíveis.

Uma Teoria Fundamentada é aquela derivada indutivamente do estudo do fenômeno que representa. Isto é, ele é descoberto, desenvolvido, e provisoriamente verificado por meio de sistemática coleta e análise de dados. Portanto, a coleta de dados, análise e teoria possuem relação recíproca entre si. Não se começa com uma teoria para prová-la. Começa-se com uma área de estudo em que se permite a emersão do que é relevante (1990, p.23).

Portanto, a TF mostra-se uma metodologia eficiente para a pesquisa sobre computadores vestíveis e corpos híbridos que, até o momento, possui bibliografia escassa.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa, em caráter inicial, aponta para a questão de que a carne humana já se fundiu com as máquinas e este ser humano "melhorado", fruto de uma junção corpo-técnica, questiona e rompe com dualismos tradicionais: entre o humano e o animal, entre o humano e a máquina e entre o físico e não físico. O ciborgue surge em meio à cultura contemporânea como um transgressor das fronteiras construídas, desconstruídas e vencidas (COUTO, 2012, p. 20). Os resultados parciais do estudo realizado até o presente momento indicam que os computadores vestíveis, no contexto da cibercultura, são os equipamentos tecnológicos que dão suporte para a cibridização do corpo humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa e da análise realizadas até o presente momento, podemos observar que os computadores vestíveis podem ser compreendidos como uma nova fase do desenvolvimento tecnológico, não apenas com o objetivo de estender nossas capacidades humanas, mas sim reafirmar nossa autonomia sobre a tecnologia. O corpo híbrido, o ser humano melhorado já faz parte da nossa realidade social. Uma das vertentes da filosofia da técnica - representada aqui por McLuhan - afirma que a tecnologia é uma extensão do ser humano a fim de melhorar ou substituir nossas capacidades humanas.

A medicina atual transforma o humano em ciborgue. A reengenharia do corpo é uma construção contínua. Parafraseando Steve Mann, a questão não é mais: nós teremos computadores vestíveis? ou nós seremos ciborgues? A questão é: que tipo de ciborgues somos hoje?

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana. **Visões Perigosas: uma arque-genealogia do cyberpunk – comunicação e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BONIN, J. **Revisitando os bastidores da pesquisa: Práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação**. In: MALDONADO, A. E., et al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares trilhas e processos. 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

COUTO, Edvaldo Souza. **Corpos Voláteis, Corpos Perfeitos: estudos sobre estéticas, pedagogias e políticas do pós-humano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Acepções de tecnologia: ciborgues interpretativos e cultura digital**. *Artefactum - Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*. Ano V, n. 1, maio de 2013. [<http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/116>]

DONATI, L. P. Computadores **Vestíveis: Convivências de Diferentes Espacialidades**. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/77/67>> Acesso em: 11 de jul. de 2014.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HARAWAY, Donna. Manifesto **Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: TADEU, Tomaz. (org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed, 2009.

MANN, S.; NIEDZVIECKI, H. **Cyborg: Digital Destiny and Human Possibility in the Age of Wearable Computer**. Randomhouse Doubleday, 2001.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974.

ROCHA, C. **Traje Social: Tecnologia de Vestir já é Real**. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/link/traje-social-a-tecnologia-de-vestir-chegou-a-realidade/>> Acesso em : 12 de jul. 2014.

SANTAELLA, L. **Culturas e Artes do Pós-Humano**. São Paulo: Paulus, 2003.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Metodologia da Teoria Fundamental**. 1997. Traduzido por Frederico José Andries Lopes. Disponível em: <<http://www.fredlopes.com.br/wp-content/uploads/2013/07/Metodologia-da-Teoria-Fundamentada.pdf>> Acesso em 11 de jul de 2014.

ZUANON, Rachel. Site oficial. <<http://www.rachelzuanon.com/portugues/portugues.html>> Acesso em 11 de jul. 2014.



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL

Jose da Silva Nunes - Feevale¹

Patrícia Brandalise Scherer Bassani - Feevale²

Patricia Thoma Eltz - Feevale³

Palavras-chave: Competências. Alfabetização. Letramento digital. Formação de professores.

1. INTRODUÇÃO:

A formação continuada, entendida aqui como um processo crescente de autonomia do professor e da unidade escolar, é importante condição de mudança das práticas. Entretanto, em pesquisa realizada em 2007, pelo SAEB⁴, ficou expresso que o fato dos professores passarem por cursos de formação não garante necessariamente mudanças no processo de ensino desses professores. Isso acontece, pois, muitas vezes, os docentes recebem formação sem estar aptos a essas, ou seja, sem apresentar o conhecimento necessário para receber essa formação e ser capaz de aplicá-la em suas práticas docentes. Essa realidade evidencia que é necessário, antes de oportunizar uma formação, conhecer os sujeitos envolvidos que receberão essa capacitação, respeitar o conhecimento prévio e o ponto de partida na construção de novos conceitos que permitam o desenvolvimento de competências e habilidades digitais. Nessa perspectiva, entende-se que o processo de formação de professores para uso das tecnologias digitais na sala de aula deve considerar o percurso já percorrido por cada professor no seu processo de alfabetização ou letramento digital. Portanto, antes de tudo, é importante conhecer o perfil desse professor e suas competências. O presente estudo se baseia nos estudos de Behar e Ribeiro (2013) sobre competências para o letramento digital, abrangendo as competências computacional, informacional, multimídia e comunicacional.

Dessa forma, o presente artigo pretende esclarecer e delinear os conceitos de alfabetização, letramento digital e multiletramento, bem como a relevância dos diferentes conceitos existentes sobre as competências e habilidades para o letramento digital. Como resultados deste estudo, busca-se levantar categorias importantes para a análise das competên-

¹ Pós graduada em Processos e desenvolvimento de aquisição de linguagens na Universidade Feevale. Licenciada em Letras Português, Inglês e literaturas. E-mail josesnunes7@gmail.com

² Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2006). E-mail patriciab@feevale.br

³ Doutoranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Feevale. Mestre em Educação pela UFRGS. E-mail patricia_eltz@yahoo.com.br

⁴ Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico

cias dos professores, que possam balizar o levantamento prévio do seu perfil para embasar propostas de curso de formação.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 pontua os conceitos de alfabetização e letramento digital; a seção 3 apresenta a metodologia do estudo; os resultados e a discussão encontram-se na seção 4 e, por fim, as considerações finais na seção 5.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

O termo letramento surge da necessidade de esclarecer que existem diferentes estágios na aquisição da leitura e escrita, e que existem diferenças entre pessoas letradas e pessoas alfabetizadas. Portanto, torna-se importante trazer alguns conceitos existentes. Soares (2001, p.36) afirma que “um indivíduo alfabetizado é aquele que decodifica o alfabeto, ou seja, é capaz de ler e escrever. Já a pessoa letrada é aquela que faz uso frequente e competente da leitura e da escrita”. Nessa concepção, assim como nos traz Kleiman (1999), letramento pode ser definido como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (p. 19). Diante desse contexto, o letramento digital traz as novas concepções de leitura do mundo digital e da utilização da internet.

Moura e Rojo (2013) falam ainda em multiletramentos, que “aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica” (p.13).

Diferentes estudos e práticas pedagógicas estão sendo realizadas para oportunizar o letramento digital de professores. Warschauer (2006) apresenta em seu estudo a definição das competências em quatro categorias: comunicacionais, informacionais, computacionais e multimídia. Já o estudo de Varis (2010) mostra a visão humanística do letramento, apresentando o uso do ciberespaço em atividades colaborativas e a importância de compartilhar informações em uma sociedade globalizada.

Os estudos de Warshauer sobre letramento digital são base para estudos de Ribeiro e Behar (2013). Elas apresentam um estudo sobre mapeamento de competências necessárias para o letramento digital na capacitação de educadores. Para as autoras, o conceito de competências envolve conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, “compreendendo o letramento digital como a competência para o uso das tecnologias digitais, buscou-se mapear os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para sua promoção.” (Behar e Ribeiro, 2013, p.212).

Deste modo, as autoras dividiram os quatro grupos propostos por Warschauer (2006) - comunicacionais, informacionais, computacionais e multimídia - dentro de três perspectivas, denominadas aqui por CHA – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes.

3. METODOLOGIA:

O estudo preocupa-se, como problemática da pesquisa, em desenvolver um instrumento de coleta de dados, que possa ser utilizado para verificar competências dos professores para uso das tecnologias digitais. Os resultados desse levantamento irão balizar a proposta de curso de formação continuada para uso das tecnologias digitais, especialmente a Internet, na prática docente.

O processo da pesquisa aconteceu em três etapas divididas da seguinte forma: Primeiramente foram feitos estudos teóricos, envolvendo conceitos de letramento, multiletramentos e letramento digital; Em um segundo momento e após a análise dos conceitos existentes houve a definição das categorias que iriam balizar o questionário de investigação da realidade do corpo docente; Na sequência houve a elaboração do questionário, instrumento da pesquisa das competências digitais. A pesquisa encontra-se agora no processo de validação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir dos estudos teóricos foram elaboradas cinco categorias que balizaram a elaboração do questionário objetivando o sucesso da formação.

A primeira categoria se constrói o perfil do professor verificando suas características e necessidades dentro do letramento digital para definição do ponto de partida da formação.

A partir do referencial existente, analisa-se o saber de cada um para elencar quais são as competências que necessitam ser desenvolvidas ou aprimoradas.

Na categoria, Ferramentas utilizadas no âmbito pessoal e profissional, busca-se a caracterização de quais ferramentas fazem parte do cotidiano desse docente em sua vida profissional e particular.

A categoria, chamada de Ferramentas já utilizadas no contexto educativo, busca a caracterização das ferramentas que já são utilizadas dentro da instituição de ensino, seja no preenchimento de diários on line ou sistemas de avaliação também on line.

Na categoria, Experiência de prática docente, analisa as experiências de prática docente realizadas na sala de aula no trabalho com os alunos.

A figura 1 apresenta de forma visual estas categorias:



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo serve de base para a investigação das competências do letramento digital dos professores na educação e busca orientar como elencar as necessidades de formação do corpo docente visando à realização de proposta de formação que possa sanar as dificuldades encontradas pelos educadores. Como estudos futuros, pretende-se delinear orientações para cursos de formação docente.

Assume-se, portanto, como Behar e Ribeiro (2013, p.221), que por meio de mapeamento das competências os professores podem perceber como aprimorar ou iniciar a utilização das tecnologias, identificando quais são os assuntos que precisam ser estudados, quais habilidades precisam ser trabalhadas e quais atitudes precisam ser modificadas.

A sociedade exige pessoas preparadas para essa vida “conectada” e mais que isso, carece de profissionais preparados para ensinar dentro desta realidade, como nos traz Rojo:

Vivemos em um mundo em que se espera (empregadores, professores, cidadãos, dirigentes) que as pessoas saibam guiar suas próprias aprendizagens na direção do possível, do necessário e do desejável, que tenham autonomias e saibam buscar como e o que aprender, que tenham flexibilidade e consigam colaborar com urbanidade. (MOURA E ROJO, 2013, p.27)

O que nos leva a refletir sobre a importância de objetivos claros no planejamento e execução de capacitações que realmente promovam mudanças no meio escolar, nas aprendizagens e como consequência na sociedade.

Agradecemos ao CNPq, por ter possibilitado e financiado esta pesquisa tornando possível a busca por inovações na educação e a aprendizagem de práticas que permitam o desenvolvimento de novas propostas de formação para professores.

REFERÊNCIAS:

BEAR e RIBEIRO. **Competências para o letramento digital**. Só tenho cópia de um artigo do livro, preciso dele para inserir os referenciais.

KLEIMAN, Angela. B. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MENEZES, Naércio. **Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil**, São Paulo, 2007.

PACHECO, José. **Escola da Ponte. Formação e transformação da educação**. Disponível em: <api.ning.com/files/...Tnwhh09/formacaoetransformacao.pdf>. Acesso em: 09 set de 2013.

PRODANOV, Cleber C; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RIBEIRO, Ana Carolina Ribeiro **Letramento Digital: Uma abordagem através das competências na formação docente**, 2013.

ROJO, Roxane (org) **Alfabetização e letramento**. Campinas-SP: Mercado das letras, 1981.

ROJO, Roxane (org) **Multiletramento na escola**. São Paulo-SP: Parábola, 2012.

SOARES, Magda. **Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura**. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>, Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n.81, p. 143-160. Dez, 2002.

SOARES, Magda. **Uma perspectiva Social**, SP: Ática, 2000.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: SENAC, 2006.

ANÁLISE DA SÍNDROME DA FRAGILIDADE: ASPECTOS EMOCIONAIS, COGNITIVOS E FUNCIONAIS

Diego da Silva Souza - Universidade Feevale¹
Greice Teresinha de Oliveira - Universidade Feevale²
Daniela Henkel Blauth - Universidade Feevale³
Raquel Maria Rossi Wosiack - Universidade Feevale⁴
Gilson Luis da Cunha - Universidade Feevale⁵
Geraldine Alves Dos Santos - Universidade Feevale⁶

Palavras chave: Fragilidade. Depressão. Cognição. Capacidade funcional.

INTRODUÇÃO

Na atualidade é cada vez mais evidente o fenômeno do envelhecimento populacional dos países desenvolvidos. Segundo dados censitários do IBGE (2010), a proporção de idosos do Brasil, entre 1998 e 2010, aumentou de 8,8% para 12,32%. Neste contexto de envelhecimento populacional a síndrome da fragilidade torna-se um problema social, pois, conforme Fried et al (2001), a mesma apresenta-se altamente prevalente nas idades avançadas e pode conferir altos riscos de quedas, incapacidade, hospitalização e mortalidade nos indivíduos idosos. Sendo assim, o objetivo do presente estudo é avaliar a síndrome da fragilidade em idosos residentes no município de Ivoti/RS, tendo como objetivos específicos descrever a distribuição da fragilidade nestes idosos e avaliar a relação da variável número de critérios de fragilidade com os aspectos emocionais, cognitivos e funcionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Fried et al (2001) os sintomas que se manifestam com a síndrome da fragilidade são: perda de peso, fraqueza, fadiga, inatividade e diminuição na ingestão alimentar. Já os sinais mais comuns seriam anormalidades no equilíbrio e na marcha, sarcopenia, diminuição da massa óssea e perda do condicionamento físico. Com base nisto, esta autora propôs, juntamente com seu grupo de pesquisa, um fenótipo da fragilidade, onde o idoso deveria apresentar ao menos três entre os

¹ Psicólogo. Mestrando do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – FAPERGS.

² Educadora Física. Mestranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – FAPERGS.

³ Psicóloga. Mestranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social - CAPES.

⁴ Psicóloga. Doutoranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – CAPES.

⁵ Biólogo. Doutor em Genética e Biologia Molecular pela UFRGS e Bolsista de Pós Doutorado do Programa do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – CAPES.

⁶ Doutora em Psicologia. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

seguintes componentes para ser considerado como frágil: perda de peso não intencional; diminuição da força de preensão manual da mão dominante de acordo com o sexo e o índice de massa corporal; exaustão; lentidão ao percorrer uma distância de 4,6 metros de acordo com sexo e altura; e baixo índice de atividade. Além disto, a autora reforça a importância em estabelecer condições explícitas para a caracterização da fragilidade por parte dos profissionais da saúde possibilitando organizar as intervenções necessárias para se minimizar os efeitos da síndrome sobre a saúde do idoso.

METODOLOGIA

A amostra deste estudo foi composta por 197 sujeitos, de ambos os sexos, com idade acima de 65 anos residentes no município de Ivoti/RS. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: Formulário de dados sócio demográficos; Mini Exame do Estado Mental (MEEM); Escala de Depressão Geriátrica em versão reduzida de Yesavage (GDS-15); Escala de avaliação da capacidade funcional; Escala de avaliação de eventos estressantes; Inventário de Enfrentamento da Califórnia (ALDWIN et al., 1996).

A síndrome da fragilidade foi avaliada de acordo com o fenótipo proposto por Fried et al (2001), levando-se em conta: perda de peso não intencional, conforme auto relato; fadiga, avaliada por auto relato; força de preensão manual, avaliada com o uso de um dinamômetro hidráulico portátil na mão dominante; nível de atividade física através do *Minnesota Leisure Activity Questionnaire*; velocidade da marcha, em um percurso de 4,6 metros em linha reta.

Na análise dos dados foi realizada em um primeiro momento uma avaliação da síndrome da fragilidade do idoso e, em seguida sua relação com aspectos emocionais, cognitivos e funcionais utilizando-se, para isto, o teste de correlação de Pearson com nível de significância $\leq 0,05$. Foi utilizado o programa estatístico SPSS v. 22. 0. Os participantes da pesquisa foram avaliados através do MEM e os que foram identificados como apresentando déficit cognitivo não realizaram as avaliações psicológicas e sociais.

RESULTADOS

Na primeira etapa, quando foi avaliada a Síndrome da Fragilidade, constatou-se que, dos 197 idosos da amostra, 86 (43,65%) foram classificados como não frágeis, 93 (47,21%) como pré frágeis e 18 (9,14%) apresentaram-se como frágeis.

Em um segundo momento realizou-se uma análise de correlação entre os aspectos emocionais, cognitivos e funcionais, utilizando-se para isto o teste de correlação de Pearson com

nível de significância $\leq 0,05$. A seguir, na tabela 1, são descritas as variáveis que apresentaram um relacionamento significativo com a variável paramétrica Número de critérios de fragilidade.

Tabela 1 - Correlações bivariadas da variável Número de critérios de fragilidade

Variável	Correlação de Pearson	Significância bilateral	N
Idade do entrevistado	,345	,000	197
Pontuação total no Minimental	-,248	,000	197
Pontuação total na GDS	,265	,001	160
Número de dificuldades em AIVD	,314	,000	160
Escore de problemas funcionais alimentares	,236	,003	161
Número de eventos de descendência	,173	,028	161
Escore do fator 1 de enfrentamento	,259	,001	158

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

A variável Número de critérios de fragilidade e as variáveis Idade do entrevistado, Sintomas de depressão (Pontuação total na GDS), Número de dificuldades em Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD), Escore de problemas funcionais alimentares, Número de eventos estressores de descendência (eventos estressores relacionados a situações com familiares) e Estratégia de enfrentamento com foco na expressão de emoções negativas, em excessos comportamentais e em comportamentos de risco (Escore do fator 1 de enfrentamento) tiveram um relacionamento positivo. Para interpretar a estrutura fatorial desta escala, tomou-se como referência a tipologia de Folkman e Lazarus (1980). Esta relação indica que, ao se incrementar estas variáveis, eleva-se, também, o número de critérios de fragilidade. A variável Número de critérios de fragilidade correlacionou-se negativamente com a variável Pontuação total no Minimental, indicando que quanto maior a pontuação do Minimental, menor seria o Número de critérios de fragilidade.

DISCUSSÃO

Com relação à distribuição da fragilidade da amostra, pode-se considerar que esta população apresenta índices de fragilidade um pouco acima de estudos internacionais, uma vez que Fried et al. (2001) encontraram uma prevalência da fragilidade em 6,9% dos idosos que vivem em comunidade nos Estados.

A idade também se mostrou um fator determinante, uma vez que idosos com menor idade demonstraram menor grau de depressão. Baltes (1997) trata a idade como um fator de grande importância para a qualidade de vida, uma vez que, através de seus estudos, chegou a conclusão de que, a partir dos 80 anos, os mecanismos compensatórios ficam cada vez menos eficientes. Então,

naturalmente, espera-se que os idosos mais velhos apresentem maior tendência à fragilidade e à depressão, uma vez que o equilíbrio entre perdas e ganhos está desfavorável.

A síndrome da fragilidade em idosos aumenta as dificuldades nas atividades de vida diária relacionadas à independência como fazer compras, preparar o próprio alimento ou mesmo atender uma ligação telefônica. A manutenção destas atividades poderia promover a melhor qualidade de vida do indivíduo, pois promoveriam por maior tempo sua independência (FARINATTI, 2008). No momento em que o idoso não consegue manter-se independente, acaba abandonando uma série de atividades fora do lar e ao tornar-se dependente diminui sua interação social e a manutenção de sua memória e de sua atenção. Desta forma acelera-se o processo de declínio cognitivo e aumentam os problemas funcionais alimentares.

Observar-se no estudo a relação direta da síndrome da fragilidade com a depressão. Entende-se que a depressão pode causar uma série de alterações de saúde para o indivíduo idoso, mas as repercussões da síndrome da fragilidade em idosos também podem acarretar sintomas de depressão na velhice. Tornando-se, portanto, este um sintoma importante na prevenção da síndrome da fragilidade (JALUUL; ARAÚJO, 2011).

As estratégias de enfrentamento também são influenciadas pela depressão e por todos os sintomas físicos da síndrome da fragilidade o que leva ao uso do foco na expressão de emoções negativas, em excessos comportamentais e em comportamentos de risco. Este funcionamento facilita o ajustamento do indivíduo diante da perda de independência e do déficit cognitivo que leva à perda do controle do ambiente (AFONSO, 2012).

Os eventos estressores relacionados aos descendentes, nestas situações de dependência geradas pela síndrome de fragilidade na velhice, mobilizam afetivamente o sujeito idoso e a falta de cuidados de saúde e de apoio da rede social pode aumentar o risco de fragilidade (NUNES; FERRETI; SANTOS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de 9,14% dos sujeitos terem sido classificados como frágeis, a maior parte da amostra (90,86%) não apresenta a síndrome da fragilidade. Entretanto os resultados demonstram que as variáveis emocionais, cognitivas e funcionais podem influenciar o desenvolvimento da síndrome da fragilidade, precisando ser implementadas ações diretas e indiretas nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. Stress, coping e resiliência em pessoas idosas. In: PAÚL, C.; RIBEIRO, O. (Coord.). Manual de gerontologia. Lisboa: Lidel, 2012.

ALDWIN, C. M., SUTTON, K. J.; LACHMAN, M. The development of coping resources in adulthood. **Journal of Personality**, v. 1, n. 64, p. 837-871, 1996.

BALTES, P. B. On the incomplete architecture of human ontogeny. Selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory. **American Psychologist**, v. 52, n. 4, p. 366 – 380, 1997.

FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento**: promoção da saúde e exercício. Barueri: Manole, 2008.

FOLKMAN, S., & LAZARUS R. S. An analysis of coping in middle-aged community sample. **Journal of Health Social Behavior**, v. 1, n. 21, p. 219-239, 1980.

FRIED, L.P.; TANGEN, C.M.; WALTSON, J; NEWMAN, A.B.; HIRSCH, C.; GOTTDIENER, J.; SEEMAN, T.; KOP, W.J.; BURKE, G.; MC BURNIE, A. Frailty in Older Adults: Evidence for a phenotype. **J Gerontol.** 56A, M146-M156, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos/sinteseindicadoresminimos2009/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: maio. 2012.

JALUUL, O; ARAÚJO, F. **Depressão**. In. JACOB FILHO, W.; KIKUCHI, E. L. Geriatria e gerontologia básicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NUNES, M. I.; FERRETTI, R. E. L.; SANTOS, M. **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2012.

ANÁLISE DO NÍVEL DE AGRESSIVIDADE DE TREINADORES ESPORTIVOS

Vanessa Rodrigues Alves - Universidade Feevale¹
Daniel Alexandre Krause - Universidade Feevale²
Raquel Maria Rossi Wosiack - Universidade Feevale³
Marcio Geller Marques – Faculdade Sogipa e FADERS⁴
Adolfo Pizzinato - PUCRS⁵
Geraldine Alves dos Santos - Universidade Feevale⁶

Palavras-chave: Psicologia do esporte. Agressividade. Avaliação psicológica.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os treinadores e técnicos influenciam o atleta na formação global de sua identidade, por isso a importância de estudar a agressividade visando identificar os componentes de raiva que possam estar afetando treinadores na sua maneira de experienciar a raiva. É sabido que muitos treinadores quando têm o psicólogo no local não pedem auxílio do profissional (MARQUES, 2003). Desconhecendo assim treinamentos psicológicos para melhorar tanto seus atletas como assessorando a equipe técnica. A partir deste contexto o objetivo deste estudo foi verificar o nível de agressão de treinadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Becker Jr. (2008) a carreira de treinador pode ser considerada como uma das mais difíceis pela exigência a todo o momento de resultados positivos, contudo também gratificante. Na maioria das vezes se considera o treinador uma figura central pelo caráter categórico que o seu cargo tem no processo de treino e competição, como pela maneira como são impactados pelo público em questões como ganhar e perder.

¹ Psicóloga. Especialista em Psicologia do Esporte. Especialista em Psicodrama. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico. Professora do IDHRS.

² Educador Físico. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico.

³ Psicólogo. Mestre em Educação. Especialista em Arteterapia. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Bolsista CAPES.

⁴ Psicólogo. Educador físico. Doutor. Professor da Faculdade Sogipa e Fadergs.

⁵ Psicólogo. Doutor em Psicologia. Professor da PUCRS

⁶ Psicóloga. Pós Doutorado na Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Psicologia. Especialista em Gerontologia Social. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Conforme Cruz (2001) e Gomes e Casal (2000) os treinadores não têm uma consciência clara sobre até que ponto eles influenciam o comportamento dos atletas, além do contexto desportivo. Becker (2008) explica a importância de verificar a raiva, pois, após a competição, alguns treinadores perdem o controle da sua raiva e descontam o resultado negativo nos próprios atletas, que também não estão contentes com o resultado.

A agressividade no esporte pode ser boa ou ruim dependendo se faz parte das regras do jogo, se não ocorre uma falta, por exemplo (SAMULSKI, 2008). A expressão da agressão passiva tem sua origem devido ao indivíduo não dar-se conta de que tem esse sentimento e de que ele está sendo expresso. A raiva passiva inclui expressão atitudinal, condutual e cognitiva. Um exemplo claro de expressão atitudinal é quando a pessoa fica quieta enquanto outra pessoa tenta conversar com ela, já nota-se a condutual em atitudes que podem passar despercebidas, como impedir o atleta que passe por tal porta ficando parado na mesma (BECKER, 2008).

O autor traz a importância de se entender a personalidade com uma abordagem de traço, situacional e interacional, ou seja: traço é relativamente estável, permanecendo na maioria das situações em que o indivíduo vivencia o situacional, dependendo do ambiente, o traço da pessoa é reforçado ou não. A abordagem interacional soma a variável traço e a situação para entender o comportamento (WEINBERG; GOULD, 2008).

A maioria dos autores tem o entendimento de que a personalidade de uma pessoa é originada biopsicosocialmente, com influências do ambiente, como a educação de professores esportivos. Constituindo características pessoais que podem ser permanentes ou estáveis (SAMULSKI, 2008; HOKINO, 2001).

MÉTODO

A presente pesquisa utilizou um delineamento quantitativo, de caráter descritivo, com o objetivo de identificar os aspectos que caracterizam a raiva e a agressividade em um grupo de treinadores. Foram selecionados 34 treinadores que trabalham com crianças, adolescentes e adultos em competições nas cidades de Porto Alegre e Novo Hamburgo. Os participantes do estudo eram de ambos os sexos e apresentavam idades entre 19 a 50 anos. Como instrumento de avaliação foi utilizado o teste STAXI (SPIELBERG, 1992).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na tabela 1 podemos observar que os treinadores avaliados mostram-se em quase todas as subescalas de raiva menor índice do que a mostra brasileira de padronização, sendo apenas maior no Controle de Raiva (21,59%) e Raiva para Dentro (14,25%), monitorando a raiva e guardando-a para si respectivamente.

Tabela 1. – Resultado descritivo do STAXI

	Estado	Traço	Temperamento	Reação	Dentro	Fora	Controle	Expressão
Amostra treinadores	10,65	16,46	5,96	7,65	14,25	13,31	21,59	21,96
Padronização Brasileira	12,15	19,95	13,77	8,31	13,54	14,15	21,16	25,54

A amostra foi realizada com modalidades diversas. Em relação às categorias a grande maioria (76% / n = 26) da amostra treina mais de uma categoria, 1 treina a categoria de iniciação esportiva, 3 treinam a categoria mirim, 3 treinam a categoria infantil e 1 treina a categoria adulta compondo 23,52% do total da amostra. Podemos observar na tabela 2 os resultados de comparação entre as categorias treinadas.

Tabela 2. – Comparação de médias dos resultados do STAXI entre treinadores que treinam várias categorias e os que treinam somente uma categoria.

	Estado	Traço	Temperamento	Reação	Dentro	Fora	Controle	Expressão
Treinam várias categorias	10,65	16,46	5,96	7,65	14,25	13,31	21,59	21,96
Uma categoria	11,5	19,5	7,25	8,75	14,25	16	17,5	28,75
Padronização Brasileira	12,15	19,95	13,77	8,31	13,54	14,15	21,16	25,54

Pode-se dizer, a partir desses dados que os treinadores que treinam uma categoria, lidando com uma faixa etária específica, estão sendo acometidos de intensos sentimentos de raiva reprimidos (14,25%) e expressos em comportamento agressivo (16%). Esses treinadores manifestam a raiva em várias facetas do comportamento, inclinados a ter extrema dificuldade em

relações interpessoais e também correm o risco de desenvolver distúrbios médicos (SPIELBERGER, 1992).

Sobre os resultados relevantes da amostra de todos os treinadores e dos que trabalham com várias categorias as pessoas que apresentam altos escores no controle da raiva tendem a investir bastante energia na vigilância e profilaxia da experiência e expressão da raiva. O controle em si é importante que o indivíduo tenha, mas excessivo resulta em indivíduos passivos, que acabam por se isolar e ficar com depressão (SPIELBERGER, 1992).

Em relação ao Estado de raiva, esses treinadores, estão abaixo do padrão brasileiro, significando estarem adequados nessa subescala. O traço também está apropriado sendo um grupo que não se sente injustiçado e não vivencia um grande número de frustrações. O temperamento está abaixo da média da padronização brasileira confirmando que o grupo não apresenta dificuldades com a raiva explosiva relacionada às menores provocações, não sendo assim impulsivos.

O mesmo grupo mostra reação à raiva (8,75%) um pouco acima da padronização brasileira (8,31%) evidenciando ser um grupo sensível ao julgamento crítico, afrontas e avaliações negativas, vivenciando sentimentos de raiva intensos. Os resultados mostraram-se acima da média padronizada tanto em Raiva para Dentro, quanto em Controle de Raiva.

Analisando cada resposta pode-se perceber que a questão “tenho mais raiva do que estou disposto a admitir” revela que 52,9% quase nunca têm mais raiva do que está disposto a admitir, 35,3% às vezes, 5,9% frequentemente e 5,9% quase sempre concordam com a frase. Sugerindo que 47,1% estão realizando o teste dentro da desejabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidenciado através da análise dos resultados que o grupo total tem raiva controlada e raiva para dentro igual ao grupo que treina mais de uma categoria. Todas essas subescalas interferem no meio externo menos a Raiva para Dentro, todavia quando é alto o escore Raiva para Fora, a pessoa pode expressar a raiva em alguns momentos e em outros não conseguir e reprimir.

Nos dois grupos é importante que seja trabalhada essa raiva, os escores de raiva para dentro e controle de raiva nos permitem falar que esses treinadores estão reprimindo seus sentimentos, podendo prejudicar a sua saúde futuramente.

A raiva pode ser saudável quando motiva o treinador, mas quando externalizada verbalmente e fisicamente é prejudicial para as crianças e adolescentes que estão no desenvolvimento de sua personalidade.

REFERENCIAS

BECKER, JR. **Manual de Psicologia do Esporte e do Exercício**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CRUZ, J. F. et al. Um programa de formação para a eficácia dos treinadores da iniciação e formação desportiva. **Aná. Psicológica**, v.19, n.1, p. 171-82, 2001.

GOMES, E.; CASAL, H. Manifestação de comportamentos agressivos em praticantes de artes marciais. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 5, n. 25, set. 2000. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/revistadigital>>. Acesso em: 10 Jan. 2010.

HOKINO, M.; CASAL, H. A Aprendizagem do Judô e os Níveis de Raiva e Agressividade. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 6, n. 31, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/revistadigital>>. Acesso em: 25 Ago. 2009.

MARQUES, M. G. **Psicologia do Esporte: aspectos em que os atletas acreditam**. Canoas: ULBRA, 2003.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte: conceitos e novas perspectivas**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

SPIILBERGER, C. D. **Manual do Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (STAXI)**. São Paulo: Vetor, 1992.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D.; **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2008.

AS TENSÕES DIALÉTICAS DA MODERNIDADE COM VISTAS À TEORIA DE BOAVENTURA SANTOS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Ivan Daniel Müller * – Universidade Feevale

Palavras-chave: Manifestações sociais. Manifestações de Junho. Tensões dialéticas da modernidade. Boaventura Santos.

1 - INTRODUÇÃO:

Em junho de 2013 diversas manifestações sociais eclodiram Brasil afora, sendo que, em um só dia, mais de um milhão de pessoas estiveram nas ruas, protestando e reivindicando diversas demandas. Foram essas manifestações, juntamente com o movimento dos “caras pintadas”, realizados com o intuito de promover o impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello em 1992, as maiores mobilizações ocorridas no período democrático pós ditadura militar no país.

Segundo Manuel Castells (2013), tais movimentos, denominados por aqui de Manifestações de Junho, seguiram o rumo das demais manifestações ocorridas mundo afora, originadas inicialmente no mundo árabe, e posteriormente em países europeus. Segundo o autor, tais movimentos, conectados em rede, se dispuseram contra governos que negligenciaram o gerenciamento da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos e se colocaram ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise, à custa de seus cidadãos.

Como maneira de delinear alguns apontamentos sobre o ocorrido nas Manifestações de Junho, levar-se-á em conta, os estudos de Boaventura de Souza Santos (1997, 2001, 2008), sendo esse o propósito do artigo que segue. Tais estudos receberam, sobretudo, grande ênfase na contemporaneidade, especialmente por estarem atentos às modificações sociais e culturais que estão acontecendo no mundo ocidental globalizado. O autor delineou como sendo tensões dialéticas da modernidade, as crises enfrentadas pelos Estados Modernos e pela sociedade civil como um todo, sendo que, sobre seus vieses, tais crises permitem algumas considerações acerca do ocorrido nas Manifestações Sociais de Junho de 2013, sendo que, a crise vivenciada por aqui, não está, portanto, desconexa da crise experienciada por outros Estados e nações mundo afora.

- Problema de Pesquisa

*Pós graduado em Educação (IFSUL), graduado em Educação Física (FEEVALE) e mestrando do Curso Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE)

Como analisar as Manifestações de Junho de 2013 com vistas a teoria sociológica de Boaventura Santos?

- Objetivo geral

Utilizando-se da teoria de Boaventura Santos, evidenciar o quão as Manifestações Sociais de Junho de 2013 no Brasil se aproximam das três tensões dialéticas da modernidade sugeridas pelo autor.

- Objetivos Específicos

Realizar uma análise sociológica acerca das Manifestações de Junho de 2013 ocorridas no Brasil.

Evidenciar o quão as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil estão conectadas com problemas enfrentados por demais Estados-nações e sociedades, na atualidade.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos de Boaventura de Souza Santos (1997, 2001, 2008), evidenciam sobretudo três tensões dialéticas presentes na modernidade. Tais crises seriam derivadas dos processos históricos vivenciados pelos Estados-nações e pelas sociedades. A primeira tensão dialética seria a crise entre sociedade civil e Estado-nação, sendo a segunda a que ocorre entre regulação social e emancipação social e por fim, a que ocorre entre o Estado-nação e a globalização (SANTOS, 1997).

3 – METODOLOGIA

A metodologia está baseada na revisão bibliográfica, especialmente a ligada às obras de Boaventura Santos.

4 – RESULTADOS

Evidencia-se, portanto, através dos estudos direcionados aos escritos de Boaventura Santos, que as manifestações de Junho de 2013 no Brasil e os problemas suscitados através das mesmas, estão de certa maneira imbricados nos processos políticos e sociais que constituíram a modernidade, e que portanto, se assemelham a problemas vivenciados em outros estados-nações contemporâneos.

5 - DISCUSSÃO

As manifestações de junho de 2013, que se mostravam inicialmente contrárias ao aumento das passagens, traziam como principal bandeira a luta por um transporte público sem custo e denunciavam a precariedade dos serviços e das condições de uso, passando em um segundo momento a diversas demandas, sobretudo, de cunho político.

Evidenciou-se a partir delas, portanto, a inconformidade com o sistema político atual. Tal inconformidade se mostra ainda mais visível a partir das diversas demandas que escapavam a discussão acerca do transporte público, e dá vista a primeira tensão dialética da modernidade destacadas por Boaventura (1997): a crise entre Estado e sociedade civil. Eis que o Estado, pretensamente construído sobre a lógica democrática que assegura direitos cívicos e políticos que evitem ações despóticas, tirânicas, evidencia-se problemático nesse sentido, visto que passa a desacreditar uma enorme parcela da sociedade civil, que visualiza sobretudo um Estado ligado aos interesses privados, oriundos de um processo de globalização, e que abdica assim de garantir direitos de segunda e terceira geração aos seus cidadãos e sequer efetiva o processo dito democrático, visto que os interesses sociais estão subjugados aos interesses econômicos privados.

Boaventura de Souza Santos (1997) alerta ainda para duas outras crises dialéticas que afetam as sociedades contemporâneas e que, permitem ser melhor analisadas sob a ótica dos direitos humanos, sendo elas: a que ocorre entre regulação social e emancipação social e a que ocorre entre o Estado-nação e a globalização. Conforme o sociólogo, a crise da regulação social, simbolizada pela crise do Estado regulador e do Estado-providência, se soma a crise dos princípios emancipatórios, simbolizada pela crise da revolução social e do socialismo enquanto paradigma de transformação radical. Já, na tensão dialética identificada por Boaventura entre Estado-nação e a globalização, o sociólogo afirma que há uma soberania dos Estados-nações a nível mundial, em um sistema que poderia ser definido como interestatal, porém, cabe saber, se com a intensa globalização, não cabe a regulação social e a emancipação social serem deslocadas a um plano global, de nível mundial, visto que tal crise afeta de fato, todos os países.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boaventura identifica as três principais tensões dialéticas da modernidade, e ao tempo em que postula as mesmas, aponta alguns desafios a serem trilhados, na busca de uma superação de tais crises. O primeiro desafio para Boaventura (2008) seria pensar a emancipação social sem uma teoria geral da emancipação social, ou seja, ter a emancipação social como uma exigência ética e política, e, buscá-la, sem uma teoria geral da emancipação social, como o era o socialismo, porém, com um procedimento de tradução entre os diferentes projetos parciais de emancipação.

Como segundo desafio, o autor propõe determinar em que medida a política e a filosofia política ocidentais são hoje indispensáveis para reinventar a emancipação social, ou seja: cabe avaliar o quão alguns elementos como direitos humanos, cidadania, Estado, sociedade civil, igualdade perante a lei são indispensáveis e se elas podem ir de par com a constatação da suas inadequações, e a partir daí, com a busca de articulação com culturas e filosofias políticas não ocidentais. Em específico ao caso brasileiro, se evidencia claramente a necessidade de uma reforma política, desvinculada obviamente de interesses pessoais, ou seja, calcada em princípios éticos. Como terceiro desafio Boaventura (2008) discorre sobre como saber “maximizar a interculturalidade sem subscrever o relativismo cultural e epistemológico”(2008, pág. 43).

“Por outras palavras, trata-se de construir uma posição ética e política sem fundá-la em nenhum princípio absoluto, seja ele a natureza humana ou o progresso, já que foi em nome deles que historicamente muitas aspirações emancipatórias se traduziram em violências e atrocidades, sobretudo no Sul. Por outro lado, do ponto de vista da pragmática da emancipação social, o relativismo, enquanto ausência de critérios de hierarquias de validade entre diferentes formas de conhecimento é uma posição insustentável porque torna impossível qualquer relação entre conhecimento e sentido de transformação social.” (2008, pág. 43)

É pois, aqui, que segundo o autor a incompletude e por vezes inadequação dos conceitos da cultura política ocidental, deve permitir e dar impulso à busca de conceitos alternativos oriundos de outras culturas e à promoção de diálogos entre eles, dentro do processo por ele denominado de hermenêutica diatópica que vai de encontro ao multiculturalismo interativo ou interculturalidade. Por fim, o último e quarto desafio proposto por Boaventura (2008) formula-se, segundo suas palavras assim: “É possível dar sentido às lutas sociais sem dar sentido à história? É possível pensar a emancipação social fora de conceitos como progresso, desenvolvimento, modernização?” (pág. 43)

Portanto, ainda que a contradição que continua polarizando a política nacional, conforme BOITO JR. (2012) afirma, seja aquela que opõe o campo neodesenvolvimentista ao campo neoliberal ortodoxo, é necessário sim, evidenciarmos os diversos pontos conflitantes e mesmo negativos da política neodesenvolvimentista, sendo que os direitos humanos nesse contexto também nos auxiliam no diagnóstico e mesmo na busca de novas possibilidades conforme evidenciou Boaventura Santos. As próprias manifestações passam, ao evidenciar as crises dialéticas da modernidade, a sugerir novas possibilidades, ainda que não saibam evidenciar em si, os caminhos a serem trilhados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. São Paulo, 2012.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista crítica de ciências sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, n. 48, junho de 1997.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS PELO FENÔMENO MORTE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS DE RITOS FUNERÁRIOS

Cristian Leandro Metz (FEEVALE)¹
Ana Luiza Carvalho da Rocha (FEEVALE)²

Palavras-chave:

Morte. Ritos Funerários. Sociedade Oriental. Sociedade Ocidental.

INTRODUÇÃO

A celebração de rituais de passagem está presente, cotidianamente, na vida e nas relações sociais dos indivíduos e todas essas formas de expressão estão ligadas à cultura e suas manifestações. Sendo assim, é possível compreender os mais diversos ritos de passagem e de iniciação que estão presentes até hoje nas sociedades ocidentais e orientais. Com base no fato de que os ritos de passagem mantêm-se presentes em todas as fases da vida da pessoa, desde o seu nascimento, passando pelos rituais do batismo, casamento e morte (ritos Cristãos e que estão inseridos dentro da cultura ocidental), este texto trata de compreender as modificações ocorridas nestas práticas, especificamente no que diz respeito aos ritos funerários.

Nesse sentido buscaremos compreender como diferentes autores abordam as transformações ocorridas nos ritos de passagem envolvendo ritos mortuários no contexto das práticas culturais ocidentais e não ocidentais. Ao descrever as impressões dos autores sobre o processo dos ritos funerários em diferentes culturas e sociedades há o intuito de verificar se

¹ Graduado em Moda (Universidade FEEVALE, 2013), Mestrando em Processos e Manifestações Culturais (Universidade FEEVALE, 2014). Bolsista FAPERGS/CAPES.

² Pós-doutorado em Antropologia sonora e visual (Universidade Denis Diderot, Paris VII), Antropóloga do Laboratório de Antropologia Social (PPG em Antropologia Social/UFRGS) e professora da Universidade FEEVALE.

houve modificação na forma de prática e de que forma o fenômeno morte é percebido nas modernas sociedades complexas.

O tema abordado pretende entender as práticas de ritos de passagem, especificamente os rituais funerários presentes nas culturas oriental e ocidental. Para tanto, abordaremos a forma como o fenômeno morte é compreendido dentro das religiões que apresentam, atualmente, o maior número de fiéis espalhados pelo mundo. Tal abordagem sobre os ritos e os cultos não serão apresentados seguindo uma ordem cronológica do período do seu surgimento; desta forma, e nesta ordem, exporemos o culto aos mortos dentro do Hinduísmo, a representação da morte na cultura judaica e, finalmente, dentro do Cristianismo.

Assim sendo, relacionar os ritos funerários presentes em diversas culturas e identificar o processo de transformação ocorrido nestas práticas fazem parte deste estudo. Além disso, buscaremos discutir o processo de higienização ocorrida pelo fenômeno morte dentro da sociedade ocidental, principalmente a partir do período oitocentista, em contraponto à manutenção das práticas tradicionais, na cultura oriental, em particular dentro do hinduísmo. Tal discussão acaba servindo para o entendimento destas transformações que ocorrem no contexto das modernas sociedades complexas urbano e industrial.

METODOLOGIA

A metodologia científica aplicada neste trabalho será através de revisão bibliográfica, com coleta de dados e informações relacionadas ao assunto, buscando, na leitura de livros, revistas, artigos e sites, a sustentação das questões direcionadas pela temática em estudo. Segundo Prodanov e Freitas (2009, p.143):

Após a escolha do tema, o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), como objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da leitura), buscando identificar o estado da arte ou o alcance dessas fontes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como sustentação para a fundamentação teórica e conceitual a ser desenvolvida neste estudo, utilizaremos os conceitos de ritos de passagem abordados por Van Genepp (1977) quando este nos informa da importância da identificação de todas as fases do ritual visto que,

no entendimento do autor, todas são relativas umas às outras. Van Gennepe (1977) preocupa-se com os rituais como objeto de estudo e tal fato é percebido na apresentação de Roberto DaMatta sobre o assunto:

A grande descoberta de Van Gennepe é que os ritos, como o teatro, tem fases invariáveis, que mudam de acordo com o tipo de transição que o grupo pretende realizar. Se o rito é um funeral, a tendência das sequências formais será na direção de marcar ou simbolizar separações. Mas se o sujeito está mudando de grupo (ou de clã, família ou aldeia) pelo casamento, então as sequências tenderiam a dramatizar a agregação dele no novo grupo. Finalmente, se as pessoas ou grupos passam por períodos marginais (gravidez, noivado, iniciação, etc.), a sequência ritual investe nas margens ou na liminaridade do objeto em estado de ritualização (Van Gennepe, p. 18)

Ainda dentro dos conceitos de ritos de passagem, Turner (2005) informa que eles são fundamentais para a dinâmica da comunidade além de ser a interrupção da vida rotineira: o rito é a teatralização e a dramatização daquilo que é contínuo na sociedade.

Os ritos mortuários presentes em todas as sociedades cumprem a sua função de passagem mesmo que representem variadas compreensões e significados nestes espaços. Do ponto de vista da obra de Ariès (2003) este autor mostra a transformação do comportamento humano diante da morte, numa sociedade cristã e ocidental, sob um viés histórico e sociológico, desde a Idade Média até os dias atuais. Vincent Thomas (1975) enuncia as chaves do poder da morte quando a trata como um “Mistério Absoluto”, reforçando a sua universalidade e seu caráter multiforme além da necessidade dela existir para a regulação da vida e evolução da consciência.

Bayard (1996) trata a questão da morte dentro das mais diversas sociedades, buscando o sentido das crenças de sobrevivência no além abordando também o “medo” e a presença da “ausência” deste fenômeno nas sociedades modernas.

A questão da higienização da morte será abordada a partir do texto de Reis (1997) quando este trata do cotidiano da morte no Brasil oitocentista, relacionando este processo ao que Baumann (2001, 2008) sugere ser a modernidade líquida e o medo, também líquido, que fazem parte do nosso cotidiano pós-moderno.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este estudo aborda o sentido da morte e dos ritos funerários e sua prática, desde os tempos mais remotos até a sua realização na atual sociedade moderna; a que eles servem e o que podem proporcionar àqueles que os praticam.

Entendemos também que a prática de ritos funerários acontece para satisfazer uma necessidade daqueles que continuam vivos, a fim de justificar aquilo que está acontecendo e que não é possível de ser entendido.

Será dado andamento às pesquisas acerca do assunto para o desenvolvimento de dissertação de mestrado, que abordará as memórias da prática do ritual funerário da Coberta d'Alma, rito de passagem da cultura açoriana, para os mortos da cidade de Osório/RS.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillippe. **A história da Morte no Ocidente**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Ediouro, 2003. 312p.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2008. 239 p.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien – Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2001. 258 p.

BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários – morrer é morrer?** São Paulo, SP: PAULUS EDITORA, 1996. 321p.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 184p.

THOMAS, Louis-Vincent. **Antropologia de la muerte**. (Título Original: *Antropologie de la mort* – Tradução de Marcos Lara) Payot, Paris, França, 1975

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos – aspectos do ritual Ndembu**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005. 488p.

AVALIAÇÃO DE DEPRESSÃO E SATISFAÇÃO COM A VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA CIDADE DE IVOTI/RS

Esp. Arlete Caye - Universidade Feevale¹
Nilton Sager - Universidade Feevale²
Muriel Closs Boeff - Universidade Feevale³
Esp. Maristela Cassia de Oliveira Peixoto - Universidade Feevale⁴
Dr. Gilson Luís da Cunha - Universidade Feevale⁵
Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos - Universidade Feevale⁶

Palavras-chave: Idosos. Satisfação com a vida. Depressão. Instituição de longa permanência.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) classifica como idoso o sujeito com mais de 60 anos em países em desenvolvimento ou terceiro mundo, como o Brasil e em países de primeiro mundo são considerados idosos os indivíduos com mais de 65 anos. Segundo dados divulgados pela Organização Mundial da saúde a expectativa global de vida era de 70 anos em 2012 (OMS, 2014). Segundo dados divulgados pelo IBGE 2010 a população de idosos, no Brasil, alcançou 12% da população, havendo um aumento de 4% em uma década, e a expectativa de vida do brasileiro em 2012 chegou a 74,6 anos.

Como alternativas para atender as necessidades da população idosa surgem as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), com o intuito de assistir de forma adequada os idosos. Os asilos atualmente denominados ILPIs foram criados para cuidar de sujeitos considerados incapazes, dependentes e idosos a partir de 60 anos. Os estabelecimentos abrigam idosos de ambos

¹ Licenciatura em História. Esp. em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa. Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Bolsista FAPERGS.

² Acadêmico do curso de Enfermagem. Bolsista CNPQ

³ Acadêmica do curso de Psicologia. Bolsista Feevale

⁴ Enfermeira, Esp. em Gestão de Serviços em Saúde. Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Professora da Universidade Feevale.

⁵ Biólogo, Doutor em Genética e Biologia molecular pela UFRGS e Bolsista de Pós Doutorado do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

⁶ Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia Clínica. Especialista em Gerontologia Social. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

os sexos, de regime integral e por período indefinido, dispondo de funcionários que estejam aptos a atender as necessidades dos mesmos. O processo de institucionalização nem sempre ocorre de forma voluntária por parte do idoso, em uma pesquisa desenvolvida por Dantas; Ferreira; Andrade; Silva e Soares (2013) em 2 ILPIs na cidade de Marília/SP, constataram as mudanças bruscas na rotina e hábitos dos idosos e que mesmo as Instituições estando comprometidas em atender as necessidades básicas destes, enfrentavam dificuldades em gerir o processo de adaptação individual.

O perfil dos idosos asilados no Brasil apresenta em sua maioria uma redução da capacidade física, mental e cognitiva, necessitando de assistências que integrem a saúde e o social. Atualmente as ILPIs buscam oferecer serviços variados, não correspondendo mais a um simples abrigo como o foi no passado (CAMARANO, 2010). A pesquisa propõe delinear o perfil dos idosos Institucionalizados da cidade de Ivoti/RS visando buscar melhorias no âmbito de qualidade de vida junto aos órgãos públicos do município.

MÉTODO

A pesquisa possui um delineamento quantitativo descritivo transversal, foram avaliados 25 idosos com mais de 60 anos e residentes em 2 ILPIs na cidade de Ivoti/RS. A pesquisa faz parte do Projeto de “Avaliação do estado emocional, Satisfação com a vida e capacidade funcional de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência do Município de Ivoti/RS” com a parceria do Conselho Municipal do Idoso, a Secretaria de Saúde e Assistência Social juntamente com as ILPIs do município de Ivoti. Os idosos com capacidades cognitivas foram submetidos ao Mini Exame do Estado Mental. Apenas responderam os instrumentos de avaliação da depressão e de satisfação com a vida os idosos que não apresentaram declínio cognitivo. Portanto a amostra deste estudo foi composta de duas mulheres idosas. Foram utilizados como instrumentos: Escala de Depressão Geriátrica – GDS ou EDG. Esta escala é uma das mais utilizadas, principalmente na realidade brasileira, inicialmente composta por 100 questões, foi reduzida para 30 e posteriormente para apenas 15 questões que demonstram sensibilidade e especificidade semelhantes à escala completa. A versão brasileira GDS-15 oferece medidas válidas para a detecção de episódio depressivo maior em idosos. A escala é pontuada de acordo com a presença de sintomas depressivos, sendo adotado o ponto de corte de 6 sintomas (normal ≤ 5 ; depressão leve ≥ 6 e ≤ 10 sintomas; > 10 depressão grave). Apresenta uma aplicação fácil e rápida, com questões que solicitam respostas sim ou não respondidas de acordo com a percepção de como se sentiu em relação às duas últimas semanas precedentes à avaliação (YESAVAGE ET AL., 1983; ALMEIDA E ALMEIDA, 1999); Escala de

Satisfação com a vida – apresenta três etapas: (NERI, 2001; STRAWBRIDGE ET AL., 2002; STAUDINGER; FLEESON; BALTES, 1999; WARE; SHERBOURNE, 1992) - Satisfação global hoje - 1 item escalar com 3 pontos; Satisfação global hoje em comparação com outros da mesma idade - 1 item escalar com 3 pontos; Satisfação referenciada aos domínios memória, solução de problemas, amizades e relações familiares, ambiente construído, acesso a serviços de saúde e transportes, 6 itens escalares com 3 pontos cada. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Feevale com o número 17296213.4.0000.5348 em 2013.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da análise dos dados descritivos através do SPSS v. 22.0 identificou-se que 20% dos idosos faleceram durante o processo de coleta e 52% dos idosos tiveram a possibilidade de responder diretamente as perguntas do instrumento. A média de idade encontrada foi de 80,1 anos, variando entre 63 e 95 anos sendo 80% do sexo feminino. Do total de 25 participantes apenas 8% dos idosos estavam em condições de serem entrevistados.

Em relação à depressão identificou-se que 50% das participantes não apresentam depressão e 50% apresentaram depressão leve. As limitações funcionais, relacionadas à saúde física e a auto avaliação do estado de saúde estão fortemente correlacionas a depressão (BEEKMAN, et al. 1997).

Vivan e Agimon (2009) estudaram as estratégias de enfrentamento dos idosos em ILPIs, a pesquisa apontou que o autocontrole e a resolução de problemas são as mais utilizadas, identificando uma associação significativa entre as variáveis escolaridade e depressão. Segundo as autoras, a avaliação das estratégias utilizadas diante dos eventos estressores um potencial auxiliar na análise da situação e na adequação das estratégias escolhidas.

A ocorrência da depressão em idosos institucionalizados foi pesquisada por Porcu et al. (2002), que através da Escala de Hamilton para Avaliação de Depressão - versão adaptada por Blacker (HAM-D), demonstrou que os idosos asilados apresentaram escores condizentes com depressão grave e muito grave. A menor prevalência de sintomas depressivos foi encontrada entre os idosos residentes em domicílio.

Em relação à satisfação com a vida identificaram-se os resultados apresentados na tabela 1, que demonstram uma adequada satisfação com a vida, havendo dificuldade na percepção de satisfação diante do período atual.

Tabela 1. Resultados descritivos da Escala de satisfação com a vida

Escala de satisfação com a vida	Pouco	Mais ou menos	Muito
Satisfação global hoje	2	0	0
Satisfação global hoje em comparação com outros da mesma idade	0	1	1
Satisfação referenciada ao domínio memória	0	1	1
Satisfação referenciada ao domínio solução de problemas	0	0	2
Satisfação referenciada ao domínio amizades e relações familiares	0	0	2
Satisfação referenciada ao domínio ambiente construído	0	0	2
Satisfação referenciada ao domínio acesso a serviços de saúde	0	0	2
Satisfação referenciada ao domínio acesso a serviços de transporte	0	0	2

Marchon, Cordeiro e Nakato (2010) apontam que em relação ao lazer o estudo evidenciou que os idosos se consideram ativos e satisfeitos com o lazer, mas na avaliação da capacidade funcional no decorrer do tempo de internação demonstraram perda funcional, principalmente em relação à força. Segundo Khoury et al (2011), o bem-estar, tem sido pouco estudado em relação à vivência do idoso institucionalizado. Em estudo realizado pelos pesquisadores, através da segunda parte da escala EBES (Escala de bem-estar subjetivo), foi identificado que a percepção subjetiva do bem-estar dos idosos asilados é moderada. No estudo não houve alteração significativa na percepção do bem-estar subjetivo entre idosos de instituições públicas ou filantrópicas. Entretanto verificou-se relação do bem-estar com visitas de familiares frequentes e regulares. Percebe-se que a ausência de visitas prejudica menos o bem-estar dos idosos institucionalizados do que recebê-las sem regularidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa aponta para o maior número de idosos institucionalizados com déficit cognitivo comprometido, acarretando maiores cuidados e atenção por parte dos cuidadores. As pesquisas realizadas em ILPIs apontam cada vez mais para a presença de idosos com mais de 70 anos vivendo nestas instituições, tendo o perfil associado a presença de déficits cognitivos/físicos e dificuldade nas relações familiares que acabam conduzindo o mesmo para uma ILPI (ESPITIA; MARTINS, 2006). O diagnóstico de depressão em idosos pode ser responsável pela perda de autonomia e pelo agravamento de quadros patológicos preexistentes e medidas que possam identificar e auxiliar a minimizar a ocorrência de depressão é relevante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. P.; ALMEIDA, S. A. Confiabilidade da versão brasileira da escala de depressão em Geriatria (GDS) versão reduzida. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v.57, n.2-B, p. 421-426.1999.

BRASIL. LEI Nº. 10.741/2003 – Lei Especial – Estatuto do Idoso. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BEECKMAN, A. T.; PENNING, B. W.; DEEG, D.J.; ORMEL, J.; BRAAM, A. W.; VAN TILBURG, W. Depression and physical health in later life: results from the Longitudinal aging study Amsterdam (LASA). **J. Affect Disord.**, v.46, n. 46, p. 219-231, 1997.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.** V.27, n.1, p. 232-235, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982010000100014&lng=en&nr m=iso>. Acesso jul. 2014.

DANTAS, L. C. V.; FERREIRA, L. A. K.; ANDRADE, C. V. S.; SILVA, S. M. S.; SOARES E. Aspectos do Processo de Institucionalização na Saúde Mental do Idoso. In: **Revista de Iniciação Científica da FFC**. v. 13, n 2, 2013.

ESPITIA, A. Z.; MARTINS, J. J. Relações afetivas entre idosos institucionalizados e família: encontros e desencontros . In: **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 35, n. 1, 2006. Disponível em: < <http://www.acm.org.br/acm/revista/pdf/artigos/355.pdf>>. Acesso em: jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tábua Completa de Mortalidade 2012**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2012>. Acesso em: jul. 2014.

KHOURY, H. T. T.; et al. Bem estar subjetivo de idosos residentes em instituições de longa permanência. In. FALCÃO, D. V. S; ARAÚJO, L. (Orgs.). **Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados**. Campinas: Alínea, 2011. p. 103-118.

NERI, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**. Campinas: Papirus. 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <<http://www.who.int/research/en>>. Acesso em: jul. 2014.

PORCU, M; SCANTAMBURLO, V. M; ALBRECHT, N. R; SILVA, S. P; VALLIM, F. L; ARAÚJO, C. R; DELTREGGIA, C; FAIOLA, R. V. Estudo comparativo sobre a prevalência de sintomas depressivos em idosos hospitalizados, institucionalizados e residentes na comunidade. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 3, p. 713-717, 2002.

STAUDINGER, U.; FLEESON, W.; BALTES, P. Predictors of subjective physical health and global well-being: Similarities and differences between the United States and Germany. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 76, n. 2, p. 305-319, 1999.

STRAWBRIDGE, W. J.; WALLHAGEN, M. I.; COHEN, R. D. Successful Aging and Well-Being: Self-Rated Compared With Rowe and Kahn. **Gerontologist**, v. 42, n. 6, p. 727-733, 2002.

VIVAN, A. S.; ARGIMON, I. I. L. Estratégias de enfrentamento, dificuldades funcionais e fatores associados em idosos institucionalizados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 436-444, fev. 2009.

YESAVAGE, J.A.; BRINK, T.L.; ROSE, T.; LUM, O.; HUANG, V.; ADEY, M; et al. Development and validation of a geriatric depression screening scale: a preliminary report. **J. Psychiatr Res.** v. 17, n. 1. p. 37-49, 1983.

WARE, J. E. E.; SHERBOURNE, C. D. The MOS 36-item short-form health survey (SF-36). **Medical Care**, v. 30, n. 6, p. 473-483, 1992.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): PORTA DE ENTRADA DE...

Raquel Aires do Amaral¹ - Feevale
Clarissa Machado² - Feevale
Lisiane Machado de Oliveira Menegotto³ - Feevale

Palavras-Chave: Perfil de Encaminhamento. Usuários. CAPS.

1. INTRODUÇÃO: Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços de atenção especializada em saúde mental que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS) e constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica (BRASIL, 2004). Considerando a relevância do trabalho desenvolvido neste serviço e as políticas de saúde mental, o presente estudo objetiva analisar o perfil de encaminhamento de usuários para atendimento em um CAPS II de um município da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Pretende-se ainda avaliar como esses encaminhamentos têm ocorrido e como se tem conduzido cada caso avaliado. O levantamento de dados será feito a partir de uma análise documental de instrumentos utilizados no referido serviço. Espera-se com isto potencializar a discussão sobre o trabalho em rede em saúde mental, bem como qualificar o processo de encaminhamentos e o próprio trabalho realizado no CAPS a partir do processo de educação permanente em saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Os CAPS são regulamentados pela portaria 336 de 2002. A referida portaria prevê que "§ 2º - Os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território" (BRASIL, 2002). A legislação em saúde mental delinea um perfil de usuário para atendimento em cada serviço da rede. Conforme definição do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), o CAPS II deve atender a população adulta, a partir de 18 anos com transtornos mentais, psicoses, neuroses ou quadros cuja severidade e/ou persistência justifiquem seu acompanhamento num dispositivo de cuidado intensivo da rede de saúde mental. Está previsto ainda que os CAPS organizem a rede de atendimento em seu território, deem suporte ao trabalho e supervisionem à atenção em saúde mental na atenção básica, bem como regulem a porta de entrada da rede em assistência em saúde mental da sua área (BRASIL, 2004).

¹ Residente em Saúde Mental no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) - Feevale, Psicóloga.

² Especialista em Educação em Saúde Mental (UFRGS), Psicóloga, preceptora da RMS (Feevale).

³ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), Psicóloga, Tutora da RMS (Feevale), Docente da Universidade Feevale

3. METODOLOGIA: Para realizar esta análise documental avaliou-se o documento de acolhimento utilizado no serviço e o documento de referência e contra-referência utilizado nos serviços de saúde do SUS. O documento de acolhimento é utilizado no primeiro atendimento do usuário no CAPS. Ele contém informações como: dados pessoais do usuário, dados de qual o serviço e qual técnico realizou o a solicitação de atendimento para o CAPS, dados para avaliação diagnóstica do caso, resumo do caso e encaminhamento da equipe – onde registra-se qual ação será tomada diante do caso. Delimitou-se para o período de análise de dados os meses de janeiro a julho de 2014. Das informações contidas no documento avaliou-se os seguintes dados: gênero, idade, forma como o usuário acessou o serviço (se por demanda espontânea ou por encaminhamento de outro serviço de saúde), qual o motivo descrito no encaminhamento para o atendimento e qual a deliberação da equipe para resolução do caso.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A discussão realizada apresentará dados preliminares do levantamento⁴. No primeiro semestre de 2014 foram realizados 170 acolhimentos no serviço, ou seja, 200 usuários acessaram o CAPS. Dos quais a predominante maioria do gênero feminino (em torno de 80%). As idades dos usuários variam de 19 a 80 anos. A maioria dos encaminhamentos recebidos provêm dos serviços de atenção básica. Houve ainda um considerável número de usuários que buscou o serviço por demanda espontânea. Outras fontes encaminhadoras foram ainda: o hospital geral da cidade, o Conselho Tutelar, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e alguns serviços da rede privada. Os motivos pelos quais os técnicos encaminharam os usuários foram variados, mas concentraram-se nas seguintes categorias: solicitação de atendimento psiquiátrico, sintomas relacionados a saúde mental (labilidade emocional, choro, ansiedade, irritabilidade, alucinações auditivas) ou ainda a descrição diagnóstica do usuário: depressão, transtorno do pânico, transtorno esquizoafetivo depressivo. A forma como foram descritos os encaminhamentos aos CAPS vindos das equipes de atenção básica denota falta de ou pouca clareza por parte dos técnicos encaminhadores sobre as especificidades do perfil de atendimento em saúde mental num CAPS. Dentro do território de adscrição do CAPS em estudo, há 4 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF's) e três unidades básicas de saúde (UBS). Com as equipes de ESF's os técnicos do CAPS realizam um trabalho conjunto, através do matriciamento. O Matriciamento ou apoio matricial é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais

⁴ Os resultados finais serão apresentados na data de apresentação do trabalho no evento.

equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica” (CHIAVERINI et al., 2011, p. 15). Já com as equipes das UBS esse trabalho não é realizado em função da lógica de trabalho adotada na UBS. Os encaminhamentos oriundos das ESF's são distintos dos oriundos da UBS. As equipes de ESF encaminham usuários com perfil de atendimento mais próximo do trabalho realizado no CAPS, embora nem sempre isso aconteça. Já uma das UBS do território adscrito, uma das maiores encaminhadoras de usuários ao CAPS, parece seguir trabalhando numa lógica cartesiana. A dicotomia mente/corpo segue pautando as ações. Aparentemente, as situações que demandavam um olhar para questões não biológicas, foram encaminhadas para avaliação de especialistas em saúde mental. Outra situação recorrente nos encaminhamentos da UBS foi a descrição diagnóstica do caso e a solicitação de intervenção psiquiátrica. Observou-se ainda que muitos dos serviços fizeram a solicitação de atendimento para usuários que estavam apresentando sintomas e/ou transtornos mentais leves. Usuários estes que fogem ao escopo de atendimento desse serviço. Com isso a deliberação da equipe do CAPS para a resolução de inúmeros casos foi o encaminhamento do usuário para sequência de atendimento no ambulatório de especialidades da cidade. Outros ainda receberam mais um atendimento no serviço antes de serem orientados sobre a sequência do seu cuidado noutro espaço. Houve casos em que se entendeu que a equipe de atenção básica pode seguir acompanhando, contando com o apoio técnico e a retaguarda da equipe do CAPS e por fim, um número considerável de usuários que chegou para o atendimento, segue em acompanhamento no serviço. Muitos dos casos triados na atenção básica, de fato, tratam-se de usuários com transtornos graves e/ou persistentes que demandam acompanhamento e cuidado no espaço de CAPS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Muitos dos encaminhamentos oriundos da atenção básica poderiam ser manejados no próprio serviço, contando com o suporte da equipe em atenção em saúde mental e não necessariamente demandam atendimento num serviço especializado como o CAPS. Compreende-se que o matriciamento constitui-se um profícuo dispositivo para a realização do cuidado em rede na atenção a saúde mental. Atualmente, os indicadores de saúde mental já compõem o rol de indicadores das equipes de atenção básica. Busca-se com isso garantir o acesso da população a atenção em saúde mental (BRASIL, 2005). A partir dos resultados obtidos, pode-se pensar em propor melhorias na forma de utilização do instrumento de acolhimento no serviço, bem como propor discussões e tensionamentos sobre a forma como vem se constituindo o cuidado e trabalho em rede na saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria 336** de 19 de fevereiro de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

CHIAVERINI, Dulce, et al; **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, Brasília, 2011. 236 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf>. Acesso em: 04 maio 2014.

Palavras-chave: coletivo RUA; homem cordial; homem público; cidadania brasileira.

INTRODUÇÃO

Sempre sedutoras e favorecendo as fantasias de uma vida melhor, as cidades crescem em número ao mesmo tempo em que se tornam complexos conjuntos humanos. Por ser nelas que convivemos uns com os outros e por ser em suas ruas que invariavelmente nos movimentamos, é interessante pensar a relação do indivíduo com os espaços exteriores urbanos. Muitos coletivos independentes surgiram nos últimos anos. Várias de suas propostas referem-se à ocupação de espaços públicos inutilizados, esquecidos pelo poder público ou que vieram a sofrer interferências por decisões políticas.

É possível enxergar, nos tempos atuais, transformações na relação do indivíduo brasileiro com o que é da ordem do comum ou permanece a conduta do homem cordial, que tende a priorizar vontades particularistas, privatizando o espaço público? Ações propostas por coletivos independentes são o início de práticas disruptivas de cidadania na cultura brasileira ou trata-se do fortalecimento do nosso caráter? Essas são as questões norteadoras que o texto buscará discutir.

O texto articula a forma que opera o coletivo RUA (Rastro Urbano de Amor) com o processo histórico de formação do espaço público no Brasil. Para tanto, foram utilizados os conceitos de cidadania brasileira em DaMatta (1986;1997), o de homem cordial em Buarque de Holanda (1995) e a proposta de homem público em Sennett (1998). O artigo evidencia a ambivalência desse movimento que embaralha público e privado e que, ao mesmo tempo, apresenta possíveis fissuras onde novas formas de convívio social podem emergir na sociedade na qual estamos inseridos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale/RS e graduada em Comunicação Social pela PUCRS.

² Orientadora do trabalho. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha dos Estudos Culturais. Docente no Mestrado em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale/RS,

O acaso da rua pode envolver “confusão, competição e desordem” (DAMATTA, 1986, p. 27), em oposição à organização controlada e ao aconchego do lar. Se no lar o comportamento é de supercidadãos, porque é onde são criadas normas próprias ou é onde são encontradas brechas para subvertê-las com base em relações pessoais; na rua, o comportamento é de um subcidadão: aparentemente obediente ao que é oferecido, e à deriva das surpresas decorrentes das individualidades e individualismos de tantos desconhecidos. A rua, no entanto, vem se mostrando um espaço nobre para movimentos e mobilizações diversificados, colocando em xeque a noção de público e de privado.

Tal oposição, ou cidade/família - para nos aproximarmos dos termos de Buarque de Holanda -, deveria ser, na perspectiva desse autor, bastante marcada, porque existe uma incompatibilidade fundamental entre esses dois princípios: de um lado a noção abstrata e impessoal da Cidade; de outro, a realidade concreta e tangível da família. Para o homem cordial (BUARQUE DE HOLANDA, 1995), no entanto, a rua é um espaço impossível nesses termos, uma vez que traços constitutivos de seu caráter - como a aparência da cordialidade, a polidez e a hospitalidade - somente escondem características herdadas de uma tradição rural e patriarcal que acaba por preservar inalteradas suas sensibilidades e emoções.

Acontecimentos do RUA podem contribuir para uma reflexão sobre a desafiadora e complexa relação do binômio público/privado quando tal manifestação agencia o embaçamento dessas fronteiras. Fundado em abril de 2012, em Porto Alegre, o coletivo tem como proposta fomentar intervenções em espaços públicos para tirá-los do anonimato ou ressignificá-los. Um dos eventos propostos ocorreu no Largo dos Açorianos, com o intuito de promover a Ponte de Pedra (cartão postal da capital gaúcha, mas rotineiramente deserta de habitantes) e o seu entorno próximo ao centro histórico. O espaço foi palco de atrações artísticas e reuniu muitas pessoas. Nas palavras de uma das fundadoras do grupo, os lugares escolhidos para as ações “podem ser locais de troca afetiva e ganhar significado através de algo pacífico e lúdico”³.

Movido por um viés poético, o RUA vai sugerindo que a rua se assemelhe ao espaço da casa: seguro e afetuoso. Por outro lado, ele preserva a impessoalidade característica do ambiente exterior quando ali não interessa quem é quem. O acesso, as atrações e a possibilidade de se apresentar artisticamente estão disponíveis para ‘qualquer um’. Muitos dos participantes conhecem apenas outros indivíduos na mesma condição: com o interesse comum

³ Excerto extraído de matéria jornalística em ‘Zero Hora’, de 07/11/2013. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/11/coletivo-urbano-promove-evento-no-largo-dos-acorianos-em-porto-alegre-4325897.html>>. Acesso em 6 de janeiro de 2014.

de frequentar a região. Embora tenha pouca importância a personalidade dos demais envolvidos no evento e haja presença de grupos que não se conhecem, parece que a motivação em participar está mais ligada à “compulsão de estar perto dos outros” do que de “viver com os outros” (SENNETT, 1988, p. 324), já que o comportamento preponderante é o da observação entre os desconhecidos e não o de realização conjunta de ações específicas.

Ao convidar anônimos para participar de um ato cujo propósito reside em afeto e no convívio pacífico, polido e contemplativo dos indivíduos, o RUA convoca prioritariamente o homem cordial. Esse indivíduo que precisa estar perto dos outros e cuja

vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 147)

A partir do exposto até o momento vale abordar as duas lógicas operantes na cidadania brasileira na visão de DaMatta (1986; 1997). Uma delas é o discurso⁴ no campo da burocracia, proclamando a ordem universal da imparcialidade e da igualdade de todos os membros que constituem a nação. A mensagem recorrente é de que os indivíduos devem obedecer às leis e normas postas. Estas, contudo, criadas, não com a participação dos cidadãos, mas pelo próprio Estado, desde o período colonial, como instrumentos de ‘ordem e progresso’. Habitamo-nos, assim, a uma forma de organização dada, cujo processo não fomentou a autonomia nem o aprendizado de negociação dos indivíduos. Nossa tendência é aceitar o que nos apresentam para, sem receio, descumprir às escondidas com o que não concordamos. Há uma tensão na sociedade brasileira entre obediência e autonomia. Um espaço que não sabemos direito como preencher, que nunca aprendemos como fazer porque em nosso processo histórico não houve apoio aos atos espontâneos ou aos que se contrapunham ao que já estava tradicionalmente estabelecido. Ou, ainda, porque, como aponta DaMatta (1997, p. 81), somos uma nação onde muitos códigos de comportamento - complementares - operam simultaneamente: “o que um nega, outro pode facultar”.

Passemos, assim, para a segunda lógica da cidadania, na ordem da prática não-discursiva e que se dá a partir do espaço da ‘casa’. Os princípios igualitários desaparecem para dar lugar aos privilégios procedentes das relações afetivas que o sujeito estabeleceu ao longo de sua vida social. Surge, portanto, uma cidadania que se realiza no âmbito privado, em

⁴ Foi considerado o referencial foucaultiano, tomado pelas lentes da pesquisadora brasileira Rosa Maria Bueno Fisher (2001; 2013) para diferenciar os conceitos discurso, enunciado, prática discursiva e não-discursiva.

que os interesses particulares de alguns - dos que herdaram ou formaram laços convenientes - predominam sobre a ordem coletiva. Normas são quebradas para emergir o 'jeitinho brasileiro' que revela o predomínio do "emotivo sobre o racional" na nossa cultura (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 182). É nesse sentido que

a obediência às leis configura na sociedade brasileira uma situação de pleno anonimato e grande inferioridade. Normalmente é um sinal de ausência de relações e são as relações que permitem revestir uma pessoa de humanidade, resgatando-a de sua condição de universalidade que é dada nos papéis de cidadão e de indivíduo (DAMATTA, 1997, p. 74-75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por sua efemeridade e sua flexibilidade, fica opaco o caráter da luta, do conflito de forças, da necessidade da entrega contínua para a busca de solução perdurável, de uma finalidade que está situada exterior ao indivíduo e que implica certa submissão dele ao objetivo. As características do jogo político se diluem na alegria do encontro familiar, mantendo, assim, nossa qualidade de "povo mais brando e mais comportado do mundo" (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 177).

O evento organizado pelo RUA implica em possíveis efeitos um tanto ambivalentes. A atmosfera familiar carente de deveres, hierarquia ou qualquer tipo de rito parece colaborar para que o indivíduo saia de sua casa e se torne testemunha do movimento. O ócio e a espontaneidade, que distinguem o encontro, podem se mostrar relevantes para a construção e reconstrução de convenções e de máscaras a serem usadas por indivíduos que precisam aprender a arte da negociação com o outro, em um espaço comum vivido. Mas esse mesmo tempo mágico não beneficia laços firmes de solidariedade anônima, não contribui para a formação do sentimento do coletivo e tampouco favorece uma posição efetiva democrática quando ignora as estruturas formais políticas, reiterando a disposição do brasileiro para a solução individual. Essa é a encruzilhada da política contemporânea, onde a aglomeração parece ter em si mesma o seu objetivo e sua razão.

O comportamento voltado para o coletivo se encontra ainda opaco, mas parece haver a insipiência de algo, e talvez seja preciso deixar emergir, contrariando nosso processo histórico de abafar os atos espontâneos. 'Deixar ser' pode se mostrar uma alternativa de experienciar maneiras de interação social na cidade, compreendendo-a na concepção na qual aposta Sennett (1988, p. 414), como:

o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. (...) a cidade surgiu como foco para vida social ativa,

BIBLIOGRAFIA

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DAMATTA, Roberto. A casa, a rua e o trabalho. In: _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 21-34

_____. Cidadania. In: _____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 59-86

FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Revista Cadernos de Pesquisa*, n.114, p. 197-223, novembro/2001.

_____. FOUCAULT. In: OLIVEIRA, Luciano Amara (org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGICA NO ÂMBITO INSTITUCIONAL NÃO ESCOLAR

Juliana Aparecida Bohn - Feevale¹

Palavras-chaves: Psicopedagogia Institucional. Espaço não-escolar. Aprender. Ensinar.

INTRODUÇÃO

O estágio em Psicopedagogia Institucional, do curso de Pós-Graduação - Especialização em Psicopedagogia: Abordagem Clínica e Institucional da Universidade Feevale tem como propósito a elaboração de um diagnóstico e de uma proposta de intervenção em uma Instituição. Desse modo, entende-se que será possível realizar uma reflexão sobre as contribuições dessa área de conhecimento para as Instituições.

Relata-se, então, o trabalho realizado no decorrer do estágio em Psicopedagogia Institucional, que teve como tema central a Psicopedagogia no âmbito institucional, tendo um recorte em um espaço institucional não escolar, sendo desenvolvido a partir da seguinte questão: "De que maneira a Psicopedagogia pode contribuir no âmbito de uma instituição não escolar?".

Essa proposta se justifica, pois, embora habitualmente a Psicopedagogia seja vinculada às dificuldades de aprendizagem e às instituições escolares, são frequentes, nas discussões realizadas no decorrer do curso a afirmação que a aprendizagem ocorre em diferentes espaços e tempos e, como isso, amplia-se a possibilidade da atuação do psicopedagogo, podendo ocorrer em diferentes instituições, além das instituições escolares, inserindo-se o caráter preventivo das dificuldades de aprendizagem.

O objetivo geral do trabalho foi compreender de que forma os conhecimentos da Psicopedagogia poderiam contribuir com uma Instituição não escolar.

Os objetivos específicos do trabalho foram: Realizar um diagnóstico da Instituição em estudo; Elaborar uma proposta de intervenção psicopedagógica, coerente com o diagnóstico realizado; Efetivar a intervenção na Instituição em estudo, possibilitando aprendizagens significativas ao grupo e a prevenção de possíveis dificuldades, utilizando conhecimentos da Psicopedagogia.

¹ Especialista em Gestão do Cuidado (UFSC), Licenciada em Letras e Acadêmica do curso de Pós-Graduação - Especialização em Psicopedagogia: abordagem clínica e institucional da Universidade Feevale.

Em relação à metodologia, para a realização do diagnóstico foi realizada análise de documentos, provas projetivas e entrevista do tipo escuta da queixa. Em cada um desses itens foi realizado uma análise parcial. Procurou-se, então, caracterizar a Instituição e o grupo e a partir da relação entre análises parciais procurou-se elaborar uma hipótese em relação ao grupo/Instituição e se definir um foco de intervenção. Com isso, foi possível a elaboração da proposta de intervenção, definindo-se objetivos, justificativa, e forma de realização.

Os principais autores utilizados para a realização do trabalho foram Clarisse Escott, Jorge Visca e Alicia Fernández.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicopedagogia tem por objeto de estudos a aprendizagem humana e os processos que podem estimulá-la ou que podem trazer transtornos à mesma.

As instituições sejam elas escolas, empresas ou outras, são permeadas em seus cotidianos por esses processos de aprendizagem, mesmo que não conscientes para os indivíduos que fazem parte dela. Segundo Escott (2004, p. 36) “a ação da Psicopedagogia Institucional busca o resgate da identidade da instituição com o conhecimento e, portanto, com a possibilidade de aprender”.

O ambiente de uma instituição deve ser de prazer para todos os indivíduos, pois quando alguém não se sente bem no grupo, com certeza esse seu processo individual terá conseqüências na totalidade da instituição a qual pertence, seja ela sua própria família, escola, igreja ou empresa. Por vezes isso acontece durante anos, sem que seja visto como algo que afete a todos. Escott nos diz que o psicopedagogo institucional é aquele que,

Poderá contribuir para o resgate do prazer de ensinar e aprender nas diferentes instituições onde existam situações de ensino-aprendizagem; centra seu olhar sobre os grupos e promove intervenções a partir das necessidades evidenciadas pelos sujeitos ensinantes e aprendentes. (Escott, 2004, p. 41)

Esses sujeitos, que ensinam e aprendem, tomam como base suas aprendizagens anteriores àquelas da instituição e por isso faz-se necessário que o psicopedagogo busque também nesses processos de cada um, subsídios que podem auxiliá-lo nas intervenções. Fernández, sobre esse sujeito, diz que

Penso o sujeito aprendente como aquela articulação que vai armando o sujeito cognoscente e o sujeito desejante sobre o organismo herdado, construindo um corpo sempre em intersecção com outro (Conhecimento-Cultura...) e com outros (pais, professores, meios de comunicação). (FERNÁNDEZ, 2001. P.55)

Para essa autora “ensinar e aprender são posições subjetivas, presentes em uma mesma pessoa, ao mesmo tempo”. (FERNÁNDEZ, 2001. P.55) É na instituição, portanto, que esses papéis já vividos pelo sujeito serão refletidos, contribuindo ou não para o fluir das aprendizagens dessa instituição.

Nesse sentido, cabe ao psicopedagogo institucional emergir do sujeito essas cenas já vivenciadas por ele, intervindo para que possa construir novas e diferentes possibilidades de ensinar e aprender.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada a **caracterização da Instituição e do grupo participantes** do estudo. A Instituição está situada em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Teve como objetivo inicial inserir o uso das tecnologias no universo das escolas. Atualmente, com laboratórios de informática educativas em todas as escolas, orienta o trabalho desenvolvido nesses espaços, realizando formação para os profissionais e também apóia àquelas escolas inseridas no programa PROUCA (Programa Um Computador por Aluno) do governo federal.

Quanto ao grupo participante da pesquisa é formado por 13 pessoas. O mesmo é dividido em multiplicadores que é composto por seis funcionários que atuam no vínculo entre a instituição e as demais escolas da Rede Municipal de Ensino, sendo cada um deles responsável por nove escolas, e a equipe de técnicos que é composta por três pessoas, essas responsáveis pela manutenção de equipamentos nas escolas. Também trabalham no espaço uma pessoa responsável pela cozinha e há uma pessoa responsável pela limpeza. Há uma secretária, que é uma professora que está nessa função em virtude um laudo médico restritivo.

Foi realizada também uma análise de documentos, utilizando-se para isso o Projeto Político Pedagógico, o qual foi atualizado em 2012, com a participação dos integrantes da equipe da instituição e pelos coordenadores de LIE de cada escola. A instituição tem concepções teóricas bem estabelecidas. De acordo com o PPP,

A sociedade do novo milênio apresenta-se em constante mutação com rápidas transformações tecnológicas, econômicas, políticas, entre outras, exigindo um novo perfil de cidadão: crítico, criativo, reflexivo, autônomo, que saiba encontrar soluções às dificuldades que surgem, sem perder o valor humanitário, o conceito de coletivo, imprescindível nas relações interpessoais. A escola, como uma das vias de formação deste novo perfil de cidadão, encontra na Informática Educativa uma alternativa para sua efetivação, enfocando a perspectiva de mudança dos paradigmas educacionais.

Nos últimos anos, a instituição vem aproximando-se cada vez mais das escolas, procurando ser o elo entre o professor que atua nos laboratórios de informática e as tecnologias mais avançadas.

Foi realizada também uma entrevista do tipo “**escuta da queixa**” com a coordenadora do espaço, que colocou que quando chegou notou que alguns funcionários que ali estavam sentiram a saída da pessoa que coordenava o espaço antes dela. Diz que gostaria muito que fosse realizado um trabalho com o grupo, pois vem buscando transformá-lo em uma equipe de trabalho.

Foi realizada também uma **prova projetiva** adaptada da prova intitulada “A planta da sala de aula” (Visca, 2008), na qual é pedido que o aluno desenhe a planta de sua sala de aula. Foi solicitado que realizassem o desenho da planta de seu local de trabalho, com o objetivo de conhecer a forma como esses sujeitos se colocam nesse espaço e também como situam seus colegas, ajudando a compreender as dinâmicas do grupo.

De acordo com Zenicola (2001)

Num diagnóstico institucional não terão como objetivo o conhecimento da vinculação afetiva individual com as situações de aprendizagem, e sim o conhecimento do perfil grupal em relação ao vínculo que prevalece em relação às situações de ensinar e aprender. (Zenicola, 2001, p.160)

RESULTADOS

Foi possível, com o diagnóstico realizado, perceber que o grupo, de modo geral, aceita a coordenação do espaço e vê nessa coordenação capacidade de abertura, de diálogo. Há uma pessoa que não se sente integrada com o todo da Instituição e um pequeno grupo que não compartilha muito seus saberes com os demais, assim como, não considera os saberes dos colegas. Com a intervenção, possibilitou-se um maior conhecimento de cada um sobre si mesmo e sobre os colegas, mas, ainda é necessário investir-se no fortalecimento do grupo, para que se beneficiem como grupo, a partir dos saberes de cada um.

DISCUSSÃO

Nas relações desse grupo está em construção o jogo de aprender/ensinar com o outro, Fernández (2001, p. 63) nos diz que “Não aprendemos com qualquer um, aprendemos com aquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar”, portanto para que o saber possa fluir dentro dessa instituição, antes é preciso que possam outorgar confiança ao outro, aumentando as possibilidades de aprendizagem de uns com os outros.

Para Escott (2004, p. 38) “nessa relação, todos ensinam e todos aprendem a partir de suas possibilidades individuais, de seus conhecimentos e também de seus sentimentos”, portanto é necessário continuar se investindo nos sujeitos que fazem parte da instituição, trazendo-os mais para perto um do outro, possibilitando momentos em que possam reconhecer o saber do outro e ter também seu saber reconhecido.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Foi possível, através deste estudo, se refletir sobre algumas contribuições da Psicopedagogia para uma Instituição não escolar. Muitas outras possibilidades ainda poderiam ser exploradas a partir de novas discussões e estudos, mas, sem dúvida, muitas dificuldades de aprendizagem seriam evitadas, a partir da atuação do psicopedagogo, realizando um trabalho preventivo nas instituições.

Referências

ESCOTT, Clarice Monteiro. Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional: uma análise sobre o pensar e o agir pedagógico na escola. In: WOLFFENBÜTTEL, Patrícia (Org.). **Psicopedagogia: teoria e prática em discussão**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004. 164 p.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente**: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. 244 p.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. 180 p.

VISCA, Jorge. **Técnicas projetivas psicopedagógicas e pautas gráficas para sua interpretação**. 2. ed. Buenos Aires, Argentina: Visca & Visca, 2009. 223 p.

ZENICOLA, Ana Maria; BARBOSA, Laura Monte Serrat; CARLBERG, Simone. **Psicopedagogia: saberes/olhares/fazer**es. São José dos Campos, SP: Pulso, 2007. 368 p.

CRIANÇA E CONSUMO: DISCUTINDO AS FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DE UMA POSSÍVEL REGULAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

Analu Schmitz Horlle¹-Feevale
Saraí Patrícia Schmidt²-Feevale

Palavras-chave: criança. políticas públicas. Mídia. consumo.

A forte presença da mídia na vida cotidiana é uma característica central dos nossos tempos. A televisão e a internet, entre outros, são meios de comunicação incorporados à vida das crianças brasileiras. Crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo assistindo a programas que talvez não sejam adequados à sua faixa etária, bem como conversando em salas de bate-papo na internet e baixando músicas ou filmes da rede, muitas vezes sem o acompanhamento dos pais ou responsáveis.

Os debates sobre a constituição de uma mídia de qualidade que leve em consideração o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes envolvem aspectos tanto de promoção quanto de proteção. Essas perspectivas são complementares e devem ser consideradas de forma integrada pelos atores que compõem o sistema de mídia, ou seja, o governo, sociedade civil e empresas de comunicação. Considerando esse cenário, o estudo ora proposto tem como tema uma discussão sobre a relação entre mídia e criança, analisando fragilidades e potencialidades de uma possível regulação da publicidade no Brasil.

Uma vez escolhido o paradigma da infância que uma sociedade deseja fazer valer, é fundamental que ela busque regular os espaços onde a socialização desse grupo se dá. Do mesmo modo, a efetividade das normas estabelecidas depende de uma sociedade civil organizada e atuante.

Buscar alternativas mediante ações do Estado talvez seja a melhor forma de proteger crianças e adolescentes. Diante dessas constatações, e pelo fato de perceber que crianças e adolescentes brasileiras estão cada vez mais desprotegidas e influenciadas pela publicidade, surge a proposta que tem como objetivo principal, Analisar as fragilidades e potencialidades

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

² Doutora em Educação pela UFRGS. É docente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

da regulação da mídia no Brasil em relação ao consumo, relacionadas à proteção de crianças e adolescentes conforme as leis vigentes em 2013 e 2014. O trabalho analisa as fragilidades e potencialidades da regulação da mídia no Brasil em relação a publicidade infantil a partir da análise de documentos, discussão com grupo de pais e acadêmicos de Publicidade e Propaganda. Em, termos metodológicos a pesquisa é realizada em etapas: 1) análise documental a partir da busca em sites do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Instituto Alana, Agência Nacional dos Direitos da Infância(ANDI), Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR) e Associação Brasileira de Publicidade (ABAP); 2) Discussão com grupo de pais da rede pública (escola do bairro São José, no município de Novo Hamburgo, onde a pesquisa institucional, na qual este estudo se enquadra é realizada); 3)Discussão com grupo de acadêmicos de Publicidade e Propaganda tendo como foco a relação publicidade infantil e regulação da mídia. São analisadas, tanto as diretrizes dos documentos que constituem o corpus da pesquisa como o material dos grupos de discussão com grupo de pais e acadêmicos do curso de Publicidade e Propaganda, tendo como foco norteador as questões da eficácia das leis de proteção as crianças e adolescentes em relação à mídia e consumo, bem como apontar limites e possibilidades da regulação da mídia no Brasil destinada ao público infantil.

Descrever a questão da mídia e do consumo pode ser compreendido como uma forma de ressaltar o que Bauman (2008, p. 20) defende quando afirma que vivemos numa época em que o mundo “fica claramente dividido entre as coisas a serem escolhidas e os que as escolhem; as mercadorias e seus consumidores: as coisas a serem consumidas e os seres humanos que as consomem”.

Para o autor, a “modernidade líquida” na qual vivemos pode ser denominada como “sociedade de consumidores”. O tempo que antes era considerado importante para convívio em família, amigos e brincadeiras de rua foi substituído por passeios ao *shopping* e brincadeiras com jogos eletrônicos e demais tecnologias. Nesse contexto, há muito no que pensar quando se fala da relação da cultura do consumo com a identidade infantil contemporânea. É necessário ampliar essa discussão, indo além de uma visão binária que classifica aspectos positivos e negativos dessa relação.

O grande desafio da sociedade atual está em como controlar a governabilidade exercida por meio do consumo, uma vez que as crianças estão cada vez mais dependentes da mídia e do seu poder de sedução.

Sob essa perspectiva, a criança chega à adolescência já subjetivada em uma sociedade que desde muito cedo a incentivou a consumir. Conforme Bauman (2013, p. 52), nos dias atuais, pensar o jovem significa pensar em “um novo mercado a ser comodificado e explorado”. A sociedade atual vê na infância e na juventude uma oportunidade de atrair bons negócios, alavancando a economia de uma sociedade capitalista. Ainda para o autor:

Um volume crescente de evidências de que o problema dos jovens está sendo considerado claro e explicitamente uma questão de adestrá-los para o consumo, e de que todos os outros assuntos relacionados à juventude são deixados numa prateleira lateral – ou eliminados da agenda política, social e cultural (BAUMAN, 2013, p. 53).

Já Canclini (2008, p. 30) lembra que “ninguém está satisfeito com o que tem”. Antigamente, o necessário já era o bastante; porém, na atualidade, o desejável sobressai ao necessário, mostrando outra forma de estabelecer uma identidade e de construir diferenças entre as pessoas.

O sucesso da sociedade de consumo inicia quando há a insatisfação do indivíduo. A partir dessa insatisfação, o indivíduo procura outra mercadoria, que, por um determinado período de tempo, vai satisfazer suas necessidades. A partir da busca constante de suprir as necessidades, surge o vício e a compulsão por possuir, o que movimenta o mercado de consumo.

Como preservar a imagem de uma criança quando a mídia a influencia para o consumo, cortejando-a e agindo de forma significativa na construção de sua identidade? Nesse contexto, as identidades são construídas a partir daquilo que se consome ou se adquire. A preocupação com o tema da relação cultura infantil e mídia torna-se cada vez mais intensa em diversas partes do mundo. Desta forma, vários especialistas consideram que é preciso discutir e ampliar as estratégias que regulamentem a publicidade voltada para o público infantil no Brasil. É necessário que se faça uma reflexão mais ampla sobre o que diz a lei e o que efetivamente é veiculado pela mídia.

Esta discussão toma contornos que deve-se levar em consideração. Por um lado, se tem os meios midiáticos que não podem mais “não fazer parte” da vida do cidadão, principalmente de crianças e adolescentes, por outro lado, a sociedade está cada vez mais mobilizada em fazer valer o seu direito de participação, mobilizando mais pessoas na luta contra a publicidade abusiva.

No Brasil, ao tentar-se implantar ações mais concretas em relação à publicidade infantil, a restrição ou justificativa da sua impossibilidade concentra-se na questão do direito à

liberdade de expressão. Normalmente, os atores que mais clamam ou reivindicam a liberdade de expressão são os próprios donos das emissoras, que se sentem ameaçados por leis que poderiam reconfigurar o mercado.

Deve-se levar em consideração também que no Brasil os meios midiáticos são empresas que se sustentam, em sua maioria, por patrocínio e propagandas pagas, portanto, qualquer “ameaça” a seus lucros torna-se motivo para longas batalhas judiciais, dificultando a aprovação de leis mais específicas voltadas para a questão em debate neste trabalho.

Neste jogo não deveria haver personagens de mocinhos ou bandidos; todos são responsáveis e têm um papel a cumprir. Sejam empresários, dirigentes de instâncias governamentais, parlamentares, magistrados, membros da academia, pais, mães, educadores; todos deveriam se lembrar que o principal direito da criança é o de ser criança (REBOUÇAS, 2008, p. 94)

Por outro lado, sabe-se que Estado e mídia caminham lado a lado, uma vez que leis e demais medidas, são aprovadas normalmente em comum acordo, de forma a beneficiar ambos os lados. Conforme Ianni,

Líderes, governantes, partidos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública tem sido construída cada vez mais pela mídia, como uma poderosa e abrangente coleção de técnicas sociais. A comunicação, a informação e a propaganda podem transformar, da noite para o dia, um ilustre desconhecido em uma figura pública notável, literalmente ilustre, com perfil, programa, compromisso, senso de responsabilidade pública, conhecimento dos problemas básicos da sociedade e até mesmo com linguagem própria, diferente de outras, original (IANNI, 1999, pg. 24).

É preciso atentar para uma possível aprovação de políticas regulatórias que busquem integrar as diferentes possibilidades na área da comunicação, permitindo que a criança possa crescer em um ambiente saudável. Buscar por uma política regulatória que alia proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis e atuação dos meios de comunicação, regulando sem interferir nas garantias, como a de liberdade de expressão, talvez seja uma forma de equilibrar ambos os lados, ou seja, proteção das crianças e liberdade de expressão da mídia.

Desta forma, é preciso buscar uma alternativa plausível e coerente para ambos os lados, sem condenar ou prejudicar somente uma parte. O mais importante é pensar o sujeito criança como parte integral da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDI. *Direito e comunicação*. Disponível em < <http://www.andi.org.br/>>. Acesso em 29.jul.2013.

ANDI. *Direito e comunicação*. Disponível em < <http://www.andi.org.br/>>. Acesso em 29.jul.2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre educação e juventude*. 1 ed. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2013.

_____. *Em busca da política*. 1 ed. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2000.

_____. *Vida para consumo*. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2008.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Relógio d'água editores, 2005.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1946.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 29.jul. 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**: Rio de Janeiro. Ed. Civilização brasileira, 2003

CONAR- *Conselho Nacional de autorregulamentação Publicitária*. Disponível em: < www.conar.org.br> Acesso em: 25 out. 2013.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. São Paulo. pg. 11-29, 1999.

IBOPE MEDIA. *Hábitos de mídia e investimento publicitário em 2011*. 2012. Disponível em:<http://www4.ibope.com.br/ibope_media/2012/mediabook/pt/content/Media_book_2012_portugues_final.pdf> Acesso em: 25.jun.2014

INSTITUTO ALANA. Disponível em <www.alana.org.br>Acesso em: 25 jun. 2014.

MOVIMENTO INFÂNCIA LIVRE DO CONSUMISMO. Disponível em: <<http://www.consumismoeinfancia.com/tags/infancia%20livre%20do%20consumismo/>> Acesso em: 20.fev. 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REBOUÇAS, Edgar. Os desafios para a regulamentação da publicidade destinada a crianças e adolescentes: soluções canadenses e reticências à brasileira Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.31, n.2, p. 75-97, jul./dez. 2008.

_____. *O discurso/escudo da liberdade de expressão dos “donos” da mídia*. Brasília : Secretaria Nacional de Justiça, 2006. p. 41- 49 .Disponível em: <
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6103/5563>> Acesso em: 20 mar.2014.

DISCURSO E PRÁTICA: A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU DE SÃO LEOPOLDO SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Daniela Schmitt/ Feevale¹

Luiz Antônio Gloger Maroneze/ Feevale²

Palavras-chave: Museu de São Leopoldo, função social, políticas culturais, identidade, discurso.

1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho visa identificar como se dá a função social do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/MHVSL sob a ótica das políticas culturais, em especial a Política Nacional de Museus. Para isso, está sendo analisada a exposição de longa duração do Museu a partir de diferentes discursos – institucional, público, não público e escolas municipais de São Leopoldo. Os documentos normativos considerados para o estudo são as Cartas – Santiago do Chile, Quebec e Caracas- e o Estatuto Brasileiro de Museus.

O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo³ é um importante espaço cultural para a cidade e deve ser palco e confronto da pesquisa científica. O trabalho propõe identificar e comparar os diferentes discursos presentes na instituição museal sob a ótica das políticas culturais. O projeto visa, ainda, entender de que forma se dá a construção do processo discursivo do museu na pós-modernidade.

Segundo o Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009) um dos princípios fundamentais das instituições museológicas é o cumprimento da função social, exposto no art. 2º sendo vinculado aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura.

A proposta é identificar como o Museu de São Leopoldo cumpre com sua função social sob o âmbito das políticas culturais, sendo este o problema da pesquisa. A sugestão será

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas, aluna do Curso de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais/Feevale.

² Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor do Curso de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais/Feevale.

³ É uma entidade cultural privada, sem fins lucrativos, mantido por uma associação de amigos.

inovadora nessa instituição museológica, pois ao sairmos das discussões voltadas para a germanidade abrimos espaço para discutir o Museu a partir do ponto de vista museológico.

O objetivo geral da pesquisa propõe investigar como a fragmentação discursiva do Museu de São Leopoldo se vincula as políticas culturais no âmbito museal. Deste modo, a fim de especificar o mesmo, a pesquisa visa ainda: estudar como o Museu cumpre com sua função social; avaliar a relevância das políticas culturais no meio museológico; examinar a importância da comunicação no Museu por meio de suas exposições e do site institucional; expor os diferentes discursos a partir da multiplicidade dos mesmos e da cultura; comparar o discurso com a prática do Museu e estudar o Museu como espaço de memória e de poder.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A pesquisa estabelece conexões com a linha de pesquisa memória e identidade do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, dialogando constantemente com o conceito de cultura.

Para falar de cultura são trabalhados os conceitos propostos por Clifford Geertz (2008), onde o mesmo visa interpretar a cultura sob um prisma semiótico. Já no âmbito museal, Waldisa Rússio (1984), diz que a “cultura é essencialmente fazer e viver, é o resultado do trabalho do homem seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho refletido materialmente na construção concreta”. O teórico Stuart Hall (2006) é trabalhado a partir dos conceitos da pós-modernidade sobre as identidades culturais.

Para estudar o Museu, optou-se pelo conceito de memória de Pollak. De acordo com o autor:

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.05)

Para contextualizar o espaço do Museu de São Leopoldo é utilizado como referencial Weber (2012) e Müller (2005). Roswithia Weber diz que o museu é um lugar que completa o conjunto histórico da cidade que é fundamental para a construção da nossa identidade.

Depois de serem verificados os autores para conceituar e contextualizar a pesquisa parte-se para a averiguação de suportes teóricos que possam auxiliar no seguinte questionamento: como Museu de São Leopoldo cumpre com sua função social?

Moraes (2010) apresenta a ideia de que os estudos sobre Museu e políticas culturais no país implicam na análise sistemática sobre o poder.

Estudar o Museu no contexto das políticas públicas exige considerar os sentidos e os limites da democracia, da universalização do direito e do acesso à informação na sociedade brasileira; saber quem tem o poder de definir e de orientar ações, garantindo a sua continuidade, quem é capaz de pautar e se fazer permanente, bem como o faz. (MORAES, 2010, p.10)

Será considerado o pensamento de Marília Xavier Cury (2009) para o diagnóstico expositivo, bem como Foucault (2013).

A Política Nacional de Museus (2003) tem como objetivo geral “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania”.

Faz parte da função social do Museu o exercício do direito à memória, à história e à educação. Sem dúvida, o campo museal é campo de tensão, e, por isso mesmo, nele há espaço para múltiplas e diferentes práticas, abordagens e enfoques (NASCIMENTO JUNIOR, 2009).

Sendo assim, segundo Anico:

A sobrevivência das instituições museológicas e patrimoniais exige assim, que quer a sua identidade, quer a sua missão, objectivos e projectos sejam repensados e articulados de forma a ir ao encontro das necessidades de um conjunto de destinatários cada vez mais heterogéneo, tornando-se mais aberto a diferentes narrativas e às circunstâncias locais, conduzindo a uma reconceptualização da sua função social e estilo comunicacional. (ANICO, 2005, p. 84)

3. METODOLOGIA:

A pesquisa se dá no espaço do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. É analisada a exposição de longa duração do mesmo, bem como a multiplicidade dos discursos sob a ótica das políticas culturais. Os discursos considerados são as seguintes fontes: fundadores do Museu, membros da Diretoria do Museu, funcionários do Museu, público e não público, escolas municipais, site institucional. Com isso, se pretende identificar se a instituição museológica em questão cumpre com sua função social a partir de suas práticas e como estas são interpretadas.

Para isso, será realizado o levantamento dos diferentes discursos/práticas por meio de aplicação de questionários, bem como a análise do site institucional e da exposição. A análise dos dados se dará por meio do teste empírico, envolvendo a “comparação entre o observado durante a pesquisa e as hipóteses deduzidas de uma teoria” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4. RESULTADOS:

A presente pesquisa esta sendo desenvolvida para o Mestrado em Processos e Manifestações Culturais/Feevale e esta em fase inicial. Para obtenção parcial dos resultados será desenvolvida parte da metodologia no segundo semestre do ano de 2014. Até o momento

foram avaliados e estudados os conceitos de museu, memória, identidade, discurso. Foi realizado, ainda, o levantamento bibliográfico sobre políticas culturais no espaço museológico, bem como estudos sobre a função social dos museus e de seus documentos normativos. Entende-se que para alcançar os resultados esperados será necessária a aplicação de parte de questionários. Para o mesmo, será analisada a exposição desde a escolha e disposição dos objetos.

5. DISCUSSÃO:

Segundo Leal (2010), para entendermos a exposição é preciso avaliar os códigos da representação ali presente no discurso montado sobre a história de uma determinada instituição. A função social do Museu de São Leopoldo pode ser afirmada ou reafirmada através de seu discurso, porém é na prática que será autenticada.

Segundo, Cury:

Podemos dizer que a comunicação museológica só se efetiva quando o discurso do museu é incorporado pelo visitante e integrado ao seu cotidiano em forma de um novo discurso. O público se apropria do discurso museológico, (re) elabora-o, e então cria e difunde um novo discurso e o processo recomeça, sendo que esse novo discurso será apropriado por outros e a história se repete. (...) O público é um dos vários sujeitos do museu. (...) São sujeitos todos aqueles profissionais de museu que atuam coletando, conservando, documentando, estudando e comunicando, que participam ativamente da construção dos múltiplos – e às vezes fragmentários – sentidos que são atribuídos consciente e sucessivamente no decorrer da trajetória museológica do objeto. Esses atores participam também da construção do discurso museológico que alimenta os discursos comunicacionais. (CURY, 2009, p. 89)

Sendo assim, a análise busca os sentidos do discurso/prática de maneira a interpretá-los no meio museológico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

José do Nascimento (2009) diz que:

A formulação de políticas nacionais, e mesmo regionais, que entendam o caráter estratégico dos museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, colocam os museus a serviço da difusão de valores democráticos. (NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p. 156)

Com isso, a reflexão crítica sobre as práticas das instituições museológicas necessita ser exercitado pela equipe do museu e, especialmente, estimular que a população também faça essa reflexão cotidianamente (NASCIMENTO JUNIOR, 2009). A participação contínua pode ser um sentido pela busca da função social dos museus, sendo assim uma prática de emancipação social.

7. REFERÊNCIAS

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun 2005.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Estatuto de Museus**. Disponível em: http://www1.museus.gov.br/IBRAM/PAG/legislacao_detalhe.asp?cn=32. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília, 2003.

CHAGAS, Mário – **Museália** – Rio de Janeiro- JC Editora, 1996.

CURY, Marília Xavier. O sujeito do Museu. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009. p.86-97

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 23. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. **História, Literatura, Patrimônio e Museus**. Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, 2010.

MORAES, Nilson. Museus e poder : enfrentamentos e incômodos de um pensar e fazer. **MAST Colloquia 12**. O Caráter Político dos Museus /Museu de Astronomia e Ciências Afins-Organização de: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. — Rio de Janeiro : MAST, 2010.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Imigração Alemã: sua presença no RS há 180 anos**. 2005.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009. p. 148-162

POLLACK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RUSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**, Brasiliense, São Paulo: 1984.



WEBER, Roswithia. O Museu. In: EGGERS, José Carlos; LINCK, Márcio. (Coords.) **Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 50 anos de história.** Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012, p.17-23.

ERGONOMIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS MÓVEIS

Bibiana Melissa de Oliveira João de Deus - FEEVALE¹
Regina de Oliveira Heidrich - FEEVALE²

RESUMO: O tema ergonomia e escola, novas tecnologias, qualidade de vida (QV) vem conquistando seu espaço no meio acadêmico e em bases científicas. Todavia, esse assunto ainda é reduzido numericamente em comparação ao tema que lhe originou, ergonomia X tecnologias móveis. Essa pesquisa, portanto, aborda um estudo bibliográfico em diferentes bases de dados científicas definidas por conveniência, sendo estas SCIELO³, Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE) e na Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE). Objetiva-se verificar se existem estudos voltados aos cuidados ergonômicos e posturais, durante o uso de dispositivos móveis, nesta área tecnológica tão inovadora e imediatista que invade tão rapidamente os corredores das instituições escolares e até mesmo as relações de convívio social. Os resultados desta pesquisa mostraram que existem publicações sobre a temática, mas encontram-se reduzidas quando a ênfase é dada às questões da ergonomia no ambiente escolar e familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Ergonomia. Qualidade de Vida (QV). Escola. Tecnologias Móveis.

INTRODUÇÃO: A tecnologia móvel forma a base da principal revolução tecnológica do século XXI, mais do que a própria Internet, pois permite ao indivíduo comunicar-se a qualquer momento e em qualquer lugar. A mobilidade muda a forma dos seres humanos interagirem, afetando suas relações sociais, familiares, afetivas e profissionais.

Houve uma transformação tecnológica muito grande nos últimos anos. O tempo que passamos entretidos com aparelhos como tablets e smartphones aumentou consideravelmente, pelo fato de conseguirmos realizar muitas tarefas que antes só eram possíveis utilizando um computador. Da mesma forma que a postura errada em frente ao computador pode ser prejudicial à saúde, o uso contínuo e equivocado dos dispositivos móveis também poderá ter consequências negativas. O sedentarismo e a postura incorreta podem aumentar o número de doenças posturais e tornar-se um dos principais males modernos.

Além dos computadores já tão utilizados em nossas escolas, os dispositivos móveis, hoje, agregam maior importância aos jovens e têm se expandido de maneira exponencial, disseminando-se na educação. Nessa perspectiva, este estudo apresenta um olhar da atualidade no que se refere aos cuidados ergonômicos que devemos ter ao utilizarmos as tecnologias móveis, uma vez que a ergonomia compreende o conjunto de conhecimentos científicos visando o conforto, segurança e eficácia dos produtos.

Para tanto, esta pesquisa, desenvolvida no final do ano de 2013 e início de 2014, aborda um estudo bibliográfico em diferentes bases de dados científicas definidas por conveniência, tais como SCIELO, Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE) e Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE). Objetiva-se verificar se existem estudos voltados aos cuidados ergonômicos e posturais nessa área tecnológica tão inovadora e imediatista que invade tão rapidamente os corredores das instituições escolares e até mesmo as relações de convívio social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Segundo Abrahão in Alves (1995), o objetivo central da ergonomia é projetar e/ou adaptar situações de atividades compatíveis com as capacidades e respeitando os limites do ser humano. Isso implica, no entanto, reconhecer a premissa ética da

¹ Aluna do Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE. Linha de pesquisa: Linguagens e Tecnologias. Supervisora Escolar em Novo Hamburgo/RS - bibianam@gmail.com

² Doutora em Educação. Docente e pesquisadora na Universidade Feevale/ Novo Hamburgo - RS. rheidrich@feevale.br

³ Scientific Electronic Library Online

primazia do homem sobre a atividade, posto que um dado trabalho pode se adaptar ao homem, mas nem todos os homens podem se adaptar a um dado trabalho.

Ergonomia é um conjunto de ciências e tecnologias que buscam a adaptação entre o ser humano, ou seja, o trabalhador e o seu trabalho. Seu objetivo básico é adaptar as condições de trabalho às características do ser humano, ou seja, projetar trabalhos, locais de trabalho, máquinas e ferramentas adaptados às pessoas. O estudo da ergonomia tem se expandido cada vez mais no desenvolvimento de dispositivos móveis, tanto que atualmente existem normativas ISOs que os regulamentam pela sua qualidade. A preocupação com a ergonomia tem influência direta no desenvolvimento, facilidade e objetividade dos dispositivos perante o usuário, tornando-o assim de fácil entendimento e menor complexidade de uso.

Com a entrada dos dispositivos móveis na aprendizagem, os professores, especialistas e desenvolvedores de aplicativos educacionais estão trabalhando juntos, utilizando diversos recursos tecnológicos para que os alunos possam aprender de forma atrativa, rápida e mais eficiente. Esses dispositivos estão se tornando de grande importância no auxílio aos alunos, tanto na aprendizagem quanto na comunicação e nas atividades relacionadas à atividade extraclasse com os softwares educacionais adequados de acordo com os períodos escolares.

O excesso de carga horária de estudo e a frequente exposição às acomodações inadequadas do meio escolar fazem com que surjam alguns problemas relacionados à postura dos estudantes. Estudos mostram que o hábito da má postura leva inicialmente a dor e depois, possivelmente, ao surgimento de várias doenças (como lordose, cifose, escoliose e hérnia de disco), podendo levar a deformidades irreversíveis. O estudante vai se acostumando a usar o corpo de forma errada e não percebe. São várias as condições de estudo que obrigam o aluno a manter certas posições do corpo durante muito tempo e que podem acarretar problemas posturais. Na verdade, todas as atividades, sejam elas em pé ou sentadas, necessitam de uma ergometria correta (posição e tamanho da cadeira, da mesa, altura do dispositivo móvel, teclado, etc.) para prevenir defeitos posturais. Assim, qualquer postura que não obedeça a esses princípios pode acarretar problemas.

Segundo Carraher (1992), as ferramentas computacionais não funcionam automaticamente como estímulo à aprendizagem. Elas dependem da integração nas atividades curriculares, em que o intermediador também se faz necessário na elaboração e na avaliação dessas novas tecnologias. Nessa perspectiva, a partir da política de informatização do ensino no Brasil (Almeida, 2008), surge no contexto educacional a necessidade de implementação e avaliação ergonômica.

A ergonomia, definida por Couto (1995), é o estudo da relação homem e atividade, equipamento e ambiente, adaptação e produtividade entre as características individuais de cada ser humano e seu trabalho. Já o termo usabilidade, para Dias (2003), tem sido definido a partir de diferentes abordagens sobre o produto, com base na ergonomia cognitiva, nas atitudes do usuário, nas formas de interação, na facilidade de uso, no grau de aceitação e nas tarefas específicas realizadas pelos usuários em um determinado ambiente de trabalho. Com base nesses conceitos, existem muitos critérios ergonômicos (Dee and Allen, 2006) e de usabilidade (Cybis, 2003; Furmanski et al., 2002; Hom, 1998), relacionados ao correto dimensionamento de mobiliários, cadeiras, distâncias e ângulos de visão com a antropometria de cada usuário e com a operacionalidade de cada dispositivo móvel.

Queixas de usuários em relação aos dispositivos técnicos, sensação de ardência nos olhos, diminuição da acuidade visual, fadiga mental, dor cervical, lombar e outros problemas de ordem osteoarticular estão associados ao desconhecimento de critérios ergonômicos (Abrahão and Pinho, 2002). Da mesma forma, a interface homem e computador, segundo Abrahão et al. (2005), pode dificultar ou até impedir a ação do usuário, devido à dificuldade de interpretação ou quando são desenhados a partir de uma compreensão distante da realidade de trabalho e estudo. Esses critérios, na interpretação de Rocha et al. (2003), estão sendo discutidos por diversos autores e muitas divergências são evidenciadas em relação às novas tecnologias e qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida (QV) é algo bastante variável entre as pessoas, sendo que aspectos que possam ser geradores de QV para algumas pessoas podem não ser positivos para outras. Dessa forma, estabelecer um conceito único de QV é bastante difícil devido à sua subjetividade e multidisciplinariedade (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008).

O fato da ergonomia exigir confrontação de conhecimentos, relativos ao funcionamento do homem, nessa sociedade informatizada e em constante evolução tecnológica, os reflexos nos hábitos das pessoas, na sua forma de viver, de trabalhar e de relacionamento com os outros, são aparentes e quase impossíveis de evitar. Todavia, é fundamental aproveitar as vantagens da informática nas mais variadas esferas da atividade econômica e social (no lar, na empresa, na escola, na administração pública) e utilizá-la no progresso da sociedade e na satisfação das necessidades da população.

A interação com as novas tecnologias não ocorre só em situações de lazer, mas principalmente em situação de trabalho e em ambiente escolar. São inúmeros os problemas, a que o trabalhador está sujeito, por utilizar os dispositivos eletrônicos durante longos períodos de tempo. Este foi um dos motivos que fez com que a ergonomia tenha criado um campo de intervenção na área das Tecnologias da Informação, servindo-se dela para intervir em outras áreas.

Com a consolidação dos tablets, em 2011, se diversificou o mercado dos dispositivos, aumentando também o número de usuários e, por consequência, problemas relacionados à saúde corporal. Um estudo feito pela Escola de Saúde Pública de Harvard (2012) em parceria com a Microsoft diz que o maior problema está no fato dos usuários utilizarem o portátil no colo, obrigando-os a depositar muito peso nos músculos da região do pescoço e da cabeça. Essa força na região do pescoço é muito mais “pesada” quando o usuário manuseia um tablet do que quando opera um laptop ou um desktop. “Se você pensar na sua posição quando está com o tablet no colo, sua cabeça fica ‘pendurada’, de modo que os músculos do pescoço acabam suportando o peso da cabeça”, diz Jack Dennerlein (2012), diretor do Laboratório de Biomecânica Ocupacional de Harvard, um dos autores da pesquisa.

Por outro lado, apesar da posição de colo não ser a mais indicada para o usuário, o estudo informa que os usuários de um tablet geralmente trocam mais de posição que alguém que está usando um laptop ou um desktop. O estudo aponta que a melhor posição para usar o tablet é apoiando o aparelho em uma mesa com a tela praticamente em pé do ponto de vista do usuário. Essa poderá ser uma solução ergonômica plausível para evitar que os usuários de tablets não tenham grandes problemas na coluna ou no pescoço.

METODOLOGIA: Para Gil (1991), uma pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet. Nessa assertiva, esta pesquisa aborda um estudo bibliográfico em diferentes bases de dados científicas definidas por conveniência, tais como SCIELO⁴, Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE)⁵ e Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE)⁶. Tem-se como objetivo verificar se existem estudos voltados aos cuidados ergonômicos e posturais nesta área tecnológica tão inovadora e imediatista que invade tão rapidamente os corredores das instituições escolares e até mesmo as relações de convívio social.

RESULTADOS: Verificou-se que, na base de dados SCIELO, o resultado da busca sobre os termos “alteração postural escola”, “ergonomia e escola”, “alteração postural dispositivos móveis” não encontrou nenhum resultado. Todavia, na mesma base de dados, o resultado da busca pelo termo “ergonomia” foi de 44 artigos. Esses resultados podem ser observados e comparados na tabela abaixo.

⁴ Scientific Electronic Library Online

⁵ Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie>>. Acesso em dez. 2013.

⁶ Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/search/results>>. Acesso em jan. 2014.

Tabela 1 – Pesquisa no SciELO- Scientific Electronic Library Online

Busca avançada por	CrITÉrios de busca (Filtro)	Resultados	Relevância com a abordagem do tema da revisão bibliográfica deste artigo	Ano de publicação
alteração postural escola	Todos os índices/regional	nenhum		
Ergonomia e escola	Todos os índices/regional	nenhum		
Alteração postural dispositivos móveis	Todos os índices/regional	nenhum		
Ergonomia	Todos os índices/regional Filtro: Coleções Brasil e 2010 até 2013	44	<ul style="list-style-type: none"> - 32 artigos tratam especificamente da saúde do trabalhador. - 03 referem-se à saúde e atividade docente. - 03 específicos às questões relacionadas ao fabricante de produtos. - 02 abordam as interfaces ergonômicas. - 02 abordam as interfaces no desenvolvimento de softwares hospitalares. - 01 aborda o uso do computador e ergonomia. - 01 refere-se à interface ergonômica no desenvolvimento de software educativo. 	2010 (11) 2011 (11) 2012 (11) 2013 (11)

Fonte: Autoria própria, 2014.

O único artigo encontrado na base de dados da SCIELO - Scientific Electronic Library Online, que aborda o termo ergonomia e que pudesse ter alguma relação com a utilização em escolas, foi o estudo: “uso de computador e ergonomia: um estudo sobre as escolas de ensino fundamental e médio de São Paulo”, que teve como objetivo verificar como o computador está sendo usado em escolas da região metropolitana de São Paulo, avaliando o grau de considerações sobre ergonomia na introdução dessa ferramenta, não caracterizando o objetivo dessa pesquisa.

Além da base de dados da SCIELO, foram realizadas as buscas avançadas com os mesmos termos, anos de publicações e utilizados os mesmos critérios de filtro, nos “Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE)”⁷ e na “Revista Brasileira de Informática na Educação” (RBIE)⁸ e nenhum resultado foi encontrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: No intuito de investigar estudos voltados aos cuidados ergonômicos e posturais quanto à ‘Qualidade de Vida’ e a relação com as novas ‘Tecnologias Móveis’, concluiu-se que os dados alcançados nas três bases mostram que não existem estudos entre os anos de 2010 e 2013 que apontem um olhar da atualidade no que se refere aos cuidados ergonômicos que devemos ter ao utilizarmos as tecnologias móveis, uma vez que a ergonomia tem por objetivo visar o conforto, segurança e eficácia dos produtos, dos usuários.

A pesquisa apontou ainda, que há uma necessidade de aprofundar os estudos científicos nesta área, uma vez que a ergonomia é pensada e abordada com mais frequência na classe trabalhadora e nos cuidados com as interfaces para usuários e não propriamente quanto à preocupação que se tem no acréscimo de problemas ocasionados pela má postura durante as longas horas de uso dos dispositivos móveis, computadores e laptops.

Conclui-se, portanto, que esta revisão bibliográfica mostrou-se efetiva no que diz respeito à obtenção de conhecimentos, aprendizado e qualidade de informações sobre a temática. Por outro lado, outras bases de dados científicos devem ser exploradas para um maior aprofundamento das informações.

⁷ Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie>>. Acesso em dez. 2013.

⁸ Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/search/results>>. Acesso em jan. 2014.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J. **Ergonomia; Modelo, Métodos e Técnicas**. II Congresso Latino Americano de Ergonomia e 6.Seminário Brasileiro de Ergonomia, Florianópolis, 1993.

CERCHIARI, Fabiano. Arte UOL: Caderno Tecnologia. Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/album_/2013/12/23/ergonomia-dos-portateis-veja-a-postura-certa-para-usar-tablets-celulares-e-notebooks.htm#fotoNav=6>. Acesso em: Dez. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, A. **Ergonomia**. São Paulo: EPU, 1977.

NETBURN, Deborah. **Harvard study finds the iPad can be a pain in the neck**. Technology - The Business and Culture of Our Digital Lives, From The L.A. Times. Disponível em: <<http://latimesblogs.latimes.com/technology/2012/01/harvard-researchers-ergonomics-ipad.html>>. Acesso em dez. 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REIS JÚNIOR, D. R.; PILATTI, L. A. **Qualidade de vida no trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

TAGIAROLI, Guilherme. **Estudo bancado pela Microsoft diz que usar tablet no colo pode causar dores no pescoço**. Disponível em: <[ZIRBES, M. V.; HOLDERBAUM, G.G.; SANFELICE, G.R.; RENNEN, J.S.; PICCOLI, J.C.J. **Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho**. Uma revisão integrativa dos diferentes números de publicações. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 18, Nº 179, Abril de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em jan. 2014.](http://uoltecnologia.blogosfera.uol.com.br/2012/01/26/> estudo-bancado-pela-microsoft-diz-que-usar-tablet-no-colo-pode-causar-dores-no-pescoco/>. Acesso em: dez. 2013. Publicado em: 26/01/2012.</p></div><div data-bbox=)

ETNOGRAFIA DA DOR, DA FALTA E DA INCERTEZA: A TRAJETÓRIA SOCIAL DE FAMILIARES DE PESSOAS COM AUTISMO EM BUSCA DE DIREITOS

Alexandre José da Silva - Universidade FEEVALE¹

Palavras-Chave: Direito – Autismo – Cidadania– Etnografia

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva observar, narrar e analisar a trajetória social de familiares de pessoas com autismo explicitando seus dramas, peregrinações e incertezas em busca de direitos no Estado do Rio Grande do Sul. Após breve estudo da evolução dos direitos da pessoa com deficiência na legislação constitucional e infraconstitucional, bem como noções básicas sobre as principais características neurobiológicas do autismo, o autor busca a aproximação com o grupo social pesquisado por meio do método etnográfico. Assim, procura captar a própria fala dos familiares como expressão direta de suas representações sociais e enfatiza o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Os depoimentos dos familiares retratam o abismo existente entre a letra da lei e a realidade das pessoas com autismo. Como exemplo vale citar a frase de João Batista Mandelli (São Leopoldo), pai de um jovem autista, “para qualquer governante, qualquer Poder, seja qual for a cor da bandeira, os nossos filhos são despesa, não são gente”. Entre violações de direitos e omissões do Estado, as memórias se cruzam especialmente na dor do diagnóstico, na falta do atendimento especializado e na incerteza quanto ao futuro. Dessa forma, a pesquisa busca revelar o sofrimento, a peregrinação e as estratégias de um grupo social em busca de direitos para seus filhos com diagnóstico de autismo². Tornar visível, por meio das próprias palavras dos seus protagonistas, os caminhos que levam os familiares à luta pela criação de leis ou pela constituição de associações. Uma história que jamais será contada por seus filhos autistas, mas que não pode ficar esquecida.

FUNDAMENTAÇÃO

¹ O autor é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Unisinos. Servidor concursado do Ministério Público Estadual. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela FEEVALE. Bolsista CAPES.

² O autismo é um transtorno do desenvolvimento de base neurológica caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento.

Apesar de a pesquisa ser essencialmente uma etnografia (e não uma etnologia) de um grupo social com a explicitação de seus dramas, peregrinações e incertezas, também serão realizadas reflexões sobre a efetividade dos direitos, sobre o impacto do estresse na família e sobre a exercício da cidadania. A questão da evolução da legislação protetiva e da efetividade dos direitos será desenvolvida com base em autores como Norberto Bobbio, Ingo Wolfgang Sarlet, José Afonso da Silva, Alexandre de Moraes, Pedro Lenza, Hugo Nigro Mazzilli e Débora Diniz. Já em relação às características neurobiológicas do autismo e o impacto familiar do diagnóstico, serão utilizados os trabalhos de Marcos Tomanik Mercadante, Maria Conceição do Rosário, Maria Ângela Bravo, Manoel Antônio dos Santos e Fernando Stelzer. E, por fim, a problematização do exercício da cidadania e da emancipação dos sujeitos nesse contexto de adversidade em virtude da “doença” e de violações de direitos pela distância entre o Brasil formal (jurídico) e o Brasil real será realizada a partir de autores como José Murilo de Carvalho, Jessé de Souza, Jaime Prinsky, Maria Lourdes Cerquier-Manzini, Theophilos Rifiotis e Fabiano Engelmann.

METODOLOGIA

O procedimento escolhido para a coleta dos dados foi o método etnográfico. Ele é composto de técnicas e de procedimentos associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado, o que permite enfatizar o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Como bem define Rocha e Eckert (2008), a prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois, a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente às técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc. No caso, a minha aproximação e convivência junto ao grupo social pesquisado ocorreu inicialmente por meio de atividades envolvendo a educação em direitos para familiares de autistas e depois, já no decurso da pesquisa, em conversas informais e entrevistas não-diretivas com militantes da causa. Nesse universo singular e desconhecido do autismo, especialmente da dinâmica das famílias impactadas pelo diagnóstico do transtorno do espectro autista, a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana (Rocha e Eckert, 2008).

RESULTADOS

Os depoimentos dos familiares comprovam a existência de um abismo entre a letra da lei e a realidade das pessoas com autismo. No caso do autismo, fica evidente a falta de atendimento especializado; falta diagnóstico precoce; falta de apoio às famílias, que estão fragilizadas e doentes; falta de capacitação dos profissionais da saúde e da educação; falta de professor/cuidador auxiliar; falta de medicamentos nas farmácias públicas; e a falta de resposta rápida e efetiva do Poder Judiciário, especialmente nas ações que envolvem questões de saúde, como, por exemplo, consultas, medicamentos, exames e cirurgias. O quadro abaixo é uma pequena amostra dos relatos colhidos nas entrevistas para este trabalho e no “Dossiê sobre Autismo no Estado do Rio Grande do Sul”.

Nome	Parentesco	Depoimento
Alexandre – Erechim	Pai de Gustavo	“Quanto ao atendimento especializado, a gente tá tendo uma dificuldade muito grande em Erechim. Estamos com o espaço pronto, montado, sem profissional para atender, porque o Poder Público fala para nós que não tem verba. Eu só queria lembrar os nossos políticos que eu, quando tenho que pagar o imposto, não interessa se não tem verba. Eu tenho que pagar. Então, onde tá os direitos que nós temos, né?”
Anita – Bento Gonçalves	Mãe de Luciano	“Fui, fiz, liguei na Defensoria Pública, fui na Promotoria, fui na Secretaria da Saúde, fui no Conselho Municipal da Saúde, fui no Secretário da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara de Vereadores aqui de Bento, e nós estamos no dia nove de fevereiro e a medicação não veio. E eu acabei sendo obrigada a comprar, porque se o Luciano não tomasse as medicações, o Luciano tem crises convulsivas. E, como eu digo, os direitos existem, estão no papel, mas não são cumpridos”
Cláudia – Porto Alegre	Mãe de Bruno	“Mas não acho que pessoas com deficiência são heróis ou permanentes vencedores de obstáculos; acho que a grande vitória ocorre quando conseguimos olhar para o outro sem repulsa, aceitando como for. Não é desenvolver a tolerância com o diferente, mas o respeito ao diferente.”
João – São Leopoldo	Pai de João Vitor	“Para qualquer governante, qualquer Poder, seja qual for a cor da bandeira, os nossos filhos são despesa, não são gente” e “a gente bate nas portas e elas não se abrem”

Além disso, foi possível perceber que as trajetórias se cruzam em três momentos comuns: **1º)** a dor do diagnóstico; **2º)** a falta do atendimento especializado e **3º)** a incerteza do futuro. Por fim, a partir dos relatos colhidos e da bibliografia selecionada, foram possíveis algumas reflexões sobre a efetividade dos direitos, o impacto do transtorno na organização familiar e o exercício da cidadania. A síntese de tais reflexões será desenvolvida no próximo tópico dedicado à discussão.

DISCUSSÃO

A vasta legislação protetiva, inclusive com a integração no nosso ordenamento jurídico de uma convenção internacional com equivalência de Emenda Constitucional, não foi

suficiente para transformar em realidade as promessas do papel. O Estado Brasileiro continua violando sistematicamente direitos humanos elementares à dignidade das pessoas com autismo, sonhando-lhes qualidade de vida e inclusão social. Isso demonstra o descompasso existente entre a produção legislativa e as políticas públicas para sua materialização (REZENDE e VITAL, 2008, p. 19). Hoje o grande desafio não é mais a criação de novas leis, mas sim a implementação daquelas já existentes. Nas palavras precisas de Norberto Bobbio (1992, p. 63), “*uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva*”. Assim, as famílias criam estratégias para diminuir a distância entre o Brasil formal e o Brasil real (ENGELMANN, 2013, p. 139). O impacto causado pelo transtorno e a necessidade de fazer o luto pela perda do filho ideal (BRAVO e SANTOS, 2005, p. 367) não impedem os familiares de se organizarem e buscarem seus direitos pela reivindicação de leis e/ou pela constituição de associações. As associações são espaços onde se constroem uma consciência de grupo e onde se exercita a cidadania. Não uma cidadania de apenas reclamar direitos, mas também de ser verdadeiro sujeito de direitos, ou seja, ser o próprio fomentador da existência e efetividade dos direitos (CAERQUIER MANZINI, 2010, p. 12). Ao ocuparem espaços na sociedade, seus atores passam da invisibilidade social para a agenda política. Eles deslocam, como sugere Theophilos Rifiotis (2012, p. 238), o centro dos debates dos direitos dos sujeitos para os sujeitos de direitos. Tal movimento gera o empoderamento do grupo e, de certa forma, o apoio às famílias, o que auxilia no enfrentamento do descompasso entre o desejado (filho saudável) e o acontecido (filho com deficiência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os depoimentos dos familiares compõem memórias que narram a trajetória desse grupo social. São histórias de sofrimento, peregrinação e revolta. São lembranças individuais que falam de problemas coletivos. Uma trama que se cruza na dor do diagnóstico, na falta do atendimento especializado e na incerteza quanto ao futuro. A única certeza é o amor incondicional por seus filhos autistas. Ele move os familiares em busca de direitos pela criação de leis ou pela constituição de associações. Uma verdadeira *via crucis*, muitas vezes, solitária entre escolas, postos de saúde, hospitais, fóruns, etc., que revela que a questão da deficiência seja ela o autismo ou qualquer outra está muito além da legislação (letra da lei), está na nossa desumanização e na nossa intolerância à diversidade. Essas são memórias que não podem ficar no esquecimento, são histórias que não podem permanecer no silêncio, mesmo que jamais sejam contadas por seus filhos autistas.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é Cidadania**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2006
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2002.
- MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 28ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 16ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Direitos Difusos em Juízo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo; Brasiliense, 2007.
- RESENDE, Ana Paula Crosara de. VITAL, Flávia Maria de Paiva. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada**. 2.ed. BRASÍLIA, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 2008.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROCHA, A. L. C. ; ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 31, p. 1, 2008.
- RIFIOTIS, Theóphilos. **Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito**. In: Theophilos Rifiotis; Danielli Vieira. (Org.). Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, v., p. 13-26.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Manual de Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

ENGELMANN, Fabiano. Cidadania e efetivação de direitos no Brasil: caminhos e perspectivas. In: MACHADO, Carlos R. S.; MARTINS, Rodrigo Perla (org.). **Identities, Movimentos e Conceitos**: fundamentos para a discussão da realidade brasileira. 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 138-144.

MERCADANTE, Marcos Tomanik e DO ROSÁRIO, Maria Conceição (Eds.). **Autismo e Cérebro Social**. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

STELZER, Fernando Gustavo. **Aspectos Neurobiológicos do Autismo**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

BRAVO, Maria Angela; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Autismo Infantil e Estresse Familiar: Uma revisão sistemática da Literatura**. In: Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005, 18(3), pp. 358/369.

GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Diziane Reis da Silva¹

Universidade Feevale – Capes/OBEDUC

Eliana Perez Gonçalves de Moura²

Universidade Feevale – Capes/OBEDUC

Palavras-chave: Globalização. Educação. Cidadania. Interculturalidade.

Este artigo apresenta os resultados preliminares de um estudo piloto, desenvolvido com o objetivo de fundamentar a problemática da pesquisa de mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Para subsidiar as análises utilizamos os aportes teóricos de autores tais como Zigmunt Bauman (1999; 2003; 2009) e Nestor Canclini (2010), especialmente, para refletir sobre os desafios dos padrões de uniformidades e reorganização de hábitos culturais evidentes hoje em nossa sociedade, para a educação, na medida em que geram grandes desigualdades sociais.

Diante do cenário exposto acima, questiona-se o modelo de formação brasileira para a cidadania. Para Almeida (2007, p. 21) “o país está em transformação, e [...] depende da sala de aula.” Porém, o que se percebe em relação a educação, é que esta não prepara as crianças e jovens para serem protagonistas no desenvolvimento do país. Frigotto e Giavatta, (2003) dizem que, a educação do cidadão produtivo, onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos.

Em relação à educação, Carvalho (2013, p.210) analisando os dados de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro diz que a mesma “mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação”. Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas, afirmando que os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale; Bolsista OBEDUC/CAPES

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

Canclini confirma os dados de Carvalho (2013) com os resultados da sua pesquisa do II Festival da Cidade do México. Sua pesquisa identificou que “o festival reproduz a segmentação e segregação da população engendrada pela desigualdade de acesso ao capital e à educação” (CANCLINI, 2010, p.82). Mais de setenta e oito por cento da população que estava no festival tinha segundo grau e estudos superiores, ou seja, quanto maior a escolaridade, mais acesso a cultura.

Para tanto, necessita-se desenvolver o sentimento de pertencimento à sua condição de indivíduo e cidadão, me parece ser esta a competência que Frigotto e Giavatta, (2003, p.56) dizem ser necessária ao sujeito desenvolver, visto que “(...) as características de uma sociedade complexa, onde a dinâmica social leva os indivíduos a participar de diferentes esferas da sociedade, lhes exige uma ‘competência’ particular para que a própria cidadania possa ser exercida”.

Sobretudo, no Brasil, embora, formalmente, todos sejamos cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais. (op. cit. 2003). Em relação às grandes desigualdades sociais brasileiras, Carvalho diz ser esta a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática. E mais, destaca que a “precária democracia de hoje não sobreviveria a espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade” (2013, p. 229).

Acredita-se que a escola é um importante espaço de convívio social para contribuir no desenvolvimento da competência que Frigotto e Giavatta (2003) destacam importantes, conforme acima mencionada. É neste espaço que se deve problematizar que cidadão queremos “formar” para a nossa sociedade. Aqueles que se calam e acabam sendo absorvidos pela lógica mercantil, ou aqueles que sejam capazes de posicionar-se e lutar por um mundo melhor, um mundo de igualdades entre todos.

Para Sales (2009) a origem da desigualdade social brasileira tem estreita relação com a ‘cidadania concedida’, que coloca em lados opostos o ‘mandante’ e o ‘subserviente’, aquele que prove a quem lhe pede. Tendo em vista que a educação pauta suas práticas em torno da empregabilidade, preparando os alunos para serem trabalhadores que saibam manejar conhecimento e não, que aprimorem sua cidadania, é que se percebe a necessidade de mudanças, corroborando assim com Demo (s/d), que afirma que as escolas deveriam estar atreladas a cidadania, e não apenas ao mercado.

A educação é encarada como uma estratégia central da competitividade, no contexto da globalização fortemente marcada pela lógica do conhecimento. Mas hoje, segundo Demo (s/d) o

problema maior do conhecimento talvez seja o de criar conhecimento para superar os males do próprio conhecimento.

Este estudo foi desenvolvido em junho de 2014, em duas escolas de ensino fundamental de Novo Hamburgo. No total, 21 professores responderam a um questionário com dezessete questões fechadas sobre a temática da cidadania, o qual visou identificar a percepção dos professores em relação à contribuição da escola na formação cidadã.

Tratando-se de um estudo piloto, do tipo exploratório, com abordagem quantitativa realizada a partir da verificação dos percentuais das respostas dos professores para cada uma das dezessete questões do questionário. Desse modo, os resultados aqui apresentados foram tabulados e sistematizados tendo como referência a aplicação dos 21 questionários. Dentre as dezessete questões do questionário, para este texto foram selecionadas aquelas que mais potencial de análise ofereceram para a discussão sobre a cidadania bem como, gestão democrática, relação escola-comunidade, entre outras.

A análise dos dados evidenciou que, quando questionados sobre a importância da cidadania, noventa e cinco por cento dos professores, assinalaram entre concordo e concordo totalmente em relação a afirmação de que este é um tema muito importante para ser abordado isoladamente em uma única disciplina. Ao analisarmos os dados percebemos que os entrevistados defendem a transversalidade da temática da cidadania. Frente a isso fica o questionamento, será que quando a temática é pensada transversalmente não se corre o risco de nenhuma disciplina assumir, ficando assim descoberta de tratamento?

O estudo também aponta para uma percepção hegemônica em relação a afirmação de que a educação deve formar para a cidadania. Para ser mais preciso, noventa e cinco por cento dos entrevistados acreditam que a educação deve formar para a cidadania. Se olharmos isoladamente este dado, pode-se inferir que, para estes professores, a educação pode auxiliar positivamente na formação de sujeitos protagonistas da sua própria história. Quer-se inclusive acreditar que os próprios professores estejam preparando seus alunos para questionar e avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, ao cruzarmos com os dados de diferentes questões, surgem questionamentos e dúvidas quanto à efetivação prática desta percepção, bem como quanto a concepção de cidadania destes professores.

As análises evidenciam que ainda há um percentual significativo de professores que acreditam que a escola não está preparada para receber alunos críticos, além de muitos não se posicionam frente a afirmação. Poderíamos pensar que a origem da dificuldade para as mudanças

nas escolas esta na forma dos profissionais se posicionarem, se isentando de encarar as dificuldades da escola.

Ao cruzarmos novamente algumas questões surge o questionamento: se para alguns professores a escola ainda não está preparada para receber alunos críticos, que tipo de alunos nossa educação está formando? Aqueles que se calam frente às dificuldades da atual sociedade? Nosso pressuposto frente aos dados analisados vai na direção de responder afirmativamente a questão anterior.

Esta constatação é reforçada por meio da percepção dos professores que afirmam que a educação não está preparando alunos críticos e protagonistas de mudanças sociais, visto que de acordo com os dados, nem no ambiente escolar os professores admitem que estes encontram oportunidade para o diálogo. Ao serem questionados em relação à afirmação de que um bom aluno é aquele que questiona o sistema escolar e propõe mudanças, somente sessenta e cinco por cento dos educadores concordaram.

Ao finalizar as análises dos dados, encerra-se propondo uma reflexão sobre a atual realidade social e as urgentes mudanças, sejam elas de atitudes, comportamentos e pensamentos, defendendo assim a introdução da solidariedade, cooperação, democracia como valores norteadores de práticas de educação escolar capazes de contribuir para uma formação cidadã.

REFERENCIAS:

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**, Rio de Janeiro: Record, 2007. 277p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**, São Paulo: Zahar, 2003. 141 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**, São Paulo: Zahar, 2009. 94 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**, São Paulo: Zahar, 1999. 145 p.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 228p.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 236 p.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento: Análise Crítica de uma Relação Quase Sempre Fantasiada**. S/D. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/251/boltec251b.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Revista Trabalho, educação e Saúde, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SALES, Tereza. in FLORES, Pablo André. **Ações afirmativas de promoção da pessoa com deficiência no direito constitucional brasileiro - 2009**. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/monografia/MonografiaPabloFlores.pdf>> Acessado em: 10 de out. 2013.

IDENTIDADE E ALTERIDADE EM *O HOMEM DO ANO E GRAN TORINO*

Cláudia Santos Duarte¹
FEEVALE – PROSUP/CAPES

PALAVRAS-CHAVE: *O Homem do Ano*. *Gran Torino*. Identidade. Alteridade. Cinema.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema as marcas da identidade e da alteridade em filmes de nacionalidades distintas, explorando como objetos de análise o filme nacional *O Homem do Ano*² (2003) e a obra norte-americana *Gran Torino*³ (2007).

Alguns filmes têm o poder de representar com eficiência determinados aspectos das sociedades em que foram produzidos, mesmo que essa não seja a intenção primordial. Assistindo ao *Gran Torino* e ao *O Homem do Ano*, inevitavelmente reconhecemos as feições de suas nacionalidades, especialmente, no que se refere aos protagonistas de cada narrativa. Entretanto, o ponto que parece mais relevante ao tomarmos essas duas narrativas fílmicas é o estabelecimento de relações entre as discussões feitas nessas duas obras, especialmente, no que se refere à reflexão sobre a identidade e a alteridade. Sendo assim, a justificativa para tal abordagem refere-se ao fato de que as identidades nacionais percebidas nos enredos que envolvem Máiquel e Walt Kovalski (respectivamente, protagonistas de *O Homem do Ano* e de *Gran Torino*) provocam, de algum modo, a reflexão acerca da descoberta do outro, tema recorrente nas discussões sobre as questões identitárias.

Nesse sentido, o estudo das relações entre a identidade e a alteridade nas duas narrativas fílmicas está em conformidade com o problema de pesquisa que questiona: Quais as aproximações e os distanciamentos percebidos nos filmes *O Homem do Ano* e *Gran Torino* com relação ao tratamento do tema da identidade e da alteridade? E por tais direcionamentos, o objetivo geral desta produção visa refletir sobre as personagens principais das referidas obras cinematográficas em relação as suas características identitárias e aos aspectos ligados à alteridade. Para isso, será necessário identificar os enredos de cada obra fílmica; destacar as

¹ Especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, Bolsista PROSUP/CAPES e Mestranda em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale.

² Filme brasileiro, lançado em 2003, com direção de José Henrique Fonseca e protagonizado por Murilo Benício. Adaptado para o cinema por Rubem Fonseca e baseado na obra literária *O Matador* (1995), de Patrícia Melo.

³ Filme norte-americano, lançado em 2007, dirigido e protagonizado por Clint Eastwood.

principais cenas dos filmes que abordam as questões discutidas; refletir sobre a identidade e a alteridade em cada uma das obras.

O referencial teórico-metodológico que dá sustentação a tal abordagem é a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por John B. Thompson.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Denys Cuche (2002, p.182) indica que “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas”. Nesse sentido, percebemos que as manifestações identitárias relacionadas às nacionalidades de origem dos dois filmes estão presentes nos enredos, compondo as representações das suas personagens principais.

Como forma de demarcar identidades, a alteridade aparece como um elemento capaz de reforçar determinados aspectos que são salientados nos dois filmes. Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2012, p. 81) a identidade e a diferença aparecem como “declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2000, p. 81).

Em ambas as narrativas fílmicas percebe-se aquilo que Richard Morse (1988) indica como o papel da razão no esmagamento da condição humana. E mesmo que essa característica seja associada, pelo autor, aos povos anglo-americanos, também no filme brasileiro é possível notar esse perfil. O valor do outro, em determinados momentos das narrativas é quase que anulado e o individualismo é valorizado ao extremo.

Ao longo da trama brasileira, as ambivalências tornam-se frequentes. Em Máique e no mundo que o cerca, visualizamos a “informalidade e a impunidade, o carnaval e o favorecimento ilícito, o estilo versátil e a irresponsabilidade, a afabilidade e a truculência, a invenção original e a ignorância básica, a mistura e o imobilismo” (WISNIK, 2008, p. 408). O mesmo Máique que cria estreitas relações de afeto com um porco de estimação, que se envolve de modo paternalista com a ex-namorada do rapaz a quem assassinou e que se sente responsável pelo fato da moça estar sozinha no mundo, também estrangula a sua esposa e atira num parceiro que falava demais e o incomodava por isso. Na mesma personagem são destacados altos e baixos na personalidade, na trajetória e nas relações à semelhança do que costumamos associar à identidade brasileira.

Em *Gran Torino*, com facilidade encontramos aspectos ligados ao utilitarismo norte-americano e à dificuldade mencionada por Morse a respeito da convivência com o diferente e

da intolerância. A postura de Walt com relação aos vizinhos orientais afirma a crítica que Morse faz em relação aos Estados Unidos, quando aponta que o

pluralismo de uma democracia liberal firmemente legitimada não consiste numa variedade de visões de mundo ou filosofias sociais, e sim na proliferação de “problemas” conflituosos colocados para a autopromoção de grupos de interesses dispersos e que devem ser conciliados sob a égide da ideologia consensual (1988, p. 140).

Assim, *O Homem do Ano* e *Gran Torino* tornam-se bons exemplos de como a identidade e a alteridade podem ser elementos de extrema importância na compreensão das nacionalidades.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão utiliza como referencial teórico-metodológico a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por John B. Thompson, para que se faça a análise e a interpretação dos elementos dispostos nas duas tramas, levando em consideração os espaços históricos e sociais vividos pelas duas personagens. Dessa forma, inicialmente se realizou a pesquisa bibliográfica para embasar este estudo e fornecer elementos capazes de orientar a posterior análise das cenas dos dois protagonistas a fim de estabelecer aproximações e distanciamentos relacionados às duas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Homem do Ano narra a trajetória de Máiquel, morador de uma área periférica da cidade, que se torna matador depois que assassina um rapaz que faz piadas com seu cabelo pintado de loiro. Já em *Gran Torino*, a narrativa desenvolve-se em torno de Walt Kowalski, um veterano de guerra, viúvo, que tem grandes problemas para relacionar-se com as pessoas.

Na obra fílmica brasileira a questão referente à classe social coloca o protagonista Máiquel num conflito entre o que ele é e o que ele se torna quando ganha o reconhecimento da sociedade. Ao tornar-se, metaforicamente, outro homem, as atitudes de Máiquel também irão transformar-se, e desse ponto em diante, sua vida ganhará novos contornos. Todavia, mesmo que, aos poucos, tenha adquirido fama e dinheiro, Máiquel segue enfrentando as barreiras de sua origem econômica. Ele não consegue tornar-se um membro efetivo da elite, como aqueles que o usam como instrumento para o extermínio dos que são considerados um problema social.

No filme norte-americano, por exemplo, esse “outro”, antagônico à personagem principal está associado à etnia ou à procedência nacional. Ao longo de grande parte da

narrativa, as referências aos “chinas”, aos “negriños”, ao “branco”, ao “galego”, entre outros, são triviais. Embora, fisicamente invisíveis, as fronteiras que separam as personagens parecem sólidas e intransponíveis. A partir da relação com os vizinhos de descendência asiática, Walt aprendeu a tolerância, o respeito ao diferente, a amizade, a confiança e, sobretudo, a vontade e a capacidade de envolver-se, com solidariedade, nas questões coletivas. Ou seja, o veterano de guerra aproximou-se de tudo o que para ele já não parecia possível ou necessário.

Foi na convivência com os outros que os protagonistas, aqui referidos, enxergaram-se e refletiram sobre a sua condição. Máiquel e Walt parecem ter visto num espelho, ao tomar contato com “os outros”, a sua imagem invertida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cada uma das personagens, a fronteira com os outros trouxe diferentes expressões: para Walt a zona de contato significou a relação; para Máiquel, no limite entre ele e os outros, estava a agressão. A exemplo dos anti-heróis, seus atos não foram completamente louváveis e altruístas. A fuga de Walt, ao mesmo tempo que libertava os vizinhos, o tirava da vida a qual, por vezes, parecia não saber viver. Já o banho de sangue promovido por Máiquel, embora prestasse um serviço aos poderosos, tinha como finalidade possibilitar a transformação de quem sempre viveu à margem e que via nisso a chance de chegar ao topo.

O Homem do Ano e *Gran Torino* falam de vingança, de vida, de morte, de transformações, da dominação, da relação com quem é diferente, mas, sobretudo, falam de aspirações e desencantos. No fim de cada trajetória, Máiquel e Walt põem em prática seus desejos e seguem em direções opostas, um no caminho da morte, outro em busca da vida. Dessa forma, o que vemos não é a particularização de duas identidades nacionais, mas, principalmente, a adesão àquilo que Wisnik (2008) associa a nossa brasilidade: a tomada de decisões inventivas, a “criação deliberada” (como na poesia), a rejeição a uma “prudência calculista” (como na prosa) e a aceitação dos “devaneios individualistas”. Em direções contrárias, Máiquel e Walt aproximaram-se mais do que é ser brasileiro.

REFERÊNCIAS:

CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. In **A Noção de Cultura em Ciências Humanas**. Bauru: Edusc, 2002.

O HOMEM do ano. Direção: José Henrique Fonseca. Roteiro: Rubem Fonseca. Intérpretes: Murilo Benício (Máiquel), Cláudia Abreu (Cledir), Natália Lage (Érica). Color/105 min. 2003.

GRAN Torino. Direção: Clint Eastwood. Roteiro: Nick Schenk, Dave Johansson e Clint Eastwood. Intérpretes: Clint Eastwood (Walt Kovalski), Bee Vang (Thao), Ahney Her (Sue), Color/114 min. 2007.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Inclusão de pessoas em situação de rua: da margem para o protagonismo na X Conferência Municipal de Assistência Social

Eler Sandra de Oliveira¹- FEEVALE

Palavras Chaves: Assistência Social. Cidade. Participação. Pessoas em situação de rua.

Introdução

A dinâmica socioespacial e as expressões da complexificação da vida dos moradores dos grandes centros urbanos são, entre outros atributos, reveladoras de diversos fenômenos sociais existentes no território onde as tramas acontecem. Como propõe MAGNI (2006) no meio urbano convivem segmentos sociais nômades, no qual se enquadra as pessoas em situação de rua, bem como aqueles que com domicílio fixo. Estes últimos estabelecem sua relação com a cidade, a partir da norma sedentária (condição essencial para fundação e desenvolvimento das cidades). Nesta perspectiva, emergem no palco do espaço urbano, inúmeros tensionamentos, entre eles aqueles protagonizados pela presença de pessoas que habitam e constroem suas estratégias de sobrevivência nas ruas da cidade. Como afirma ROSA(2013,p.42) “embora o circuito nômade urbano esteja intrinsecamente ligado ao sedentário, essa relação não acontece sem vários conflitos”.

Assim, presentes em todos os grandes centros urbanos, pessoas em situação de rua, também compõe o cenário da cidade serrana de Caxias do Sul. Esta cidade, com seus mais de 500 mil habitantes é um dos municípios brasileiros com Serviço Especializado para atender a Pessoas em Situação de Rua, o qual é executado pelo Centro Pop Rua. Nesta unidade, em 2013, a equipe de trabalhadores, em especial os Educadores Sociais e coordenação desenvolveram uma proposta de preparação dos usuários para participarem da X Conferência Municipal de Assistência Social, ocorrida em 27/7/2013 no auditório da Universidade de Caxias do Sul. Um dos objetivos era garantir que os/as usuários/as que fossem participar do evento, reconhecessem e ocupassem aquele lugar como uma legítima instância de controle social, com direito de voz e voto. Dito de outra forma, na Conferência Municipal eles tiveram a

¹ Assistente Social da Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul, Especialista em Saúde Mental Coletiva (ESP/RS) e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social-FEEVALE.

garantia de propor e deliberar sobre a política de assistência social do município. Neste sentido, o objetivo desse trabalho consiste em relatar a experiência desse processo de mobilização e participação social na conferência, discutindo a trajetória realizada por estes usuários do Centro Pop Rua de Caxias do Sul, qual se traduz numa experiência de inclusão.

Fundamentação Teórica

A dinâmica socioespacial e as expressões da complexificação da vida dos moradores dos grandes centros urbanos são, entre outros atributos, reveladoras de diversos fenômenos sociais existentes no território onde as tramas acontecem. Nesta perspectiva, emergem no palco do espaço urbano, inúmeros tensionamentos, entre eles aqueles protagonizados pela presença de pessoas que habitam e constroem suas estratégias de sobrevivência nas ruas da cidade. Neste contexto, considera-se que “a cidade é estrutura de relações sociais, economia e mercado; é política. Estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência” (ROCHA & ECKERT, p.21).

A pessoa adulta em situação de rua será concebida nesta discussão conforme o decreto federal nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (2009, p.01).

No processo de preparação para participação dos usuários na conferência, a clássica frase de Freire (1987) na sua obra *Pedagogia do Oprimido* “Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna” foi a grande impulsionadora do processo de inclusão das pessoas. Nesta mesma vertente, RIFIOTIS(2007, p234) propõe que acha uma mudança “do debate atual dos direitos do sujeito para os sujeitos de direitos”. Contudo, ele próprio sinaliza que há de atentar-se para que esse processo não caminhe rumo à tutela e vitimização, ou seja “(...) a educação e as lutas por direitos num tal contexto, se não forem feitas com o sujeito podem – no limite – desobrigá-lo de seu lugar efetivo de ação, e tirar-lhe o protagonismo” (RIFIOTIS 2007, p.242).

Num outro contexto de discussão, MAGNANI(2012) ao se referir sobre pesquisas que investigam o contexto urbano, observava a ausência dos atores sociais, dos moradores da cidade. O que dizer então das pessoas em situação de rua que historicamente excluídas de muitos contextos? Apesar de MAGNANI estar referindo-se ao processo investigativo da

Antropologia Urbana, sua reflexão também contribui para esse relato de experiência à medida que podemos compreender que:

“(…) A incorporação destes atores e de suas práticas permitirá introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente”, que decide o que é certo e errado, e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (MAGNANI,2012,p.258)

Assim, precisamos considerar que a relação com a cidade e a realidade do território vivido por pessoas em situação de rua, produz práticas e saberes sobre a cidade. Nesta direção, consideramos relevante o investimento realizado por trabalhadores e usuários do Centro Pop Rua neste processo de participação política, pois esta é uma das possibilidades de ação para que a inclusão não seja apenas na margem como diz DEMO (2005).

Metodologia

Relato de experiência vivenciado pela autora, que na época era coordenadora do Centro Pop Rua de Caxias do Sul.

Foram oito (08) encontros preparatórios, onde se discutiu: 1) O que é uma Conferência de Assistência Social?; 2) identidade-Quem sou Eu?; 3) Direito a moradia; 4) Direitos Humanos; 5) Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua; 6) Cenas cotidianas: relatos de cenas vividas em Caxias do Sul; 7) Conhecendo o Conselho Municipal de Assistência Social; 8) Rede de serviços socioassistenciais no município.

Os recursos utilizados foram: exposição oral, rodas de conversas, filme, música, encenação, cartilha do Ziraldo sobre direitos humanos, produção textual, leitura de jornais, e grupo temático.

Participação: Todas as oficinas eram abertas, de livre participação.

Resultados

Mais de vinte participaram em diferentes etapas e doze usuários, oitos homens e duas mulheres foram para conferência municipal. O tema da conferência “A gestão e o Financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social” apresentou-se como algo complexo tanto para gestores, trabalhadores e usuários, no entanto, os registros deste evento demonstram que os/as usuários/as do Centro Pop Rua foram protagonistas, apresentaram, discutiram e votaram em propostas que visavam conquistas de direitos. Além disto, em parceria com oicineiro de música e um estagiário do Centro Pop Rua, alguns usuários “formaram uma banda” que cantou e encantou na acolhida dos participantes da conferência.

Quanto as deliberações, destaca-se aprovação das propostas: a) revisão dos critérios de ingresso e permanência nos serviços de alta complexidade; b) concurso público para assessor jurídico no Centro Pop Rua e c) implantação do Comitê Gestor Intersetorial de políticas públicas para migrantes, pessoas em trânsito e em situação de rua.

Por fim, a plenária elegeu um delegado titular e uma delegada suplente (usuários do Centro pop Rua) para representar Caxias do Sul na Conferência Estadual que ocorreu em Santa Maria/RS em outubro de 2013. Também aprovaram uma Moção de Repúdio à violência praticada por agentes da segurança pública municipal e estadual contra as pessoas em situação de rua na cidade. Ainda é relevante destacar que desde 1993, quando ocorreu a I Conferência Municipal de Assistência Social, esta é a primeira vez que se registrou a presença de pessoas em situação de rua na conferência, em outras palavras, eles romperam com vinte anos de silêncio e invisibilidade de quem vive nas ruas desta cidade.

Discussão

A intensa mobilidade das pessoas em situação de rua, bem como o trânsito de seus saberes e práticas, quando encontram barreiras, por exemplo, a violação de direitos humanos, não é somente a vida das pessoas que é afetada, mas também a identidade da cidade que se molda e desmolda. Nesta direção residem experiências de afastamento e aproximações que constituem a própria dinâmica da cidade. Neste caso, se a rua não for silenciada por estratégias violadoras de direitos, camufladas de revitalização do espaço urbano e uma versão questionável de segurança pública, a polifonia de vozes poderá romper com os obstáculos que impedem o trânsito da diversidade. Como disse Canclini (1995, p.139): “a identidade é uma construção que se narra”, há de se cuidar para que não seja narrada em monólogos da segregação.

Nesta perspectiva, a vida exige movimento, essa experiência vivenciada pelas pessoas em situação de rua, participantes das oficinas e da conferência municipal de assistência social se não for dinamizada, conectada com fio de vida da e na cidade, corre o risco de se tornar um fato histórico e isolado. O desafio de prosseguir, de sair da margem, está posto para todos aqueles que foram afetados por esse processo.

Considerações Finais

Os usuários puderam desenvolver o protagonismo nas oficinas preparatórias e a participação deles na X Conferência Municipal de Assistência Social contribuiu para transposição da invisibilidade, vivida por esses sujeitos na sua relação com a cidade.

Certa vez, em uma de suas palestras sobre Direitos Humanos, o professor Jacques Alfonsin apontou: “*A dignidade humana é indelegável*”. Neste sentido, a experiência aqui relatada nos aponta que trabalhar inclusão na perspectiva da defesa dos direitos humanos, não é fazê-la “*pelos*” pessoas, mas “*com*” as pessoas, independentemente se estão em situação de rua ou não. Pautados na metodologia de Educação Popular de Paulo Freire, a equipe do Centro Pop Rua, através das oficinas preparatórias para a x conferência municipal de assistência social, investiu na escuta dos usuários e coletivamente garantiu a elaboração de estratégias de intervenção aos conflitos por eles enfrentados.

Assim, quando um processo humano, expressa tamanha grandeza, como este que aqui foi descrito, pouco se tem para concluir e muito para prosseguir. A trajetória protagonizada pelas pessoas em situação de rua na conferência municipal de assistência social, sem dúvida deixa marcas de uma conquista. Contudo, não há nenhum troféu para ser exibido, o que existem são propostas fixadas num papel desejando ganharem vida pelas ruas da cidade, pois a cidadania também é nômade, precisa de intensa mobilidade espacial para existir.

Por fim, a vida exige movimento, essa experiência vivenciada pelas pessoas em situação de rua, participantes das oficinas e da conferencia municipal de assistência social se não for dinamizada, conectada com fio de vida da e na cidade, corre o risco de se tornar um fato histórico e isolado. É preciso que juntos possamos continuar, pois a distância nos incapacita.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientação Técnicas: Centro de Referência Especializada para pessoas em situação de rua.**

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, 2005. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9652/1/ARTIGO_InclusaoDigital.pdf. Acessado em: 13 de junho de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11ª Edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos Humanos: Sujeito de Direitos e Direitos dos Sujeitos. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 231-244. (2007).

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Etnografia de e na Rua: estudo de antropologia urbana. In: *Etnografia de Rua: Estudos de antropologia urbana.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 21- 46.

Manifestações Culturais das Identidades de Gênero

Daniel Keller – Universidade Feevale¹

Denise Castilhos - Universidade Feevale²

PALAVRAS – CHAVE: Gênero – Identidade – Cultura – Manifestações Culturais.

1. INTRODUÇÃO

Estudar as questões de sexo/gênero é também aprofundar o olhar sobre um aspecto importante da construção identitária dos sujeitos, uma vez que versa sobre seus papéis sociais, performances, agrupamentos e, inclusive, adequação ou não à normatividade vigente. Desta forma, este trabalho discute uma questão relacionada à temática de gênero, explorando os principais pontos das suas manifestações culturais, sua definição conceitual e suas representações sociais. Para tanto, entende-se que é necessário desmistificar as relações entre corpo e gênero e reforçar a visão de gênero como constituinte da identidade, com características mutáveis e definidas socialmente.

A partir das pesquisas relacionadas à teoria *Queer*³ desenvolvidas por Judith Butler (1993), as discussões de gênero foram norteadas por uma busca constante pela liberdade e quebra dos fatores normativos vigentes (que relacionavam gênero exclusivamente às características sexuais físicas e externas⁴). Este conceito mutável e sua relação com o normativo tornam-se o problema deste trabalho de pesquisa, pois se deseja refletir a respeito das formas de manifestação do gênero no ambiente social, portanto, inserido em uma cultura.

Essa investigação se deu através de uma pesquisa bibliográfica e documental, com objetivo descritivo, e foco nas manifestações identitárias de gênero, observando como acontecem

¹ Bolsista FAPERGS, Bacharel em Moda e mestrando em Processos e Manifestações Culturais. Dedicou-se às áreas de Gênero e lidera um grupo de estudos composto por mestrandos sobre Identidade na Universidade Feevale.

² Doutora em Comunicação Social; professora do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais e dos cursos de Comunicação Social e Design; pesquisadora do Grupo de Estudos Cultura e Memória da Comunidade.

³ Reconhecida oficialmente como “*queer theory*” é uma teoria que estuda o gênero, suas relações com a orientação e a identidade sexual dos indivíduos. Nesta abordagem, o constructo social torna-se fundamental para a constituição do gênero, eliminando visões essencialistas ou biológicas (BUTLER, 1993).

⁴ Existem manifestações corpóreas que também definem o sexo, mas que são internas, por exemplo, glândulas e hormônios.

no meio social e como estas vivências constituem condições textuais e discursivas no âmbito da cultura.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho parte do conceito de que gênero não é biológico, mas, sim, uma representação social e cultural (BUTLER, 2003). Neste direcionamento teórico, esta representação vem a ser o uso específico de um corpo a partir das questões identitárias do sujeito que a possui. Esta representação passa a constituir um discurso construído a partir de um conjunto de possibilidades textuais e interpretativas que influenciam as percepções de gênero e passam a adequá-la ou não a um contexto normativo.

A normativa ocidental e contemporânea para o estabelecimento do papel de gênero é construída a partir das concepções biológicas – de características do corpo. Como consequência, todas as representações de gênero e de identidade que quebra a adequação (ao corpo físico) tendem a sofrer uma marginalização. Butler (2003) explora o conceito das normas reguladoras no sentido de que elas consolidam o imperativo heterossexual, que priorizam o masculino, assim, as normas reguladoras do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos – e elegem esta materialidade como ponto fundamental para a constituição da identidade de gênero.

O sistema gênero/sexualidade passa a ser reconhecido como “representação ou como autorepresentação”, portanto, produto das tecnologias sociais (FOUCAULT 1988) – cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas críticas. Judith Butler desenvolve um conceito de gênero e dos corpos conectados às práticas discursivas, assim, “discurso, gênero e corpo são inseparáveis” (TORRAS, 2007, p. 25).

Foucault (1988) conceitua as relações de gênero e sexualidade entendendo-os como um conjunto de efeitos produzidos nos corpos e nas relações sociais. O mesmo conceito influencia a noção de identidade, uma vez que qualquer identidade está estabelecida de forma relacionada a um corpo externo (fora) – que, por sua vez, se define por seus próprios limites de interior dos sujeitos e das superfícies corporais (FUSS, 1999).

Diana Fuss (1995) contribui aos estudos de gênero explorando a construção da normalidade cultural, questionando as práticas sociais de exclusão ou marginalização, relacionando às ideias de “dentro/fora”. Assim, cada sujeito passa a ter um corpo político, adequado ao marco social ou não, resguardado de direitos ou que sofre alguma forma de exclusão. A lógica normativa, portanto, “engloba a estrutura da linguagem, a representação e a

subjetividade, designa, também, a estrutura de exclusão, a opressão e o repúdio” (FUSS, 1999, p.114).

As sexualidades “trans”, tratadas por Judith Butler (1993), quebram as lógicas de pertencimento biológico, participando de uma relação ambígua de dois gêneros, masculino e feminino - extrapolando as possibilidades corporais previstas pelo binarismo opositivo. Segundo Diana Fuss (1999), no contexto normativo se pertence, exclusivamente, ao masculino ou ao feminino. Estas sexualidades ambíguas justificam a necessidade de quebra deste binarismo, uma vez que podem desejar, justamente, vivenciar o trânsito entre eles – como uma identidade pós-moderna, mutável e histórica (HALL, 2006).

Considerando âmbito da linguagem, tanto o corpo neutralizado (BARTHES, 2003) como aquele que não tem a identidade adequada ao corpo físico, vivem fora da normatividade discursiva. Este corpo passa a ser agramatical (TORRAS, 2007), uma vez que existe uma textualidade através das práticas culturais que regem sua aparência, comportamento, movimentos e, definitivamente, buscam normatizá-lo.

O contemporâneo é regido por um conjunto óptico que de algum modo intervém e influencia a forma em que os sujeitos veem e interpretam a realidade. Esta interpretação se constrói a partir de uma rede cultural (GEERTZ, 2003), compreendida de uma leitura dos textos, corpos e representa seus sujeitos através de um código e dentro de um contexto. Este jogo cultural desenha hierarquias, também pelas dinâmicas de domínio dos grupos identitários hegemônicos (GRAMSCI, 1949), principalmente, influenciados pelas representações de saber e poder (HALL, 2006).

3. METODOLOGIA

O método escolhido para responder ao problema é o científico dedutivo e tem um objetivo descritivo para o estudo. Para tanto, o procedimento técnico aplicado aglutinará a pesquisa bibliográfica e documental. Por sua vez, estas características conferem caráter de pesquisa qualitativa a este trabalho.

4. RESULTADOS:

Em caráter inicial, a pesquisa aponta para a necessidade de percepção das identidades de gênero como descoladas do corpo, para a eliminação de barreiras excludentes estabelecidas pelas fronteiras do contexto normativo.

Os estudos desenvolvidos até esta etapa indicam que esta noção de identidade de gênero, mutável e histórica, está mais adequada às práticas contemporâneas, tendo mais chances de eliminar discursos de preconceito ou violência. Desta forma, é possível criar espaço para a vivência de uma infinidade de variações que transitam entre os paradoxos binários de gênero, criando masculinidade(s) e femininidade(s) – múltiplas, diversas e variantes.

5. DISCUSSÃO:

Entender as identidades como uma representação e não indissociada ao corpo biológico é abrir espaço para uma equidade entre gêneros, eliminando categorias hierarquizadas e o jogo de poder existente no contexto contemporâneo (BUTLER, 1993).

Neste sentido, cada representação de gênero e sexualidade precisa ser analisada como única e mutável, adequada ao sujeito pós-moderno proposto por Stuart Hall (2006). Esta rede de relações interconectadas coloca o sujeito como um componente influenciado e que influencia a cultura confirmando a abordagem de Geertz (2003).

Os discursos que negam as categorias identitárias (como masculino e feminino, por exemplo) abrem espaço para uma performance de gênero voltada a responder “quem somos”, preterindo o usual “o que somos” (FUSS, 1999). Esta abordagem cria uma maior liberdade de vivência no que tange aos indivíduos, seu gênero e sexualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir da pesquisa desenvolvida, entende-se como fundamental uma nova abordagem para a realidade, quebrando as regras do marco social, produzindo novos discursos, em busca da eliminação das hegemonias. Assumir que existem outras possibilidades de definições de gêneros, que não somente binárias, é abrir espaço para a quebra de estigmas e a não sujeição, portanto, eliminando as marginalidades. Assim, as representações de gênero não precisarão seguir as ordens corporais, mas, sim, serem vivenciadas como identidades específicas, que não podem ser categorizadas ou estabelecidas imutavelmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. O Neutro. São Paulo: Martins Fortes, 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

_____. Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires – Barcelona – México: Paidós, 1993.

FOUCAULT, Michel. Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1988.

FUSS, Diana. Dentro/Fuera in Feminismos Literarios. Madrid: Arco Libros, 1999.

GEERZ, Clifford. A interpretação das Culturas. São Paulo: LTC, 2003.

HALL. O sujeito pós moderno. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TORRAS, Meri (org.). Cuerpo e Indentidad I . Barcelona: Edicions UAB, 2007.

MATERIALIZANDO A TRANSVERSALIDADE DO GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: um contexto em (re)formulação

Mariane Camargo D'Oliveira, FEEVALE¹

Denise Regina Quaresma da Silva, FEEVALE²

Palavras-Chave: Autonomização. Cidadania. Empoderamento. Feminino. Igualdade.

1. INTRODUÇÃO

À medida que se pretende, cada vez mais, uma transição paradigmática nas ambiências socioculturais, notadamente ao ressignificar a efetivação dos direitos fundamentais e humanos das mulheres, bem como ao vincular proposições, através de uma matriz principiológica, que não se constituam tão somente em legitimadoras do processo de exclusão social ainda vivenciado, mas sim potencializadora da cidadania contemporânea, é possível que a autonomização e o empoderamento feminino dialoguem no sentido de tornar efetiva a transversalização do gênero a partir das políticas públicas?

Embasando-se, assim, nesta problemática, a presente pesquisa, de cunho essencialmente teórico, pretende verificar a imprescindibilidade de desconstrução de muitos dos cânones que se pautam na diferença mediante o manejo de políticas públicas de gênero. Almeja-se, inclusive, verificar como as arraigadas e naturalizadas relações de dominação patriarcal se inscrevem em esquemas que reforçam e justificam a posição subalterna de determinados grupos sociais como contraposto a uma socialização potencializadora de igualdade, inclusão, diversidade e cidadania nos espaços socioculturais, políticos e de poder.

Nessa perspectiva, em decorrência dos modelos patriarcais firmemente calcados sobre esquemas hegemônicos construídos pelo poder masculino, foi essencial a vindicação por um espaço verdadeiramente igualitário viabilizado pela cidadania. Em contrapartida, as relações assimétricas de gênero ainda encerram potenciais desigualdades, notadamente ao se considerar que as diferenças sexuais continuam servindo de parâmetros para que não se promova, efetivamente, a inclusão social mediante o manejo de políticas públicas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE. Mestre em Direito pela UNISC/RS. Bolsista PROSUP/CAPES. Advogada. E-mail: maricamargod@gmail.com

² Pós-doutorado em Estudos de Gênero na UCES, Doutora e Mestre em Educação pela UFRGS. Atualmente, é professora titular na Universidade FEEVALE e é professora adjunta no Centro Universitário La Salle.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O direito à cidadania tem sido conquistado a duras penas (Machado, 2010; Pinsky e Pedro, 2003). Mesmo na contemporaneidade, há lugares que não reconhecem alguns sujeitos, entre eles as mulheres, como cidadãos com direito à participação política. Imprescindível, pois, a ruptura e a queda de modelos socialmente estabelecidos, para que se possa estruturar a indispensável igualdade material. Analisando sob esta ótica, é essencial permanecer vigilantes na luta pelos direitos fundamentais e humanos, especialmente a inclusão e a cidadania. Sob tal perspectiva, Mouffe (2013, p. 271), citando a compreensão de Pateman, revela que a cidadania é uma categoria patriarcal: quem o “cidadão” é, o que ele faz e a arena em que atua foram construídos à imagem masculina. Embora as mulheres sejam cidadãs nas democracias liberais de hoje em dia, a cidadania formal foi conquistada dentro de uma estrutura de poder patriarcal em que as qualidades e as tarefas das mulheres ainda são desvalorizadas.

Neste entendimento, ao se propor políticas públicas que promovam o empoderamento e a autonomização feminina para que transformem suas vidas está-se dando um passo muito significativo em direção à desobstaculização de muitas das práticas discriminatórias ainda existentes. Não se pode ignorar que a maioria das mulheres continua vivenciando situações de exclusão, de subjugação, de violência, especialmente as negras, rurais, indígenas e as que são marginalizadas pelas condições econômicas periféricas que possuem. Assim, de acordo com o que menciona Machado (1999, p. 57), “as políticas públicas podem ser instrumentos na mudança das relações de gênero, contribuindo para que estas sejam mais equitativas”.

A partir deste plano, Stromquist (1996, p. 27) revela que o termo política pública é um conceito de definição vaga. Neste ponto, afirma-se que nenhum outro, na área de ciências sociais e humanas, tem sido submetido a tantas ambiguidades e abusos nas últimas décadas. Em princípio, ele se refere a declarações oficiais de intenção de agir sobre determinados problemas. Contudo, na prática, as políticas públicas podem assumir múltiplas formas: legislação, recomendações oficiais em relatórios de organismos e departamentos governamentais e resultados apurados por comissões apontadas pelos governos.

Seguindo tal visão, entre as forças progressistas preocupadas com os efeitos da globalização da economia, das mudanças nas formas de produzir e da influência dos meios de comunicação sobre uma população cada vez mais fragmentada socialmente e polarizada economicamente, existe consenso quanto à necessidade de se pensar em uma nova geração de políticas que trate dos custos sociais do ajuste e da estabilização econômicos, consoante alude Guzmán (2000, p. 64). Não se tem outra alternativa se se quiser construir uma nova institucio-

nalidade necessária para se poder falar em políticas públicas de gênero visando à igualdade senão enfrentar todas estas obscuridades cada vez mais agudas, repensando, simultaneamente, o caráter das políticas para um Estado que se propõe democrático.

3. METODOLOGIA

Com efeito, pretende-se reflexionar acerca da constante persistência na edificação da cidadania equitativa pela via da inclusão social. Nesse aspecto, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, sendo que o método de procedimento é o histórico, já que se pretende investigar a temática em suas múltiplas dimensões levando em conta a interconexão com os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Concernente à técnica, possui o estudo caráter bibliográfico, em razão de que a densidade científico-procedimental decorre do estudo sobre a operacionalização das políticas públicas de gênero. Sob este prisma, o embasamento da pesquisa sustenta-se nas teorizações trazidas, especialmente, por autores como Alvarez (2000), Guzmán (2000), Farah (2004), Machado (1999; 2010), Mouffe (2013), Pinsky e Pedro (2003), Silveira (2003), Soares (2004), Stromquist (1996) e Viana (2013), os quais articulam teorias sobre gênero, poder, dominação masculina, patriarcado, cidadania e políticas públicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formulação de políticas públicas, que supõem exigências diretas sobre o Estado, tem sido buscada por muitas feministas. Os temas englobados nessas condições foram a igualdade de *status* para as mulheres, a eliminação da discriminação sexual e de gênero, a introdução de regulamentos contra assédio sexual, moral e violência doméstica, bem como a inserção de cotas que garantissem a representatividade feminina, como explicita Stromquist (1996, p. 28). As propostas no âmbito das políticas públicas emanadas de movimentos e entidades feministas, passaram a integrar a ideia da articulação de ações, além da ênfase na inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindicava-se a sua inclusão entre os atores que participavam da formulação, da implementação, do controle e da avaliação dessas políticas públicas, de acordo com a referência feita por Farah (2004, p. 129-130).

Ocorre que a função de um Estado democrático é justamente elaborar políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres. É legítimo, portanto, atuar pensando em uma lógica de políticas públicas que verifiquem sempre o impacto diferenciado para os gêneros, mas também reconheçam legitimidade a ações específicas voltadas para o fortalecimento feminino, já que estas, enquanto coletivo social, estão em condições sociais

subordinadas. Por isso, é decisivo encarar as mulheres como sujeitos da transformação e das práticas daí decorrentes, a exemplo de algumas das políticas de *empowerment* e de ações positivas, como as cotas partidárias para mulheres, segundo argumenta Silveira (2003).

A partir destas conceitualizações, as políticas voltadas à igualdade substancial devem enfrentar os eixos centrais que constroem, cotidianamente, as disparidades, ou seja, a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos e romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres, em consonância com o enfatizada por Soares (2004, p. 117-118). A construção das políticas irá reconhecer o caráter sexuado do dia-a-dia, obrigando os planejadores a se perguntarem pela realidade de homens e de mulheres, antecipando, inclusive, os efeitos de qualquer política pública enviesada pela categoria gênero.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às breves ilações aqui expostas, percebe-se indispensável que o gênero esteja imbricado na implementação de políticas focalizadas, mas também universalizantes. A análise, portanto, do que sejam as políticas públicas e, principalmente, como elas se traduzem em meios potencializadores de empoderamento feminino, conduz ao seu entrelaçamento com as questões de gênero e sua transversalidade nas políticas públicas. Em tal enfoque, aduz Alvarez (2000, p. 16) que o Estado subsidiário idealizado pela nova agenda de políticas públicas redimensiona as relações entre homens e mulheres, ressignificando a cidadania feminina. Do mesmo modo, outros Estados latino-americanos, como o Chile, têm recodificado as relações de gênero nas políticas dirigidas às mulheres, ao tratar as consequências de relações desiguais de poder entre homens e mulheres e a exclusão induzida pelo mercado como se fossem situações excepcionais, em vez de consequências “normais” do capitalismo patriarcal e racializado.

É possível visualizar, assim, que se mostra crucial “a implementação de políticas públicas com perspectiva feminista, capazes de alterar a vida das mulheres, na esfera pública e privada, como uma necessidade e, ao mesmo tempo, um desafio cotidiano”, segundo a afirmação de Viana (2013, p. 390). Infere-se, portanto, a imprescindibilidade de que Estado e sociedade possam articular políticas visando mitigar as desigualdades de gênero existentes, à medida que se consolidam instrumentos de elaboração de políticas públicas e mecanismos que possibilitem tornar permanentes ações que construam um Estado democrático mais igualitário e voltado à salvaguarda da cidadania, do empoderamento e do processo de inclusão social.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. (Cadernos Sempre Viva). p. 09-25.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da CEM, 8). p. 127-142.

GUZMÁN, Virginia. A Equidade de Gênero Como Tema de Debate e de Políticas Públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. (Cadernos Sempre Viva). p. 63-86.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MOUFFE, Chantal. Ferminismo, Cidadania e Política Democrática Radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 265-282.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 265-309.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas Públicas de Gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. 2003. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/Políticas_Genero_1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SOARES, Vera. Políticas Públicas para Igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da CEM, n. 8). p. 113-126.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas Públicas de Estado e Equidade de Gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n. 1, jan./abr. 1996. p. 27-49.

VIANA, Raquel. Desafios e Limites das Políticas Públicas no Cotidiano das Mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc SP, 2013. p. 377-391.

MULHER, ENVELHECIMENTO E CONSUMO

Janaina Peixoto Kowalski - FEEVALE¹

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Consumo. Envelhecimento.

1. INTRODUÇÃO

É do conhecimento de todas as mulheres que, um dia o seu corpo sofrerá mudanças fisiológicas onde algumas de suas funções não serão mais desempenhadas com tanta facilidade. O conteúdo explorado no presente texto, refere-se a esta relação entre a mulher, o envelhecimento e o consumo de produtos e serviços que o mercado oferece para longevidade da boa aparência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A mulher, a beleza

Diz Umberto Eco (2004) que “Belo – junto com gracioso, bonito ou sublime, maravilhoso, soberbo e expressões similares – é um adjetivo que usamos frequentemente para indicar algo que nos agrada”. Contudo, vale salientar que a busca pela beleza não deixou com que milhares de mulheres fossem às ruas e lutassem a favor de mais direitos e garantias. Naomi Wolf (1992) afirma que as mulheres ganharam as ruas (movimento feminista) a partir da década de 70, conquistando direitos legais, controle de reprodução e alcançaram a educação superior. A autora assegura ainda que:

“As mulheres prósperas, instruídas e liberadas do Primeiro Mundo, que têm acesso a liberdades inatingíveis para qualquer outra mulher até agora, não se sentem tão livres quanto querem ser. E já não podem restringir ao subconsciente sua sensação de que essa falta de liberdade tem algo a ver com questões que realmente não deveriam ser importantes. Muitas sentem vergonha de admitir que essas preocupações triviais – que se relacionam à aparência física, ao corpo, ao rosto, ao cabelo, às roupas – têm tanta importância.
(...).

Quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas.”

¹ Aluna do curso de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale – Novo Hamburgo/RS . janainap@feevale.br

No tocante ao exposto supra, percebe-se que mesmo com papéis sempre desafiadores na sociedade, as mulheres ainda sentem a necessidade de cuidar da sua aparência. E que, principalmente, quanto maior for o seu papel desempenhado na sociedade, maior também será o padrão de beleza a ser alcançado. A eliminação cirúrgica das rugas, o uso de cosméticos e produtos que se multiplicam (prometendo a escultura em si), começa a chegar ao mercado no início do século XX, afirma Rachel Moreno (2008). E foi também no início do século XX que o corpo, mais do que antes, é minuciosamente examinado – após a descoberta da celulite, e seu aspecto “casca de laranja”. “Finalmente, nos últimos tempos, a beleza se psicologiza e passa a incorporar a expressão – o olhar revelando o íntimo, a interioridade sinalizando a ascendência da consciência, os olhos como mensageiros da alma. O sonho da beleza absoluta se desfaz e se multiplica – cede seu lugar às belezas singulares”. (MORENO, 2008). Assim, pode-se observar que códigos e valores tornam-se estabelecidos, onde as mulheres seguem tendências de moda, comportamento e beleza, para talvez, se sentirem mais confortáveis no mundo feminino hoje explanado.

2.2 A mulher, o envelhecimento

A antropóloga Mirian Goldenberg em sua obra “Coroas” (2009) faz uma revelação interessante:

“Quando fiz 40 anos entrei em uma crise profunda e inesperada. Fui, pela primeira vez, a uma dermatologista para que ela me receitasse algum hidratante e um filtro solar, produtos que nunca havia consumido até então. Após um breve exame da minha pele, ela, observando atentamente meu rosto, perguntou: ‘Por que você não faz uma correção nas pálpebras? Elas estão caídas. Você vai ficar dez anos mais jovem’. Sem me dar tempo para responder, continuou: ‘Porque você não faz um preenchimento ao redor dos lábios? E *botox* na testa para tirar as rugas de expressão? Você vai rejuvenescer dez anos’. Paguei cara a consulta, que ficou mais cara ainda, pois provocou uma crise existencial que durou quase um ano.”

A velhice é o último período da evolução natural de nossas vidas. Isto implica numa série de situações: biológicas e fisiológicas, e também psicológicas, sociais e econômicas, que compõem o cotidiano das inúmeras pessoas que vivem essa fase. O envelhecimento é inevitável, e a cultura obriga a mulher a se habituar à discrição e à invisibilidade, depois de muito tempo de treinamento para perceber e decodificar o olhar do outro sobre si como uma conquista e consequência de ter sabido realçar devidamente seus atributos físicos. E ainda, a longevidade das mulheres é maior que a dos homens, além de desempenharem uma função importante na família. (Ibidem). Contudo, qualquer sacrifício

vale para ter uma imagem mais jovem, porque como disse Rachel Moreno: “(...) afastem-se das velhas – elas devem representar simples e tão-somente tudo que as jovens não gostariam de ser”. Esta é a principal contribuição para o crescimento no consumo de produtos e tratamentos para todas que não querem “chegar lá”.

2.3 Mulher, envelhecimento e consumo

Sobre consumismo, à luz de Zygmunt Bauman (2007), tem-se a seguinte análise:

“(...) a sociedade de consumidores representa um conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e das mulheres venha a abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra, e de que a maior parte do tempo obedeçam aos preceitos dela com a máxima dedicação.”

A cultura do consumo mostra-se de grande valia em muitas condições de nossas vidas. E, dentre a interminável gama de produtos, observa-se em grande oferta o mercado da beleza, com acessórios, produtos cosméticos que prometem mudanças significativas, e cirurgias estéticas.

Segundo a ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) o Brasil é o terceiro maior consumidor de cosméticos do mundo. E ainda, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de cirurgias plásticas. Perdendo somente para os Estados Unidos.

Muitos são os tratamentos estéticos e produtos destinados ao tratamento da pele, para que esta fique com a aparência sempre jovem. A linha Chronos, da marca Natura, por exemplo, possui cremes antienvelhecimento para usar a partir dos 25 anos de idade. A linha apresenta os produtos 25+, 30+, 45+, 60+ e 70+, prometendo redução nas linhas de expressão, recuperação da firmeza da pele e alto poder de hidratação. Seguindo a mesma linha, a marca Avon apresenta a linha Renew, também para idades específicas e promete redução nas linhas de expressão e sinais, melhora na claridade da pele e hidratação.

A revista Cosmética News, publicou em seu site que em cinco anos o mercado de cosméticos anti-idade cresceu mais de 60% no mundo. Afirma ainda que a população de idosos de hoje é muito diferente em relação há duas décadas. Além disso, cuidam mais da saúde e da aparência do corpo. Tudo isso, com muita energia e vigor!

O site de notícias Globo.com publicou em 30/07/2014 uma reportagem afirmando que o Brasil, pela primeira vez, foi líder no *ranking* de cirurgias plásticas no mundo, segundo dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética. Foram 1,49 milhão de

cirurgias em 2013. E, na categoria de procedimentos não cirúrgicos, como a aplicação de toxina botulínica (composto aplicado para ajudar a suavizar marcas e linhas de expressão no rosto), o Brasil ficou com o segundo lugar, atrás somente dos Estados Unidos.

Por fim, dados da pesquisa IBOPE divulgados em março do corrente ano, mostram que as mulheres das classes AB, C e DE de diversos estados brasileiros, movimentam bilhões em publicidade no país. Os dados coletados em 2013 mostram que apenas 31% das entrevistadas dizem “não se preocupar muito com a aparência” e, 24% afirmam que “gastariam tudo o que tivessem para parecerem mais jovens”.

O culto à beleza faz com que inúmeras mulheres comprem a ideia de que, consumir cada vez mais cosméticos, tratamentos de beleza e cirurgias plásticas, irá resgatá-las de um mundo na qual não querem mais pertencer.

“Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em ‘vendabilidade’: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar sendo criada” (BAUMAN, 2007, p. 75).

Bauman afirma ainda, que as mercadorias oferecidas no mercado de consumo devem sua atração e seu poder de recrutamento de consumidores dispostos a investir. E, a grande maioria das mulheres pagam o preço para um investimento em tudo que tenha “valor social” e eleve a sua autoestima.

3. METODOLOGIA: pesquisa exploratória, do tipo bibliográfica.

4. DISCUSSÃO e RESULTADOS: a pesquisa em caráter inicial, aponta para a questão que as mulheres consomem cosméticos e realizam tratamentos estéticos a fim de retardar o envelhecimento. Este, é cronológico e esperado, porém o fato de tentar adiar o aparecimento de rugas e linhas de expressão torna-se algo

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem feita, conclui-se que para muitas mulheres, muito embora saibam que o envelhecimento é cronologicamente esperado, é também alvo de tratamentos que o retarde.

Contudo, tamanha é a vontade de retardar o envelhecimento, de ter a cútis mais jovem, que mulheres de diferentes classes sociais aderem aos tratamento e à compra de produtos cosméticos, contribuindo para o conceito de sociedade de consumidores. Mas o importante é que se viva bem, que haja a aceitação de si próprio, a aceitação de que a vida passa e, com ela, há a construção de uma história.

6. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

ECO, Umberto. **A história da beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2ª edição, 2008.

MORENO, Rachel. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Ágora, 2008.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

<<http://www.cosmeticanews.com.br/leitura.php?n=cosmeticos-anti-idade-performance-acima-de-tudo&id=4312>> Acesso em 03/08/2014.

<www.natura.com.br> Acesso em 03/08/2014.

<www.avon.com.br> Acesso em 03/08/2014.

<<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/07/brasil-se-torna-pela-primeira-vez-lider-em-cirurgias-plasticas-diz-organizacao.html>> Acesso em 02/08/2014.

<<http://www.portalmulherexecutiva.com.br/2014-03-ibope-divulga-dados-do-consumo-de-cosmeticos-pelas-mulheres-12550>> Acesso em 03/08/2014.

O DIÁLOGO ENTRE O CURRÍCULO ESCOLAR E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE DE ENSINO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBUGO/RS.

Camila Altmayer – Universidade Feevale.¹

Palavras-chaves: Programa Mais Educação. Diálogo. Educação Integral.

Este trabalho é resultante da construção do Projeto de Pesquisa no Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale. Trata-se de uma proposta de pesquisa elaborada a partir de uma trajetória acadêmica que se relaciona com a temática Educação Integral. A aproximação com o tema oportunizou a inserção no grupo de pesquisa denominado “Práticas de educação em espaços não escolares e os processos desencadeados”, financiado pela Capes/Observatório de Educação – OBEDUC, realizado na Universidade Feevale.

A presente proposta de pesquisa tem como problema norteador a seguinte questão: Como o Programa Mais Educação, através das oficinas de letramento, constrói o diálogo com o currículo escolar nas escolas públicas municipais? O objetivo geral é analisar o diálogo estabelecido entre o currículo escolar e a jornada ampliada, através das oficinas de letramento, proposta pelo Programa Mais Educação em escolas da rede municipal de Novo Hamburgo/RS. Os objetivos específicos buscam analisar o Projeto Político Pedagógico das escolas buscando a sua relação com a Educação Integral e o Programa Mais Educação e verificar as estratégias de trabalho de monitores do Programa Mais Educação e de professores do currículo escolar para o compartilhamento e diálogo de atividades.

Percurso da Educação Integral no Brasil

Para compreender diferentes aspectos relacionados a proposta de Educação Integral apresentada pelo Programa Mais Educação, realiza-se uma análise de duas experiências educacionais nesta modalidade, realizadas anteriormente no Brasil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Diversidade Cultura e Inclusão Social, Universidade Feevale. Bolsista Capes/Obeduc.

A primeira é elaborada em 1950 pelo educador Baiano Anísio Teixeira. Inaugura em Salvador, na Bahia, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, transformando as concepções educacionais no país. Este centro era composto por dois espaços físicos separados, denominados Escolas-Classe e Escola-Parque. As Escolas-Classe eram organizadas para a evolução das aprendizagens de cunho intelectual, onde os alunos eram separados por idade/série, seguindo os pressupostos das escolas tradicionais, enquanto organização e carga horária. No período oposto ao da sala de aula, os alunos frequentavam a Escola-Parque.

O espaço elaborado para Escola-Parque localizava-se no centro da cidade de Salvador. Assim, os alunos oriundos das Escolas-Classes eram encaminhados de ônibus para a continuidade das atividades. Tratava-se de um ambiente arborizado, amplo e organizado para propostas que abordavam diferentes aspectos da vida humana (EBOLI, 1969)

A segunda proposta é construída pelo também educador Darcy Ribeiro. Ele cria em 1981, durante o governo de Leonel Brizola, no estado do Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's). Estes tinham como objetivo a ampliação da jornada escolar para no mínimo seis horas diárias, divididas entre aulas que compunham o currículo escolar e propostas de atividades que envolviam diversos conhecimentos.

Darcy Ribeiro, consciente da necessidade de mudanças e seguindo os pressupostos de Anísio Teixeira, que baseava-se na busca uma educação de qualidade e atenta para o desenvolvimento ético e democrático, prepara uma proposta que indica a Educação Integral. Para o educador, a escola organizada para o acesso a todos os sujeitos, bem como focada no preparo para a vida em sociedade, era a solução de um país com diferentes problemas estruturais (BOMENY , 2008).

Programa Mais Educação

Programa Mais Educação instituído por Portarias Normativas Interministeriais de nº 17 e nº 19, do dia 24 de abril de 2007 (publicadas no Diário Oficial da União em 26 de abril de 2007). Trata-se de uma proposta que visa a construção de ações intersetoriais entre políticas públicas educacionais e sociais através do Ministério da Educação (MEC), Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS), Esporte (ME), Ciência e Tecnologia (MCT), Meio Ambiente (MMA) e Presidência da República.

O Mais Educação promove a indução da Educação Integral na rede de Ensino Público brasileiro, voltado para as camadas mais necessitadas, promovendo a ampliação de tempo, espaços, e oportunidades educacionais às diversas crianças e adolescentes de classes populares. O Programa objetiva a formação integral do sujeito, conectando as aprendizagens da sala de aula as vivências nas oficinas do programa. O programa prevê a permanência dos alunos para o mínimo de sete horas diárias, sendo que este tempo será dividido em sala de aula/currículo formal e oficinas do Mais Educação.(BRASIL, 2009)

Os atores educacionais envolvidos na proposta da Educação integral são: professor comunitário, os monitores e professores curriculares. O professor comunitário é responsável pela coordenação e administração do Programa Mais Educação dentro de cada escola e atua como um intermediário entre as propostas da instituição e as que o Programa apresenta. Os monitores são educadores que efetivam as atividades práticas relacionadas ao Programa. Desenvolvem oficinas de diferentes temáticas no horário oposto ao as aulas do currículo e preferencialmente devem ter formação específica na área de atuação. Os professores curriculares participam ativamente no processo desta modalidade de ensino, pois atuam com os alunos do Programa através do currículo escolar, na sala de aula durante o período de quatro horas. O currículo escolar refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, sendo expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas de estudo.

Metodologia da pesquisa

A abordagem do estudo é de natureza qualitativa, será realizada em quatro escolas de ensino público do município de Novo Hamburgo/RS no ano de 2014. Os procedimentos metodológicos a serem utilizados na investigação serão a Pesquisa Documental e a Pesquisa de Campo. A Pesquisa Documental constitui-se da busca de dados sobre um determinado tema em materiais escritos. Os documentos oferecem as informações e cabe ao pesquisador compreendê-las e analisá-las.

As entrevistas terão como participantes os monitores do Programa Mais Educação e os professores curriculares de cada instituição tratamento dos dados se dará através da Análise de Conteúdo que visa descrever as características encontradas durante a coleta para a interpretação das mensagens. Para Bardin (2011, p. 49) “[...]a análise do conteúdo leva em consideração as significações(conteúdo), eventualmente a sua forma e distribuição desses conteúdos e formas(índices formais e análise de concorrência)”. O presente estudo analisará o conteúdo e fará o processo de triangulação das informações obtidas por três categorias: análise dos documentos do Programa, análise dos Projetos Políticos Pedagógico de cada escola e as entrevistas realizadas para comparar os elementos obtidos. Desta forma, promoverá o debate entre os contextos que integram o Programa Mais Educação, tendo como resultado final a análise do dialogo estabelecido entre professores do currículo e monitores do Programa.

Se reconhece a importância do diálogo entre os atores educacionais envolvidos neste contexto, pois para que as práticas de ensino estejam relacionadas, necessita-se oportunizar aos alunos um trânsito conectado entre os dois espaços. Para Freire (2005, p. 83) “Somente o diálogo, implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”, ou seja, na relação dialógica estabelecida entre professor e monitor que as práticas relativas às suas ações poderão ser pensadas, avaliadas, formuladas. A prática do diálogo no Programa Mais Educação propicia a construção de uma interação entre os espaços da escola, aproximando-se dos pressupostos de uma Educação Integral.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 279p.

BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**, v.22, n.80, p.109-120, abr. 2008. Disponível em:
<<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1474/1223>>
Acesso em: 20 jul. 2013.

BRASIL. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a. 102p.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral: Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. Salvador: MEC/INEP, 1969.84p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.184p.

O FILME DESEJO PROIBIDO E O SUBJACENTE CONTEXTO FEMININO

Maria do Carmo Rosa Pereira, Universidade Feevale¹

Palavras-chave: História. Ficção. Feminino. Cinema.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo será ancorado na primeira micro história do filme *Desejo Proibido*, de Jane Anderson, e tem como objetivo específico a análise do universo feminino – não feminista - e o contexto-ético-social-religioso-político-histórico-econômico, subjacente a ele. Com este fio norteador, minha pesquisa será balizada pelas reflexões da historiadora Michele Perrot, inserida em sua obra intitulada *Minha História das Mulheres*, bem como por matéria veiculada no site *Além Mar*, de autoria da jornalista Ana Glória Lucas, que aborda a mutilação feminina. Posteriormente, analisarei as representações e os discursos no filme em questão, sob a ótica da sensibilidade e da história; alicerçada em estudos da historiadora Sandra Pesavento. Para um olhar mais detalhado sobre a narrativa fílmica, farei uso de textos da também historiadora, e mestre em cinematografia, Miriam de Souza Rossini. Além disso, este artigo foi gestado na disciplina de *Ficção e história: relações interdiscursivas* e tem como objetivo geral aplicar a fundamentação teórica absorvida ao longo do semestre. Busco, também, uma reflexão abrangente sobre a situação feminina, a fim de situar a mulher na história de seu tempo. Terei como fio condutor desta pesquisa o cotejamento de diferentes textos e a identificação de elementos que lhes são comuns. Trata-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa, cujo problema de pesquisa emergiu de minhas inquietações sobre a não legitimação plena dos direitos femininos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história das mulheres corresponde a um percurso perpassado de lutas, de derrotas, de conquistas, de discriminação. Envolve questões que vão muito além de um caráter meramente

¹ Graduada em Letras pela FACOS, professora da Rede Pública Estadual, bolsista de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, na Universidade FEEVALE.

sexista. Não se trata aqui de uma história linear e, sim, de inúmeras micro histórias sobrepostas, que convergem para um objetivo em comum: a busca de liberdade e de autonomia.

Em se tratando de contexto histórico, Perrot aborda aspectos da invisibilidade feminina:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. “Sua fala em público é indecente.” Que a mulher conserve o silêncio diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que seduzida caiu em transgressão.” Elas devem pagar por sua falta no silêncio eterno. (PERROT, 2013, p.17).

Como uma das propostas desse estudo é abordar o universo feminino, contextualizando-o histórica e socialmente - a fim de subsidiar a análise do filme *Desejo Proibido* – considero premente alertar aqui para a prática da mutilação feminina, que ainda ocorre em alguns países do continente africano e em certos povos da Ásia e do Oriente Médio.

A verdade é que se trata, acima de tudo, de uma questão cultural, da identidade de um povo – ou de vários povos – e que perpassa pela significação do mito e faz-se presente em diversas crenças que se perpetuam ao longo do tempo, em determinadas comunidades.

Além dos aspectos elencados, percebo que a circuncisão feminina oculta uma intencionalidade, que é a de refrear a sexualidade das mulheres, a fim de torná-las dóceis, gentis e subservientes. É também legitimada como uma moeda de troca, haja vista que, ainda, a virgindade é superestimada em sociedades genuinamente patriarcais.

Por estar inserida em um Mestrado que prioriza as representações culturais, constato aqui uma ambivalência: as manifestações culturais e o caráter identitário de uma sociedade podem suplantar o direito inalienável à vida em plenitude.

Além disso, é evidente que revisitar um tempo passado, bem como ter um olhar sobre o tempo presente, parte da premissa de que o que se tem são recortes da história, é algo que se aproxima da verdade, mas que não é a verdade.

Para a historiadora Sandra Pesavento:

(...) ao entrar no passado, temos contato com “rol de sentidos atribuídos ao mundo”. Os homens criaram valores, regras de conduta, conceitos de honra, injúria, perjúrio; impuseram o gosto e o estilo da época, as noções de ordem e desordem. Da virtude e do pecado, da justiça e da arbitrariedade; erigiram ideias e normas para a vida, estabelecendo as razões e sentimento pelos quais se vive e se morre. (...) (PESAVENTO, 2008, p. 186).

Em se tratando de cinema – e aqui ressalto que me centrarei na narrativa fílmica, constato que, em uma abordagem superficial, é difícil assimilarmos a ideia de que a coisa narrada possa transcender o universo da linguagem – seja ela oral ou escrita -, haja vista que soa de forma inverossímil a possibilidade de construir-se uma narrativa por meio de imagens em movimento, ou não; uma vez que é possível a criação de enredo apenas com signos imagéticos. E, nesse universo, jaz, subjacente, a intencionalidade da linguagem, aquilo que se deseja atingir, o alvo, para o qual tudo converge: o espectador, valendo-se, para isso de diversos elementos persuasivos. É, através dele, que as funções da linguagem, presentes na narrativa fílmica, irão legitimar-se; é ele que vai conferir significado e preencher as lacunas discursivas. Sobre isso Rossini declara:

(...) o filme, portanto é o resultado daquilo que se desejou mostrar, mas, por suas brechas, por seus “espaços em branco”, pode-se perceber o teor daquilo que ficou de fora, pois o de dentro e o fora-da-tela sempre se relacionam em um filme. .A isso se chama espaço fílmico e ele é construído pelo diálogo constante entre o que vemos e aquilo que não vemos, mas sabemos que está lá. Daí porque eu sempre enfatizo que parte do filme nós vemos: a outra parte, imaginamos. (ROSSINI, p.137).

No filme *Desejo Proibido*, a narrativa é construída pautada na história de amor entre duas senhoras – Edith Tree e Abby Hedley – que convivem, intimamente, há cinquenta anos. De forma inesperada, Abby sofre um acidente doméstico e morre. A partir daí, inicia-se a trajetória de Edith frente aos preconceitos de uma sociedade.

3. METODOLOGIA

A metodologia que empreguei nessa pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, foi exploratória, uma vez que obtive um consistente embasamento teórico sobre o meu objeto, delimito o tema, problematizei e tracei objetivos gerais e específicos. Também foi, em se tratando de procedimentos técnicos, uma pesquisa bibliográfica - haja vista o material analisado -, com abordagem qualitativa.

4. RESULTADOS

Foi possível, por meio desse estudo, identificar os diversos contextos que estavam subjacentes à narrativa fílmica, tendo um olhar a partir da questão feminina, que era o objetivo específico ao qual me propusera, quando da escolha do tema. De forma pragmática:

em termos de moralidade, o início dos anos 60 caracterizava-se por uma moral rígida e dogmática – vestígios no filme: o casal heterossexual deixa a sala de cinema no momento em que a personagem lésbica declara seu amor pela amiga; a esposa do sobrinho de Abby observa, de forma maliciosa, a marca de quadros que foram retirados por Edith, por serem reveladores da homo afetividade das protagonistas. Em se tratando de contexto religioso, as personagens principais deveriam ser cerceadas por atitudes de caráter religioso, haja vista que moravam em uma cidade do interior, praticamente confinadas, com o intuito de blindarem-se. No quesito política, elas eram politizadas, visto que assumiram a homossexualidade, mesmo que de forma velada. No contexto ético, o que emergiu foi a falta de ética, de respeito, de privacidade, por parte dos herdeiros. Em um ângulo social, Edith, após a morte da companheira, teve negado o direito a permanecer no hospital, junto de Abby, perdeu a casa comprada por ambas e não teve direito à herança. E, por último, aspectos históricos daquela época foram identificados por meio do comportamento dos jovens, da música, das vestimentas, dos cortes de cabelo.

5. DISCUSSÃO

É premente declarar aqui que essa revisita a um tempo pretérito, a fim de analisar a trajetória das mulheres, só foi possível graças aos estudos de Perrot e de Pesavento – a qual me ensinou, acima de tudo, que só posso ter acesso a um passado, a partir do tempo presente. Já, no que tange à contextualização, afirmo que só pôde ser efetivada pela análise da narrativa fílmica e exalto a grande contribuição da mestre em cinematografia, Miriam de Souza Rossini, que norteou as minhas reflexões, que me apresentou o amplo universo que envolve o cinema; com ela, aprendi os meandros dessa “*contação através de imagens*”. Foi por meio desse aporte teórico, que pude apreender o papel político, social e cultural do cinema; reconhecer que a narrativa fílmica é multifacetada, que a realidade é metamorfoseada, através da ficção - mas que a verossimilhança prevalece -, que há um borramento de fronteiras entre ficção e história: a ficção empresta à história a sensibilidade e, por sua vez, a história contagia a ficção com o seu saber científico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível reconhecer que essa pesquisa é apenas o ponto de partida para que outras análises da questão feminina e do universo da cinematografia sejam produzidas.

REFERÊNCIAS:

CHARTIER, Roger. **A história: a leitura do tempo.** In: ____. **Fronteiras do Pensamento: retratos de um mundo complexo.** São Leopoldo: Editora Unisinos.

GARDIES, René. **Compreender o cinema e as imagens.** Lisboa: Textografia Edições, 2008.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo.**

ROSSINI, Miriam. **O cinema e a história: ênfases e linguagens.**

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: ____. **A escrita da história: novas perspectivas.**

Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992

www.google.com.br - Excisão Feminina. LUCAS, Ana Clara. acesso em 06.07.2014.

O MITO DE SALOMÉ: TRANSGRESSÃO FEMININA, IMAGINÁRIO E SIGNIFICAÇÃO ARTÍSTICA NO SÉCULO XIX

Tiago Silva¹
Cristina Ennes da Silva²
Universidade Feevale

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário. Mulher. Representação. Arte. Mito de Salomé.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa refletir a significação da imagem mítica de Salomé presente em textos artísticos distintos do século XIX, tais como a literatura, a dramaturgia e a pintura. Através dos conceitos de mito (Mircea Eliade), imaginário (Backzo, Durand, Maffesoli, Pesavento) e representação (Chartier, Hall, Ginzburg), buscamos analisar como a imagem bíblica de Salomé presente no Novo testamento foi adaptada por artistas do período histórico oitocentista, percebendo a construção do feminino através da edificação da personagem no âmago dos textos artísticos, bem como a carga imaginária e simbólica inerente ao contexto social no qual a obra foi concebida. Deste modo, se tenciona estabelecer um elo entre o caráter mítico da personagem bíblica e a peculiaridade existente na concepção dos artistas elencados para o estudo (Oscar Wilde, Gustave Flaubert e Gustave Moreau) em sua correlação com a época na qual estavam incursos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Mircea Eliade (1994), o mito é sempre vivo, seja no seu caráter ficcional, seja no sentido atribuído a uma “história verdadeira”, que vai ao encontro de um caráter sagrado, exemplar e explicativo, como no caso das narrativas bíblicas e, no caso específico deste estudo, a mítica em torno da imagem de Salomé. Para o autor, “compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos”. (1994, p. 8). Sendo assim, é através do mito que alguns justificados

¹ Mestrando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, Novo Hamburgo- RS. Graduado em História pela mesma Universidade. Professor de História e Teatro. Integrante do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade. Bolsista PROSUP/CAPES. Email: thyagocenico@gmail.com

² Doutora em História pela PUC-RS. Diretora do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Feevale, Novo Hamburgo- RS. Professora no curso de História e no Mestrado Acadêmico em Processos e Manifestações Culturais da mesma Universidade. Integrante do grupo de pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade. Email: crisennes@feevale.br

representacionais da estrutura social são postuladas e fixadas como verdades ou representadas como tal, excluindo a complexidade do real. Fenômenos sociais de inferência mítica têm o poder de ordenar a realidade, já que estes, segundo o autor, são produzidos por um “começo” que é pautado na sua relação com uma narrativa mítica funcional. Sendo assim,

O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares [...] O mito conta uma história sagrada [...] É sempre, portanto, uma narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. (ELIADE, 1994, p. 11).

Pode-se dizer deste modo, que o mito insere-se sempre em um contexto representacional. De acordo com Ginzburg, a representação é aquilo que quando identificado e visto pelo grupo ou indivíduo, remete a objetos ou sentimentos distintos. A representação evoca a ausência ou sugere a presença da realidade representada (2001, p. 85). Neste sentido, os significados oitocentistas dados ao mito de Salomé, apesar de elencar diferentes variáveis, trazem à tona as significações artísticas que emanavam na arte do período a partir da transgressão feminina a partir do mito de Salomé. Desta forma, os autores criaram “sistemas de representação”, que “consistem não em conceitos individuais, mas em diferentes formas de organizar, agrupar, arranjar e classificar conceitos, e em estabelecer relações complexas entre eles”. (HALL, p. 4). Através do uso do mito bíblico de Salomé, os escritores, pintores e dramaturgos do período evocaram o imaginário de seu tempo, não anulando a prerrogativa essencial da mítica, já que

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significação, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um sentido oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. (1995, p. 24).

Considerando que estas representações convergem ou divergem em diferentes espaços temporais, a representação imagética de Salomé alterou-se, mas o imaginário postulado por sua essência mítica pouco se modificou quando de sua trajetória histórica. Isso porque, segundo Durand (2011), o imaginário é um trajeto antropológico, um ciclo pautado no simbólico que estabelece uma larga construção de significados para uma determinada sociedade, resignificando os discursos por meio da relação perante um passado mítico, mas mantendo elementos que lhe são indispensáveis para a construção do sentido. Sendo assim, não há uma centralidade na grande teia de sentidos que é o imaginário, mas todas as aberturas acabam por desembocar no plano simbólico estabelecido pelos grupos sociais, de maneiras simbólicas díspares. Assim sendo, de acordo com o autor

O “trajeto antropológico” representa a afirmação na qual o símbolo deve participar de forma indissolúvel para emergir numa espécie de “vaivém” contínuo nas raízes inatas da representação do sapiens e, na outra “ponta” nas várias interpelações do meio cósmico e social. Na formulação do imaginário, a lei do “trajeto antropológico” típica de uma lei sistêmica, mostra muito bem a complementaridade existente entre o status das aptidões inatas do sapiens, a repartição dos arquétipos verbais nas estruturas “dominantes” e os complementos pedagógicos exigidos pela neotenia humana. (DURAND, 2011, p. 90).

Ou seja, a eficácia da significação mítica de Salomé ao longo da História, incide justamente porque esta perpassa a própria significação do feminino ocidental, onde a mulher é a culpada, desde os primórdios, pelas falhas humanas- e esta carga afetara a produção artística oitocentista. Neste sentido, há de se “considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”. (CHARTIER, 2002, p. 72). O que se nota, então, é que “a relação da representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe em si mesma”. (CHARTIER, 2002, p. 75). Podemos apreender, deste modo, que o mito constrói certa legitimidade social, em que se encontram presentes representações sociais- legitimadas nos papéis destinados aos indivíduos e aos grupos- e no imaginário construído sob a égide dos discursos manifestados pela percepção mítica que orientam as práticas morais, sociais, políticas e artísticas.

METODOLOGIA

A pesquisa, quanto à abordagem do problema, foi qualitativa, essencialmente baseada na interpretação de um fenômeno, neste caso, a representação da imagem mítica de Salomé e suas significações na arte do período oitocentista. Os dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática a partir de três momentos distintos: pesquisa bibliográfica sobre o mito de Salomé e suas variáveis históricas; levantamento documental das obras oitocentistas que possuíam esta mítica como mote de suas obras e escolha das três obras passíveis de análise (a peça *Salomé* de Oscar Wilde, o conto *Heródias* de Gustave Flaubert e a aquarela *L' apparition* de Gustave Moreau); e, por fim, a análise do material com base em fundamentação teórica pertinente.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Mito literário por excelência no século XIX, Salomé emerge dos prospectos da luxúria e da sedução, revelando-se aos escritores do período como o paradigma da femme fatale, tornando-se o “mito do fim-de-século por excelência e uma obsessão coletiva de primeira grandeza”. (BRUNEL, 1988, p. 1180). Deste modo “vale lembrar que a lenda de Salomé foi muito popular no século XIX, principalmente durante as últimas décadas” (MONTEIRO, 2012, p. 82). Patrícia Kellogg Dennis observa ainda que a figura de Salomé foi tão popular entre os artistas do século XIX, quanto a figura de Virgem Maria o foi para os pintores medievais (KELLOGG DENNIS, 1994, p. 224). Assim, ao passo que o século XIX constituía-se, gradativamente, como o século da razão científica, também se revelava como um intenso prospecto de romantismo e decadentismo poético-literário que, muitas vezes, descambara na essencialidade mítica, como as significações dadas à figura de Salomé pelos escritores românticos, simbolistas e decadentistas do período³.

³ Entre estes autores: Stéphane Mallarmé, Jules Laforgue, J. K. Huysmans, Théodore de Banville e Paul Valéry.

Oscar Wilde criou uma representação dramaturgicamente obscura do mito de Salomé, típica de sua produção literária. O tema da sedução feminina, deste modo, permeia todo o texto de Wilde, mesmo que em certos momentos esta misógina seja intertextual. A descrição erótica de Iokanaam e Salomé pelo autor, através de um apelo sexual às várias partes de seu corpo ao longo do texto (MENDONÇA, 2005, p. 205) exemplifica uma técnica própria do movimento simbolista que contrasta elementos físicos e espirituais. Neste sentido, o apelo erótico que perpassa a narrativa de Wilde demonstra o contraste entre o sagrado e o profano que alimentam a tensão inerente ao mito bíblico e perpassa a transgressão em relação às premissas divinas (MENDONÇA, 2005, p. 205). Assim, a menção ao corpo transgressor terá sua iconografia máxima na dança de Salomé, visto que a persistência de Herodes em tê-la para si e o subsequente pedido da morte pela princesa reflete a perversão do feminino presente no texto, uma vez que “as histórias da perversa bailarina que fascinou o fim do século XIX constituem, no seu conjunto, um mito [...]”.

Já no conto literário de Gustave Flaubert *Heródias*, presente na obra *Trois Contes*, não é Salomé que possui centralidade na história, mas sua mãe, que dá título à narrativa. Deste modo, Flaubert inspira-se diretamente no Evangelho de São Marcos do Novo Testamento para criar sua versão do mito bíblico, obedecendo à mesma estrutura de narração e subalternizando o papel da personagem mítica. No conto, Salomé é posta como um elemento de vingança de Heródias, instrumento da maldade maternal. Desprovida de vontade própria, é a filha ventríloqua que é manipulada pela mãe, tornando-se inocente no ato cometido contra João Batista. Na obra de Flaubert, Salomé não deseja o profeta como o deseja na peça de Wilde, não o mata, não beija seus lábios e nem possui a essência prima da “mulher fatal”, tão comum em outras recorrências do mito na produção literária do século oitocentista.

No que tange a representação pictórica de Salomé, Gustave Moreau pintou duas obras em que a imagem mítica da jovem é recorrente: o quadro a óleo *Salomé* e a aquarela *L' apparition*, ambos expostos no salão de Paris em 1876. Esta última, escolhida para este estudo, trata-se de uma aquarela incisiva que retrata, de maneira altamente simbólica, o mito bíblico da tragédia anunciada. Tal como os escritores do período oitocentista, Moreau representou uma mulher fatal, explicitada sob o signo da iniquidade e da devassidão. Moreau apresentou sua aquarela *L' apparition* (ver anexo) em um salão de artes francês no ano de 1876, surpreendendo o círculo artístico do período devido a sua inovação nas técnicas de composição da obra, sobretudo na abordagem em relação ao mito narrativo, como a cabeça de João Batista levitando, a áurea dourada ao seu redor e o sangue que, pingando, eleva seu espírito santificado.

Sendo assim, a mulher, na figura de Salomé, prenuncia e induz a morte, logo, é aquela que conduz a tragédia iníqua que a obra apresenta. Adornada em joias e com poucas vestes, aponta para aquele a quem ela provocou a finitude. O mito bíblico assume então uma maldição, um distúrbio em que o elemento feminino é o condutor da resolução pictórica final, lendo-se que é através de Salomé que João Batista morre e, ao elevar-se como santo, rebaixa a mulher no nível de assassina e pecadora. Desta forma, o ato do assassinato é direcionado sorrateiramente à mulher e a imagem cheia de concupiscência que Salomé reflete evidencia a prática do pecado em relação direta com o feminino na aquarela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do uso do mito bíblico de Salomé, os escritores, pintores e dramaturgos do período oitocentista evocaram o imaginário de seu tempo, não anulando, contudo, a prerrogativa essencial da mítica. De essência transgressora e fatal, a construção mítica de Salomé pela narrativa bíblica é uma mescla de sensualidade, ignorância e persuasão demoníaca que denota uma representação do feminino calcada na anuência de que a mulher, enquanto elemento transgressor presente na sociedade é capaz de levar o homem, invariavelmente, às agruras da iniquidade. O mito de Salomé, neste sentido, alimenta uma representação social específica do feminino ocidental que está imbricado na transgressão, que sustenta, junto a outras representações, a essência maléfica da mulher. A reprodução sistêmica, ao longo dos séculos, da narrativa bíblica em que sua imagem se encontra, atribuindo-lhe significados diversos, embora sempre com o sentido original da transgressão- por meio da dança, da sedução, da ignorância da complacência sombria com a mãe- mostra os efeitos de uma significação que extrapola os limiões da própria narrativa, uma vez que é a feição contraventora da personagem que permite a leitura da “natureza dissimulada da mulher”.

No século XIX, as significações artísticas do mito alteraram-se sem, contudo, desviara-se de seus pressupostos originais. Deste modo, a representação mítica de Salomé atravessou os séculos, contribuindo, junto á outras iconografias, na exposição de um imaginário acerca do feminino pautado na contravenção, na culpa e no pecado. Sendo assim, observou-se nas obras analisadas que ao passo que suas representações de Salomé evidenciavam o contexto em que estavam incursos, também traziam à tona um imaginário social de maior duração histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA SAGRADA. João F. de Almeida (Tradução). Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira.
- BACKZO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BRUNEL, Pierre (organizador). **Dictionnaire des mythes littéraires**. Paris: Du Rocher, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 2011.
- ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1994.
- FLAUBERT, Gustave. **Trois contos**. France, Pocket, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HALL, Stuart. **The work of representation**. In: Hall, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/TheLondon/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997b. (Tradução Ricardo Uebel).

KELLOGG DENNIS, Patrícia. **Oscar Wilde's Salomé: Symbolist Princess.** In: SANDULESCU, C. George. *Rediscovering Oscar Wilde.* Gerrards Cross: Colin Smythe, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade.** (Entrevista). In: *Revista FAMECOS.* Porto Alegre, nº15, agosto, 2001.

MENDONÇA, Jeová R. **Versão pictórica do mito de Salomé na peça de Oscar Wilde.** In: *Graphos* Revista de Pós-Graduação em Letras da UFPB. João Pessoa, v. 7, n.2-1, 2005, p. 201-209.

MONTEIRO, Júlio César dos Santos. **Salomé de Oscar Wilde na tradução brasileira de João do Rio.** (Dissertação de Mestrado). UFSC. Florianópolis, 2012.

MORETTO, F. (Organizador). **Caminhos do decadentismo francês.** São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário.**

WILDE, Oscar. **Salomé.** Tradução de João do Rio. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ANEXO:



Gustave Moreau. *L'apparition*, 1876. Aquarela, 92x60 cm.

ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E NORTE AMERICANO E A PROTEÇÃO DA QUALIDADE DO AR

Darlan Daniel Alves, Feevale¹
Margareth Aparecida Moraes, Feevale²
Haide Maria Hupffer, Feevale³
André Rafael Weyermüller⁴

Palavras-chave: Qualidade do ar. Material particulado. Princípio da precaução.

1. INTRODUÇÃO:

Os processos de urbanização e desenvolvimento industrial são os principais responsáveis pela degradação do meio ambiente, que pode ocorrer em função de lançamentos de poluentes na atmosfera, sejam eles sólidos líquidos ou gasosos, causando efeitos nocivos e alterando desfavoravelmente os solos, as águas e o ar.

Assim, a fim de promover o desenvolvimento sustentado em práticas que minimizem os danos ambientais, o ordenamento jurídico do meio ambiente busca compatibilizar as ações humanas com a capacidade de suporte do meio ambiente, tendo como base a qualidade ambiental positiva, propícia aos ecossistemas naturais e aos ecossistemas sociais (MILARÉ, 2013).

Este estudo analisa a legislação ambiental brasileira, regulamentada pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), especificamente onde dispõe sobre o parâmetro Material Particulado e seus padrões, comparando-a com a legislação ambiental norte-americana, elaborada pela Agência de Proteção Ambiental daquele país (*Environment Protection Agency -EPA*). Além disso, salienta a relevância de estudos recentes que tratam sobre a qualidade do ar e dos problemas relacionados principalmente com a fração fina do Material Particulado (MP_{2,5}), sugerindo que estes estudos devam ser considerados quando da elaboração e atualização das normas que visam à proteção da qualidade do ar.

¹ Tecnólogo em Gestão Ambiental (Feevale), Mestrando em Qualidade Ambiental (Feevale), Pós-Graduando em Educação Ambiental (FURG), Docente na Universidade Feevale.

² Pós-Graduada em Auditoria e Perícia (Feevale), Bacharel em Ciências Contábeis (Feevale), Mestranda em Qualidade Ambiental (Feevale), Docente na Universidade Feevale.

³ Doutora em Direito (Unisinos), Professora do Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental (Feevale), Coordenadora do Curso de Graduação em Direito na Universidade Feevale.

⁴ Doutor em Direito (Unisinos), Professor do Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental na Universidade Feevale.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

O material particulado inalável (MP₁₀) é classificado nas frações grossa (MP_{2,5-10}) e fina (MP_{2,5}), em função de seu diâmetro aerodinâmico. A fração fina apresenta diâmetro aerodinâmico menor que 2,5 µm e a grossa, diâmetro aerodinâmico menor que 10µm. O material particulado fino tem como principal origem as fontes antrópicas e corresponde à fração na qual normalmente estão acumulados metais pesados como níquel, cádmio e outras substâncias tóxicas, o que agrava ainda mais seu potencial de risco (ESPINOSA *et al.*, 2001; HIEU; LEE, 2010; TEIXEIRA *et al.*, 2011). A exposição ao material particulado pode ocasionar o aumento da incidência de pelo menos, dois grupos de efeitos adversos à saúde: doenças respiratórias e cardiovasculares. Os efeitos podem ser consequência de exposições agudas ou crônicas, tendo sido relatados por muitos pesquisadores em vários países (DOCKERY *et al.*, 1999; POPE III, 2000; FORTI *et al.*, 2007; LAUPELE *et al.*, 2012). Portanto, a proteção da qualidade do ar deve ser efetiva, evitando suas consequências adversas à saúde e ao meio ambiente. A Constituição Federal de 1988 tutela o direito ao meio ambiente e impõe, tanto ao Poder Público quanto a coletividade, a responsabilidade pela manutenção das condições que garantam sua proteção e preservação, destacando em seu artigo 225, *caput*, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,” (BRASIL, 1988).

Conforme pode ser observado, a Constituição Federal, ao tratar as questões relacionadas à proteção ambiental, adota uma postura preventiva como princípio fundamental norteador das práticas que visam regradar as condutas efetiva ou potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente. Assim, a atuação preventiva pode ser considerada como um mecanismo de gestão de riscos, que objetiva inibir os riscos concretos ou potenciais, sendo esses visíveis e previsíveis pelo conhecimento humano (CANOTILHO; LEITE, 2012).

Conforme destaca Fiorilo (2011, p. 117), “desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, o princípio da prevenção tem sido objeto de profundo apreço, içado à categoria de megaprincípio do direito ambiental”. Este princípio está presente na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, sob o número 15, o qual declara que, “com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades” (ONU, 2014). De acordo com Milarè (2013, p. 265) “vale dizer, a incerteza científica milita em favor do ambiente, carregando-se ao interessado o ônus de provar que as intervenções pretendidas não trarão consequências indesejadas ao meio ambiente”.

Frente ao exposto acima, pode-se concluir que o meio ambiente ecologicamente equilibrado inclui também o direito ao ar de boa qualidade, em que a presença de poluentes atmosféricos seja mínima, não aportando a este, características que diminuam sua qualidade e que possam oferecer

risco ao bem estar da população. Neste sentido, conforme destaca Milare (2013, p. 520), “a Constituição conferiu amplíssima proteção ao ar atmosférico e, aos órgãos legalmente responsáveis, poder de controle sobre as atividades capazes de poluí-lo”.

3. RESULTADOS:

No Brasil, o CONAMA, através da Resolução nº 3, de 28 de junho de 1990, estabeleceu os Padrões Nacionais de Qualidade do Ar, onde constam os poluentes a serem monitorados pelos Estados brasileiros. Ao tratar sobre Material Particulado, a resolução supracitada estabelece padrões para as Partículas Totais em Suspensão (PTS) e para as Partículas Inaláveis, que corresponde à fração grossa do Material Particulado (MP₁₀), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Padrões para Partículas Totais em Suspensão e Material Particulado Inalável, conforme Resolução CONAMA nº 3/90

Poluente	Primário / Secundário	Média de Tempo	Padrão	Forma
PTS	Primário	Anual	80 µg/m ³	Concentração média geométrica anual
		24 horas	240 µg/m ³	Não deve ser excedida mais de uma vez por ano
	Secundário	Anual	60 µg/m ³	Concentração média geométrica anual
		24 horas	150 µg/m ³	Não deve ser excedida mais de uma vez por ano
MP ₁₀	Primário e Secundário	Anual	50 µg/m ³	Concentração média aritmética anual
		24 horas	150 µg/m ³	Não deve ser excedida mais de uma vez por ano

Fonte: Adaptado de BRASIL, 1990.

O Congresso dos Estados Unidos da América, no ano de 1970, estabeleceu grande parte da estrutura de sua política de preservação da qualidade do ar na Política do Ar Limpo (*Clean Air Act*). A partir daí, a EPA elaborou os Padrões Ambientais Nacionais de Qualidade do Ar (*National Ambient Air Quality Standards*), documento que elencaria para os poluentes considerados nocivos à saúde pública e ao meio ambiente. Ao dispor sobre o Material Particulado, a EPA considera como parâmetros a fração fina (MP_{2,5}) e grossa (MP₁₀) desse poluente, definindo critérios, níveis e formas de avaliação para os padrões primário e secundário, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Padrões Para Material Particulado Grosso (PM₁₀) e Fino (MP_{2,5}), conforme EPA

Poluente	Primário/Secundário	Média de Tempo	Padrão	Forma
MP _{2,5}	Primário	Anual	12 µg/m ³	Media anual, média dos 3 últimos anos
		Secundário	Anual	15 µg/m ³
	Primário e Secundário	24 horas	35 µg/m ³	98º percentil, média de 3 anos
MP ₁₀	Primário e Secundário	24 horas	150µg/m ³	Não exceder mais de uma vez por ano em uma média de 3 anos

Fonte: EPA, 2014.

Atualmente, a legislação norte-americana considera como objeto de monitoramento para fins de atendimento do previsto em seus Padrões Ambientais Nacionais de Qualidade do Ar, as frações grossa (MP₁₀) e fina (MP_{2,5}) do Material Particulado, não considerando as Partículas Totais em Suspensão, como ocorre na legislação brasileira.

4. DISCUSSÃO:

A legislação norte-americana passou a considerar, desde 1997, o parâmetro Material Particulado fino (MP_{2,5}) como objeto de monitoramento e avaliação da qualidade do ar. A seleção desse poluente para compor o rol dos parâmetros monitorados é bastante acertada, visto que, conforme discutido anteriormente neste artigo, a fração fina do material particulado é considerada por muitos pesquisadores como a mais impactante, pois é responsável pelo acúmulo e transporte de uma gama de metais pesados e outras substâncias tóxicas. Além disso, apresenta elevado potencial de assimilação pelo homem, pois quando inaladas, essas partículas percorrem o trato respiratório, alcançando os alvéolos pulmonares com maior facilidade. Neste item, percebe-se um sincronismo entre os critérios adotados pelas autoridades norte-americanas para promover a qualidade ambiental e os resultados dos trabalhos publicados por pesquisadores na área ambiental.

A legislação brasileira não considera o Material Particulado fino em seus diplomas legais de proteção ao meio ambiente, diferindo-se enormemente da legislação norte-americana. Ao analisar a legislação brasileira vigente, verifica-se que esta considera os parâmetros Partículas Totais em Suspensão (PTS) e as Partículas Inaláveis ou Material Particulado grosso (MP₁₀) como objetos de monitoramento e avaliação da qualidade do ar. Ao contrapor as duas legislações, percebe-se que o Material Particulado grosso (MP₁₀) e seus padrões presentes na legislação brasileira são exatamente iguais aos determinados pela EPA em seus diplomas datados de 1987. Cabe ressaltar que esses números já foram revistos pelo órgão ambiental daquele país após o ano de 1987, passando por revisões nos anos de 1997, 2006 e 2012, tornando-se ainda mais restritivos, passando a contribuir de forma ainda mais efetiva para a proteção do ar. Com relação ao parâmetro Partículas Totais em Suspensão (PTS), este foi excluído do rol de parâmetros dos “Padrões Ambientais Nacionais de Qualidade do Ar” norte-americanos a partir de 1987.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ressalta-se, então, a importância da realização de uma análise crítica dos parâmetros de monitoramento e avaliação da qualidade do ar nas leis brasileiras, a fim de se verificar sua eficácia. Ainda, considerando a existência de estudos científicos que indicam a importância do

monitoramento e avaliação das partículas finas do Material Particulado e a necessidade de se estabelecer efetivamente o princípio da prevenção, onde o objetivo final seja um meio ambiente ecologicamente equilibrado, torna-se evidente a necessidade de reformulação dos parâmetros e padrões adotados pelo órgão ambiental brasileiro, a fim de que este possa assegurar condições saudáveis para o desenvolvimento de uma sociedade que tem como um de seus pilares o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 3, de 28 de junho de 1990**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=100>> Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 jun. 2014.
- CANOTILHO, J. G.; LEITE, J. R. M. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- DOCKERY, D. W. *et al.* Fine particle and peak flow in children: acidity versus mass. **Epidemiology**, v. 10, n. 5, p. 550-553, 1999.
- ENVIRONMENT PROTECTION AGENCY (EPA). **National Ambient Air Quality Standards (NAAQS)**. Disponível em: <<http://www.epa.gov/air/criteria.html>> Acesso em: 16 jun. 2014.
- ESPINOSA, A. J. F. *et al.* Size distribution of metals in urban aerosols in Seville (Spain). **Atmospheric Environment**, v. 35, n. 2, p. 2595-2601, 2001.
- FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- FORTI, M. C. *et al.* Association between ionic composition of fine and coarse aerosolsoluble fraction and peak expiratory flow of asthmatic patientsin São Paulo city (Brazil). **Atmospheric Environment**, v. 41 p. 2036-2048, 2007.
- HIEU, N. T.; LEE, B. K. Characteristics of particulate matter and metals in the ambient air from a residential area in the largest industrial city in Korea. **Atmospheric Research**, v. 98, n. 2-4, p. 526-537, 2010.
- LAUPELE, J. *et al.* Chronic Exposure to Fine Particles and Mortality: An Extended Follow-up of the Harvard Six Cities Study from 1974 to 2009. **Environmental Health Perspectives**, v. 120, n. 7, p. 965-970, 2012.
- MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2014.
- POPE III, C. A. Epidemiology of Fine Particulate Air Pollution and Human Health: Biologic Mechanisms and Who's at Risk? **Environmental Health Perspectives**, v. 108, n. 4, p. 713- 723, 2000.



inovamundi
Um mundo para inovar seu conhecimento

TEIXEIRA, E. C. *et al.* Study of nitro-polycyclic aromatic hydrocarbons in fine and coarse atmospheric particles. **Atmospheric Research**, v. 101, n. 3, p. 631-639, 2011.



inovamundi
Um mundo para inovar seu conhecimento

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MELHORIA DOS ÍNDICES DE REPETÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

MARILENE DE FÁTIMA PACHECO DOS SANTOS¹
DINORA TEREZA ZUCCHETTI²

RESUMO

Este trabalho refere-se ao Projeto de Dissertação do Programa de Pós Graduação de Mestrado de Diversidade Cultural e Inclusão Social. Tem como objetivo analisar o Programa Mais Educação na Escola Pública da Rede Municipal de Novo Hamburgo/ RS e sua influência na melhoria dos índices de repetência nos anos iniciais do ensino fundamental. Perceber de que forma as atividades realizadas no programa contribuem na redução nos indicadores de repetência e se teve influência junto ao currículo no processo de ensinagem/ aprendizagem, facilitando assim a aquisição do conhecimento do aprendente, é averiguada a relação entre professores do currículo e se existe uma interlocução com os monitores, a fim de intercruzar informações referente a assimilação do conhecimento do aprendente. O método utilizado é a pesquisa de campo qualitativa com entrevistas através de perguntas orientadoras, dialogando com professores, monitores e coordenadores envolvidos no programa, escutando o que cada um tem a dizer de sua atuação específica.

Palavras-chave: educação, educação básica, currículo, repetência, Programa Mais Educação.

INTRODUÇÃO

Tomando como referência o Programa Mais Educação na Escola Pública da Rede Municipal de Novo Hamburgo/ RS, analisaremos se houve influência do programa na melhoria nos índices de repetência nos anos iniciais do ensino fundamental. Consideraremos as formas de atuação dos profissionais envolvidos com o currículo no processo educativo na educação básica e os monitores do Programa Mais Educação, buscando identificar se existe uma interlocução entre eles no processo de ensinagem/ aprendizagem, conceito cunhado por Fernández (1994), na aquisição do conhecimento dos aprendentes.

Faz-se necessário, de antemão, pensarmos a educação escolar no Brasil a partir do que herdamos ao longo da nossa história e que vem se repetindo, dificuldades da implantação de programas que envolvem questões sociais e desigualdades, provocando a vulnerabilidade e

¹ Formação acadêmica: Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Psicopedagoga APAE/ NH, Sócio Fundadora e Arte Educadora na Associação Mentes Coloridas. E mail mari_fps@hotmail.com.

² Professora Doutora em Educação. Áreas de atuação: educação; educação não escolar; políticas específicas de educação. Linha de Pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas

problemas sociais refletindo no campo da educação, tendo grande influência na repetência e evasão escolar.

[...] o esforço de reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação é herdeira. [...] porque o presente não é só o contemporâneo. É também o efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje. (CASTEL, 2012, p. 23)

Um dos espaços de discussão que nos dá indicativos para analisarmos todos os níveis de ensino do Brasil é o evento de Conferência Nacional de Educação/ CONAE (2010), a partir dele, podemos pensar os rumos da educação básica. Nesse encontro foi avaliado o PNE (2001-2010), realizando um balanço dos principais indicativos dos avanços e onde a situação segue complicada. Constataram que a esmagadora maioria dos Municípios e Estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos para chegar lá e nem punição para quem descumprisse as ações previstas.

Nos estudos de Aguiar (2010, p. 718 e 719), ela a avalia o PNE (2001-2010) a partir dos dados do MEC (2010), onde consta que o Brasil, ainda ostenta distorção idade/série no ensino fundamental, o que significa continuidade do atraso no percurso escolar; déficit de aprendizagem nesta faixa etária; e negação do acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Motivam esta situação os altos índices de reprovação que continuam a existir. As avaliações mostram que mais de 40% dos alunos desse nível de ensino têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série e que levam, em média, dez anos para concluir o ensino fundamental de oito anos. Como resultado, aumentam os custos adicionais para os sistemas de ensino.

Outro exemplo que nos dá indicativo de que precisamos investir no processo de ensinagem/aprendizagem, é a pesquisa em âmbito internacional que o Brasil faz parte - Pesquisa Internacional sobre ensino e aprendizagem/ TALIS (2007), coordenada internacionalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento/ OCDE. Em âmbito nacional, essa pesquisa é coordenada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A TALIS é a primeira pesquisa internacional a levantar dados sobre o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho que as escolas oferecem aos professores.

O resultado do TALIS (2013), referente à distribuição do número de horas trabalhadas por semana e distribuição do tempo gasto durante uma aula média, de acordo com os professores brasileiros das escolas pesquisadas é um dos exemplos que pode comprovar o pouco investimento no processo de ensinagem/ aprendizagem no nosso país.

Professores no Brasil relatam gastar 25 horas por semana ensinando, ou seja, 6 horas a mais do que a média da TALIS. • Por outro lado, eles relatam gastar um número similar de horas desempenhando uma variedade de atividades relacionadas ao traba-

lho quando comparados à média da TALIS. • Professores no Brasil declaram gastar 20% de seu tempo de aula mantendo a ordem em sala (comparado com 13% em média nos países da TALIS). • Dessa forma, no Brasil, menos de 70% do tempo de aula é gasto com ensino e aprendizagem de fato. TALIS (2013, p. 3)

Considerando ainda as condições do mundo globalizado que são impactantes, suas implicações e contradições se refletindo na escola e na sua comunidade, comprometendo muitas vezes o desempenho institucional e as políticas públicas, pois os valores servem tão somente às normas econômicas, por vezes negligenciando outros valores de cunho ético, político e social.

Com a globalização acontecendo no mundo tornou-se ainda mais forte a intervenção do Banco Mundial no Brasil com o projeto político para a educação básica, que proporcionou a internacionalização “homogeneização” no campo de educação no mundo, tendo como exigência para os países pobres “um padrão mínimo” de qualidade em educação. Essa internacionalização se concretizou no Brasil a partir de sua participação na "Conferência de Educação para Todos", em Jomtien (1990), na Tailândia, que resultou na assinatura da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Esse documento trouxe reflexões interessantes no Brasil, propiciando a mobilização das entidades ligadas à educação. Como se sabe, essa declaração estabelece como meta principal a universalização da educação para todos, do acesso à educação básica a todas as crianças, jovens e adultos, assegurando a equidade na distribuição dos recursos e um padrão mínimo de qualidade.

Para que essas metas fossem atingidas, deveriam ser elaborados pelos países signatários, planos decenais de educação, como desdobramento desse processo visando dar subsídios ao plano decenal. Os objetivos do Plano Decenal de Educação para Todos têm como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB nº 9394/ 1996, ao consolidar e ampliar o dever do poder público com a educação em geral e em particular com o ensino fundamental, reiterando a “Educação para Todos”.

No Plano Nacional de Educação/ PNE Educação para Todos de 2001-2010, consta em seus objetivos as prioridades do magistério e da educação básica, a formação de professores e valorização do magistério. Tendo como meta reduzir o analfabetismo, oferta na educação infantil, ampliar o tempo de escola, e propõe a implantação do Mais Educação no Brasil.

Com a Primeira Conferência Municipal em Novo Hamburgo/ RS (2010) teve início a discussão referente ao Pacto da Educação para Todos, tendo como tema a escola cidadã, participação, qualidade e aprendizagem com a proposta de registrar as principais políticas e ações na área da educação.

O Pacto pela Aprendizagem desenvolveu uma estratégia com foco nas seguintes ações: mobilização dos professores nas escolas que, sem descuidar da totalidade da turma, realizaram um acompanhamento especial aos repetentes; articulação dentro do governo entre a Secretaria de Educação e Desporto, Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria da Saúde; busca de mobilização dos grupos familiares. O resultado destas ações articuladas garantiu avanços importantes já no primeiro ano do Pacto, atingindo a meta proposta de reduzir em 50% a reprovação dos alunos. Teria o Programa Mais Educação contribuído com a melhora desses índices?

MÉTODO

Concomitante com a pesquisa documental de revisão da legislação vigente e bibliográfica, realizaremos o levantamento de dados através de questionários e entrevistas semiestruturadas com coordenadores, professores e monitores do Programa Mais Educação, que desenvolvem o trabalho curricular nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede do Município de Novo Hamburgo/ RS.

CONSIDERAÇÕES

Faz-se necessário criar uma agenda que venha a priorizar a ampliação de jornada aos historicamente vulneráveis, uma proposta de inovação educativa, recuperar a função social da escola e do ensinante, a tarefa de educar. Podemos nos questionar se a dificuldade é de aprendizagem, de ensinagem, podendo ainda ser ambas.

É preciso que a Escola se conecte com o que há no seu entorno, os próprios conteúdos escolares sejam atravessados pelo conteúdo da vida, da vida global e da vida local. A educação básica requer novos modelos para construir uma nova identidade, onde a educação não seja vista como um produto e os alunos como dados estatísticos, mas, como um processo baseado no conhecimento útil para toda a vida, resgatando e ressignificando os processos de ensinagem/ aprendizagem.

Pensar espaços educativos que estimulem o pensamento reflexivo, transformador e inovador, onde se aprenda a apreender, onde se interprete, onde se invente e se pratique, aprender resoluções de conflitos na relação dialógica, Paulo Freire (1996). Onde a qualidade da escola não passe simplesmente por uma comida segura por dia, um professor que não falte, o aluno da progressão continuada automática. A escola não é uma bolha isolada.

REFERENCIAIS

AGUIAR, Ângela da S. **Revista** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04>>. Acesso em: jul. 2014.

_____. CONAE, MEC (2010) **Conferência Nacional de Educação.** <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB. (1996). **Lei nº 9394.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: mar. 2014.

_____. Resultado da TALIS, 2013. **Principais resultados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem.** Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>> Acesso em: jun. 2014.

CASTEL, Robert; tradução de Iraci D. Poleti. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia; tradução de Neusa Kern Hickel. **A Mulher Escondida na Professora.** Uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Coleção Leituras. 21. Ed. São Paulo: paz e Terra, 1996.

LIRA, Davi. **Professor brasileiro é um dos que mais trabalham, afirma relatório da OCDE.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-25/professor-brasileiro-e-um-dos-que-mais-trabalha-afirma-relatorio-da-ocde.html>>. Acesso em: jul. 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROCHA, Silvio. (Org.). Escola Cidadã em Novo Hamburgo: participação, qualidade e aprendizagem. Prefeitura de Novo Hamburgo, 2012.

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: EXPERENCIANDO POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS EM GRUPO

Carolina Margarete Weber¹

Lenice Aparecida da Costa²

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia Institucional. Aprendizagens. Grupo.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho refere-se ao relato de experiência da disciplina de Estágio Supervisionado Institucional do curso de Pós-Graduação e Psicopedagogia da Universidade Feevale discorrendo sobre a prática da atuação das acadêmicas quanto ao diagnóstico e intervenção em Psicopedagogia Institucional em uma escola municipal no Vale dos Sinos com um grupo de alunos e professores de uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Considera-se que a apresentação do trabalho justifica-se por tratar-se de um trabalho desenvolvido no próprio ambiente de pesquisa onde a teoria e prática fazem-se presentes. Neste sentido, ressalta-se que o profissional da Psicopedagogia pode intervir de maneira eficiente no trabalho com as instituições e os grupos que a constituem propondo soluções para os problemas relacionados à aprendizagem. O problema de pesquisa é: De que forma a atuação do Psicopedagogo pode identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem do grupo observado? Após a identificação da hipótese diagnóstica, o objetivo geral passa a ser: Proporcionar aos alunos e professores do grupo observado um momento de fala e escuta possibilitando uma melhor relação entre eles para a construção da aprendizagem de forma prazerosa. Os objetivos específicos são: a) Perceber como os alunos e professores compreendem a importância do comprometimento com a aprendizagem; b) Promover um momento de diálogo através de uma dinâmica de grupo sobre a temática da aprendizagem prazerosa; c) analisar os resultados obtidos com o desenvolvimento da intervenção. A metodologia remete-se ao relato de uma pesquisa de campo contextualizando os passos percorridos para o desenvolvimento da mesma. Assim, busca-se identificar e experienciar o

¹ Carolina Margarete Weber: Estudante de Pós-graduação em Psicopedagogia pela Universidade Feevale, Graduada em Pedagogia em 2012 pela mesma universidade.

² Lenice Aparecida Costa: Estudante de Pós-graduação em Psicopedagogia pela Universidade Feevale, Graduada em Pedagogia em 2011 pela mesma universidade.

enorme potencial a ser explorado, em que o profissional psicopedagogo pode subsidiar as relações de conflitos internos com relação à aprendizagem grupal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Ao se falar em Psicopedagogia remete-se a um campo profissional que tem como principal objetivo o estudo, a análise e a intervenção nos processos de aprendizagem e não aprendizagem.

Esta é uma área de atuação que possui influência de outras áreas de estudo, mas devido as suas características próprias, proporciona um olhar diferenciado em relação aos sujeitos, sempre tendo como base a aprendizagem. Ou seja, em uma visão Psicopedagógica o sujeito nunca é visto de forma fragmentada, mas sim como ser constituído de corpo, organismo, inteligência e desejo considerando-se que ele precisa ser entendido como um todo.

Neste sentido, Argenti (2001) aponta que:

O objeto de estudo da Psicopedagogia é o aprender e o não aprender. Onde existirem situações de aprendizagem, há espaço de reflexão psicopedagógica. Dessa forma, a Psicopedagogia deposita seu olhar sobre o ser humano em processo de construção de conhecimento, considerando as dimensões subjetivas e objetivas. (p. 20)

Estes conceitos corroboram a possibilidade da Psicopedagogia inserir-se em diversos locais, pois onde há relações de aprendizagem existe espaço para ação psicopedagógica.

Considerando o tempo atual, percebe-se que cada vez mais a Psicopedagogia é importante para entender e trabalhar com as questões da aprendizagem sejam elas no âmbito da escola, do trabalho ou em outras instituições.

Nesta perspectiva, sendo a instituição escolar um local onde os processos de ensino-aprendizagem estão presentes, este é espaço onde o Psicopedagogo pode inserir-se.

A este respeito, argumenta-se que:

O Psicopedagogo institucional é aquele profissional que poderá contribuir para o resgate do prazer de ensinar e aprender nas diferentes instituições onde existam situações de ensino-aprendizagem; centra seu olhar sobre os grupos, realiza um criterioso diagnóstico e promove intervenção a partir das necessidades evidenciadas pelos sujeitos ensinantes e aprendentes. Dessa forma, sua intervenção tem um caráter preventivo e abrangente, contemplando todos os envolvidos no processo, pois tendo como centro de atenções a transformação da ação pedagógica do educador, o grupo de aprendentes é beneficiado, qualificando os processos de ensinar e aprender. (WOLFFENBUTTEL, 2005, P. 29)

A partir dos conceitos que são relatados com relação à Psicopedagogia Institucional, considera-se que o ponto de partida para a ação psicopedagógica é compreender o sujeito como um todo, fazer uma investigação de sua história de vida para poder auxiliá-lo no desenvolvimento de suas habilidades e obter maior eficiência de seus resultados no grupo.

Estas definições enfatizam a importância de considerar-se o processo de aprendizagem nos grupos, pensando como este ocorre e trabalhando para que todos possam descobrir e demonstrar seus saberes, buscando aflorar o potencial criativo para enriquecer o grupo.

Na instituição escolar, “a psicopedagogia se insere nesse contexto oferecendo novas possibilidades de reflexão sobre a educação e, mais especificamente, sobre a aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos, sejam eles ensinantes ou aprendentes”. (ESCOTT, 2001, p. 19).

O psicopedagogo buscará atuar nas relações dos grupos e entre os grupos com a aprendizagem.

Sendo assim, a Psicopedagogia ultrapassa uma visão fragmentada dos problemas de ensinar e aprender, compreendendo o fenômeno educativo como um processo dinâmico resultante de uma interação, e não somente relacionado às capacidades individuais de um sujeito aprendente de um lado, ou de um sujeito ensinante de outro. (WOLFFENBUTTEL, 2005, P.30)

No ambiente escolar a Psicopedagogia tem a função de potencializar os saberes individuais de cada sujeito demonstrando o quanto podem contribuir para os saberes do grupo como um todo. Neste processo, as respostas para as possíveis dificuldades de aprendizagem apresentadas devem ser investigadas dentro do próprio grupo onde todos assumem os papéis de ensinantes e aprendentes.

Conforme comenta Escott, 2001, p. 200:

A instituição escolar é um espaço de construção do conhecimento não só para o aluno, mas para todos nele envolvidos. Na escola, a investigação e a ação psicopedagógica tem como foco a prevenção das dificuldades de aprendizagem. Essa prevenção passa pela construção de uma dinâmica relacional sabia na instituição, onde o contexto escolar possa voltar-se para os aspectos sadios da aprendizagem e do conhecimento. Assim, a ação da Psicopedagogia Institucional busca, fundamentalmente, auxiliar no resgate da identidade da instituição com o saber e, portanto, com a possibilidade de aprender. A reflexão sobre o individual e o coletivo traz a possibilidade da tomada de consciência e da inovação através da criação de novos espaços de relações com a aprendizagem.

Neste contexto onde o psicopedagogo atuará como mediador das relações do grupo com a aprendizagem é fundamental que ele mantenha-se atualizado e em constante aprimoramento em relação a sua prática profissional, pois “através do aprofundamento teórico, em sua formação, o psicopedagogo deve ser capaz de, na prática, conhecer e acompanhar as situações evolutivas de aprendizagem, assim como identificar os problemas e suas origens” (ARGENTI, 2001, p. 23). Isto só será possível se o Psicopedagogo mantiver-se em aprendizado constante.

A partir destas concepções, entende-se que a Psicopedagogia pode auxiliar a instituição escolar oportunizando uma visão mais crítica e uma nova forma de ação, capaz de

contribuir para a construção coletiva do aprendizado nos diferentes grupos da comunidade escolar.

METODOLOGIA: O delineamento metodológico apresenta-se através do relato de uma pesquisa de campo que permitiu uma investigação empírica onde os dados coletados foram analisados observando-se as peculiaridades do ambiente, bem como dos participantes do estudo. A abordagem adotada é a qualitativa buscando retratar de forma descritiva o maior número possível de informações acerca da realidade estudada. Deste modo apresenta-se a descrição do diagnóstico realizado na instituição, a hipótese diagnóstica, a proposta de intervenção, a descrição da prática realizada com o grupo, finalizando-se com as conclusões referentes à prática de estágio.

RESULTADOS: A prática realizada apresentou um retorno positivo uma vez que houve uma considerável participação tanto por parte dos alunos quanto dos professores fazendo com que houvesse uma reflexão acerca do tema proposto e alcançando os objetivos definidos.

DISCUSSÃO: Enfatiza-se que o trabalho a ser relatado teve o embasamento de autores atuais da área da Psicopedagogia buscando manter-se indissociável a relação entre a teoria e a prática na realização da pesquisa. Neste sentido, as propostas de intervenção e a análise dos resultados são fundamentadas pelos aportes teóricos referenciados. Deste modo, busca-se fazer uma reflexão entre as ideias destes autores e os resultados obtidos com a intervenção realizada no grupo. Entende-se que esta é uma forma de ampliar o conhecimento a respeito deste tema de estudo, além de abrir caminho para novas investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Considera-se que o trabalho desenvolvido contribuiu para a concepção da importância do Psicopedagogo no espaço escolar, bem como para um melhor entendimento do processo de diagnóstico, devolução, intervenção e finalização de uma prática psicopedagógica institucional. Cabe, portanto, a divulgação deste trabalho a fim de fomentar a continuidade de pesquisas nesta área de estudo.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, Patrícia Wollfendbüttel; ESCOTT, Clarice Monteiro. **A Formação em Psicopedagogia nas abordagens clínica e institucional: Uma construção teórico-prática.** Novo Hamburgo: FEEVALE, 2001.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a Psicopedagogia Clínica e Institucional: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem.** Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

WOLFFENBUTTEL, Patrícia Pinto. **Psicopedagogia: teoria e prática em discussão.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005)

QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES MÃES E TRABALHADORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RS

Maureen Koch-FEEVALE¹

Rosângela Vargas Pedroso-FEEVALE²

Palavras chave: qualidade de vida, mulheres, trabalho, região metropolitana de Porto Alegre.

Introdução

Em se tratando especificamente dos aspectos de QV voltados à saúde da mulher (RATTNER in BRASIL, 2009), nos últimos 25 anos houve, no Brasil, grandes avanços principalmente em relação ao planejamento reprodutivo, atenção ao pré-natal e a atenção à mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Há ainda que se considerar que, quando se pretende falar de QV de mulheres trabalhadoras, mães e moradoras de grandes aglomerados urbanos, fator extremamente relevante são as conquistas femininas ligadas ao mercado de trabalho e suas consequências (PINHO in BRASIL, 2009; CHERON e EPPING, 2009; SOUZA, 2012).

De acordo com Aguiar et al. (2011) existe um excesso de responsabilidades que acaba sobrecarregando as mulheres, gerando ansiedade e culpa. O dilema está em equacionar a vida profissional com a manutenção de funções e valores historicamente atribuídos às mulheres. Dentro do contexto exposto, o estudo visa analisar como as mulheres trabalhadoras e mães, em idade produtiva, moradoras da região metropolitana de Porto Alegre percebem sua qualidade de vida: qual a importância dada às escalas que compõem esse construto e o quanto estão satisfeitas com a sua QV.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como observacional descritivo, quantitativo e de corte transversal. No mês de julho de 2014, foram convidadas para participar desta pesquisa, 25 mulheres residentes na região metropolitana de Porto Alegre - RS. Todas as pesquisadas com idade entre 25 e 45 anos, com dupla jornada de trabalho: mãe e profissional.

¹ Fisioterapeuta, Mestranda do curso de Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE.

² Administradora, Mestranda do curso de Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE.

Para avaliar a QV das participantes, estas deveriam estar dispostas a responder dois instrumentos de coleta de dados: um questionário semi-estruturado e o questionário Índice de Qualidade de Vida de Ferrans & Powers - versão genérica III (FERRANS; POWERS, 2008). Aplicou-se um questionário semi-estruturado (APÊNDICE A) com a finalidade de detalhar o perfil da amostra estudada em relação a algumas características sócio-demográficas. Utilizou-se, ainda, o Índice de Qualidade de Vida de Ferrans & Powers – Versão Genérica III, o IQVFP (ANEXO A). É constituído de duas partes: a Parte I mensura a satisfação nos vários aspectos da vida e a Parte II mensura a importância desses mesmos aspectos. Possui quatro domínios: saúde/funcionamento, psicológico/espiritual, socioeconômico e família.

O tratamento estatístico, através do SPSS - versão 22.0, foi dividido em duas partes: primeiramente analisou-se os dados sociodemográficos do questionário para caracterização da amostra, após foram observadas as variáveis do estudo, para escolha dos testes indicados para análise QV das mulheres participantes. Aplicou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra ($p > 0,05$), ANOVA de um fator e o teste de Scheffé, para verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre os domínios de QV obtidos com o IQVFP, quando separados por variável sociodemográfica.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Através da análise descritiva dos dados obtidos por meio do questionário semiestruturado, destaca-se o perfil sócio demográfico detalhado das mulheres participantes.

Tabela 1 – Perfil sóciodemográfico das mulheres participantes do estudo.

Variável	n	%
Faixa etária:		
25 a 29 anos	3	12,0
30 a 34 anos	9	36,0
35 a 39 anos	7	28,0
40 a 45 anos	6	24,0
Religião:		
Católica	14	56
Espírita	6	24
Evangélica	3	12
Não informou	1	4
Não tem	1	4
Escolaridade:		
Ensino Fundamental	2	8,0
Ensino Médio	4	16,0
Ensino Superior Incompleto	4	16,0

Ensino Superior Completo	7	28,0
Especialização	6	24,0
Mestrado	2	8,0
Situação Conjugal:		
Solteira	4	16,0
Casada	13	52,0
Divorciada	7	28,0
Viúva	1	4,0
Número de filhos:		
1 filho	18	72,0
2 filhos	4	16,0
3 filhos ou mais	3	12,0

Fonte: elaborado pelas autoras.

Como aspectos predominantes revelados está o percentual elevado de participantes casadas, 52%, ou que já estiveram casadas em outros momentos de suas vidas, 84%. A identificação como praticante de uma religião aparece para 84% das mulheres, sendo a maioria católicas, ou seja, 56% da amostra. Em relação à escolaridade, a maioria referiu possuir ensino superior completo, 60% da amostra, sendo que, destas, 40% possuíam especialização. Quanto à renda, 80% da amostra relatou possuir renda salarial de até 6 salários mínimos. No tocante à maternidade, 72% das mulheres eram mães de filhos únicos.

Tabela 2 – Dados por filhos, renda, escalas e subescalas da QV das participantes.

Domínio/escala	Pontuação mínima		Pontuação Máxima	Média
Número de filhos	1		5	1,48
Renda salarial (R\$)	840,00		8.000,00	3.403,75
Saúde e funcionalidade	14,39		27,69	22,66
Social e econômico	14,60		28,40	22,46
Psicológico e espiritual	13		28	22,71
Familiar	10,80		30,00	24,99
Qualidade de vida global	14,23	14,23	28,34	23,00 23,00

Fonte: elaborada pelas autoras.

Dentre as mulheres pesquisadas, a média de filhos ficou em 1,48 e a renda mensal média, aproximada, foi de R\$ 3.403,75 reais. Quanto aos domínios de QV, os valores da soma da pontuação referida pelas participantes variam de 0 a 30, as quatro escalas tiveram médias variando entre 22,46 e 24,99, demonstrando uma predominância do nível de satisfação e importância do domínio familiar e um equilíbrio dos demais níveis, ficando estes pouco abaixo da média.

Referente à análise das questões mais expressivas, observou-se que o item em que as mulheres mais estavam satisfeitas (média 6) e também o de maior importância (média 5,6) era ‘seus filhos’. Ainda com média máxima (6) para a importância estava ‘a saúde da sua família’, no entanto, a satisfação com este item ficou com média menor (5,2). O item pontuado como de menor importância foi ‘sua vizinhança’ (média 4,4).

Com relação à faixa etária das mulheres em relação ao instrumento de qualidade de vida, houve diferença estatisticamente significativa no domínio Socioeconômico ($p=0,006$) e Familiar ($p=0,026$). Neste contexto, as mulheres de 40 a 45 anos participantes deste estudo estão com pior qualidade de vida em relação às mulheres de 30 a 34 anos. Já referente ao domínio familiar, as mulheres 40 a 45 anos também estão com pior qualidade de vida, mas em relação às mulheres de 35 a 39 anos. Já em relação ao número de filhos, houve diferença estatisticamente significativa nos domínios Saúde/Funcionamento ($p=0,034$) e Socioeconômico ($p=0,00$), indicando que as mulheres com 3 ou mais filhos têm pior QV, no que se refere a aspectos de saúde/funcionamento e socioeconômico, quando comparadas às mulheres com apenas um filho do presente estudo.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os resultados não possam ser estendidos a todas as mulheres da região Metropolitana de Porto Alegre com o mesmo perfil, o mesmo possibilitou a revelação de características típicas dos dilemas vividos por mulheres que com dupla jornada. A análise dos dados mostrou a percepção das participantes sobre diversos aspectos da QV de mulheres em plena idade produtiva, que vivem cotidianamente os conflitos da dupla jornada de trabalho e da vivência em uma área de grande urbanização. Uma das tendências reveladas é de que há uma diminuição drástica do número de filhos na última década, mostrando a tendência por filhos únicos.

A família e os filhos aparecem predominantemente como fonte de satisfação pessoal com alto grau de importância na vida dessas mulheres, em detrimento à realização de seus objetivos pessoais. Observou-se que mulheres com mais idade percebem-se com pior QV, o que pode levar ao questionamento de como estas mulheres estão se defrontando e preparando-se para um envelhecimento saudável. Enfim, o estudo revelou que os dilemas vividos por mulheres mães, trabalhadoras e moradoras de grandes centros urbanos também são vivenciados por mulheres na grande Porto Alegre e influenciam na sua QV.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cristina Castro de; ESTEVES, Cristiane Silva; MELLO, Magda Medianeira de; ITAQUY, Gabriela Weber de; IATCHAC, Felipe Oliveira; LOPES, Regina Maria Fernandes. Mulher, mercado de trabalho e construção do núcleo familiar. In: **Cotidiano**. Id on line Revista de Psicologia. Ano 5, No. 15, Novembro/2011 - ISSN 1981-1179. Edição eletrônica Disponível em <<http://idonline.no.comunidades.net>>. Acesso em 20 de jun. 2014. p. 5-11.

CHERON. Cibele. EPPING, Léa. **Trabalho, gênero, raça e pobreza na região metropolitana de Porto Alegre**. In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR 2009: Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. ISSN 2175-6880 (online). Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiapolitica>. Acesso em: 25 de jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em 25 de jul. 2014.

FERRANS CE, POWERS MJ. **Ferrans and Powers Quality of Life Index: Questionnaires and Scoring** [text on the Internet]. Chicago: University of Illinois; 2008. Available from: <http://www.uic.edu/orgs/qli/questionnaires/questionnairehome.htm>.

JONATHAN, Eva Gertrudes. **Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida**. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a04>. Acesso em 03 ago. 2014.

KIMURA M, SILVA JV. Índice de qualidade de vida de Ferrans e Powers. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, dez, 2009. ISSN:1098-1104. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342009000500014&...>. acesso em 25 jun. 2014.

MINAYO. Maria Cecília. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. 2000. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1) :7-18.

MACHADO, Laura. **Índice de mobilidade sustentável para avaliar a qualidade de vida urbana: estudo de caso Região Metropolitana de Porto Alegre**. UFRGS. 2010. Dissertação.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E ABASTECIMENTO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO. Cooperativismo de gênero. Brasília: MAPA/ACS, 2009. 162 p. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br/arq_editor/CooperativismoeAssociativismo/PublicacoesMídias/Cooperativismo de Gênero.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/CooperativismoeAssociativismo/PublicacoesMídias/Cooperativismo%20de%20Gênero.pdf)>. Acesso em 21 de jun. 2014. p. 53-58; 132-136.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – RS: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/mídias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 21 jul.2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Qualidade de vida como valor do cooperativismo**. Brasília, 2012. 52 p.



SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** 2ª ed. Belo horizonte: Editora UFMG, 2012. 207 p.

REALIDADE E FICÇÃO NO FILME COCO CHANEL E IGOR STRAVINSKY

Nelson Batista Zimmer – Universidade Feevale¹

Juracy Assmann Saraiva - Universidade Feevale²

PALAVRAS – CHAVE: Cinema, cinebiografias, Chanel.

1. INTRODUÇÃO

A presença marcante de cinebiografias sobre mulheres chama a atenção entre as diversas produções cinematográficas deste início de século. Entre as personagens femininas, destaca-se o interesse dedicado a Gabrielle Chanel (1883-1971), protagonista de duas produções para o cinema europeu – *Coco antes de Chanel* (2009)³ e *Coco Chanel & Igor Stravinsky* (2009)⁴ – e uma minissérie norte-americana para a TV entre 2008 e 2009 – *Coco Chanel* (2008)⁵. Essa constatação demonstra a importância que tem sido dada ao gênero *cinebiografia* e a relevância da presença de personagens femininas como protagonistas.

Chanel já teve sua vida abordada em 1969 no musical da Broadway *Coco*, em que foi interpretada por Katherine Hepburn. Em 1981, foi lançado o filme *Chanel Solitaire*, estrelado por Marie-France Pisier. A estilista é considerada uma personagem cinematográfica por excelência por críticos como Eduardo Viveiros (2010), do site *Omelete*, e pela historiadora Maria Del Priore (2009), em texto para a extinta revista *Bravo!* Com Audrey Tautou no papel principal, *Coco antes de Chanel* (2009) é, segundo o crítico, o “mais pop e meloso” dos três filmes, feitos recentemente sobre a estilista. *Coco Chanel* (2008), estrelado por Shirley MacLaine, é classificado como o mais

¹ Bolsista CAPES, Bacharel em Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo e mestrando em Processos e Manifestações Culturais. Dedicou-se às áreas de Cultura, Mito, Cinema e Moda.

² Pós-Doutora em Teoria da Literatura pela Unicamp, professora da Universidade Feevale e pesquisadora dessa instituição e do CNPq.

³ Da cineasta nascida em 1959 em Luxemburgo Anne Fontaine.

⁴ De Jan Kounen nascido em 1964 na Nova Zelândia.

⁵ Com direção de Christian Duguay, nascido em 1957, em [Outremont, no Quebec, Canadá](#).

completo e como a “biografia mais óbvia de mademoiselle”. Por sua vez, *Coco Chanel & Igor Stravinsky* (2009), que teve sua estreia no Brasil em 2010, tem sido avaliado como aquele filme que faz justiça à estilista.

Há milhares de títulos que abordam a vida e os pensamentos da estilista Gabrielle Bonheur Chanel (1883-1971), que nasceu em Saumur, Sul da França, em 19 de agosto de 1883. Filha do caixeiro-viajante Albert Chanel e da camponesa Jeanne Devolle, ficou órfã de mãe aos 12 anos, segundo alguns relatos. Outros autores, como Karbo (2010), registram que ela tinha apenas 6 anos. Cresceu em um orfanato, junto com seus irmãos. De acordo com Moreira (2002), ao longo da sua vida, Gabrielle lutou para apagar sua história familiar e inventou muitas histórias para ocultar a infância pobre e solitária.

De acordo com Paul Ricoeur (1997), a história e a ficção só se concretizam, cada uma com sua respectiva intencionalidade, tomando empréstimos da intencionalidade da outra. A história, como investigação e registro dos fatos sociais da humanidade, não renega a ficção e a ficção, através de seus romances e poesias, aproxima-se do pensamento científico. Ricoeur define ainda (*apud* FIGUEIREDO, 2010) que toda experiência humana está mediada pelos sistemas simbólicos e, dentre eles, a narrativa, pois a maior parte das informações circulam por “ouvir dizer”.

Este artigo tem por objetivo debater as relações entre ficção e realidade no filme *Coco Chanel e Igor Stravinsky*, baseado no livro de mesmo título de Chris Greenhalgh, definido pela editora como ficção biográfica. Para dar conta deste objetivo, articula autores que tratam da biografia da estilista, além do próprio Greenhalgh (2010), recorre-se a Charles-Roux (2008), Karbo (2010), Mazzeo (2011), Morand (1989), Moreira (2002), Picardie (2011) e Vaughan (2011), entre outros; de linguagem cinematográfica, como Rodrigues (2002), além das contribuições de Figueredo (2010), Pesavento (2004 e 2008) e Ricoeur (1997). Entre os elementos de linguagem cinematográfica, opta-se aqui por analisar somente o uso da cor, figurinos e planos de câmera. A análise fílmica é a metodologia aplicada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Chris Rodrigues (2002) definiu a linguagem cinematográfica, como os termos técnicos usados em cinema e TV, com objetivo de obter maior uniformidade de comunicação. O cinema faz da imagem um recurso básico de sua linguagem. As cores, para Rodrigues (2002), por

exemplo, têm a função de enquadrar a preocupação estética e de se aproximar, o mais possível da realidade.

O autor afirma que o valor dramático que elas podem conotar faz com que a imagem não apenas seja representativa, mas descritiva. Segundo Rodrigues, a imagem do filme sempre estará no presente, enquanto fragmento de realidade.

Cardoso e Mauad (1997) abordam a imagem a partir de uma concepção peirceana⁶. A imagem representa um ícone – um signo que, na relação signo-referente, designa um objeto ao reproduzi-lo ou imitá-lo, por ter certos traços. Esses signos são imediatamente comunicados por provocarem uma percepção instantânea. Já, segundo Sandra Pesavento (1999), a imagem é uma importante ferramenta para as construções de pensamento, além de provocar um efeito emocional. Pesavento (1999) aponta três características da imagem: é anterior à escrita, tem a intenção de comunicar e é portadora para além daquilo que é mostrado. A partir da intenção de comunicar, isto é, a partir de uma ação humana intencional é que a imagem é dotada de sentido: “A imagem é fruto de uma ação dotada de significado, participando dessa condição tão humana que é a de refazer o mundo através de um conjunto de sinais” (PESAVENTO, 1999).

3. METODOLOGIA

O método escolhido para responder ao problema é a análise semiótica do filme. Entre os elementos de linguagem cinematográfica, opta-se aqui por analisar somente o uso da cor, figurinos e planos de câmera.

4. RESULTADOS:

Os resultados obtidos mostram que *Coco Chanel e Igor Stravinski (2009)* se vale de diversos elementos da narrativa fílmica para comunicar uma possível história entre dois mitos da cultura mundial. Espectadores são convidados a mergulhar num universo de cores, figurinos e enquadramentos de câmera que anunciam um caso de amor entre os protagonistas na ficção, caso que não se confirma na realidade.

5. DISCUSSÃO:

Através da análise fílmica, busca-se encontrar, na narrativa *Coco Chanel e Igor Stravinsky (2009)*, elementos que, de acordo com os autores que embasam este estudo, sinalizam a tênue

⁶ Charles Sanders Peirce utilizou a noção de *ícone*, dentro dos estudos no âmbito da semiótica deuterolinguística.

distinção entre ficção e realidade. Além disso, na narrativa, encontrar através de características como cor, figurino e plano de câmera, uma análise sobre comunicação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ficção e realidade se mesclam em *Coco Chanel & Igor Stravinsky*, seguindo o caminho do livro que inspirou o roteiro. Cores, iluminação, enquadramentos de câmera, planos e figurino são elementos fundamentais para a construção das personagens e das histórias narradas pelo cinema. O filme investe na faceta "mulher fatal" da personagem, e a atriz francesa Anna Mouglalis, modelo da grife Chanel na vida real, representa a estilista com a ambiguidade devida. Ela não é particularmente bonita, mas seu semblante *blasé* e seu olhar decidido a tornam irresistível. No papel de Stravinsky, o dinamarquês Mads Mikkelsen também foi uma escolha acertada para o elenco. As cenas de sexo são cruas e repletas de texturas. Enquanto viveu o *affair* com Stravinsky, Coco coordenou o desenvolvimento da famosa fragrância Chanel Nº5. Mas o filme não se detém nisso, visto que quer retratar a estilista principalmente como uma mulher ousada na cama. Uma vanguardista não apenas na moda, mas também no comportamento.

Poético, quase uma obra de arte, *Coco e Igor* convida o espectador a reviver um possível romance entre esses dois grandes personagens do século XX, revolucionários, cada um em sua área. Entretanto, os autores que buscam contar a história de Gabrielle Chanel não oferecem consenso em relação à veracidade ou não do romance, o que converge para o fato de que nada é consenso em Chanel, ela mesma uma "ficcionalista de sua própria vida". A excelência da fotografia, dirigida por Chattoune Bourrec e Fabien Esnard, impressiona o espectador, e a luz e as cores são utilizadas para colocá-lo dentro das cenas e viver a atmosfera respirada por Igor e Chanel.

O próprio Karl Lagerfeld acompanhou de perto a produção das peças usadas em cada cena. Os figurinos sustentados por Anna Mouglalis constroem uma Gabrielle Chanel mítica, sensual, irresistível desde a primeira cena quando magnetiza olhares ao entrar no teatro dos Champs-Élysées para a estreia de *A sagração da primavera*. Essa é uma Coco Chanel vestida de imaginário, e o figurino se destaca na narrativa fílmica, como era de se esperar. Coco veste preto na maior parte das cenas iniciais, em memória ao luto por Boy Capel, seu grande amor. O uso de tons claros e branco é destacado em um diálogo para indicar que houve, a partir do início do romance com Stravinsky, uma mudança na vida da estilista. Transformados ambos em figuras idealizadas, são interpretados

por atores mais belos e elegantes que eles mesmos: conforme Greenhalgh (2010), o compositor teria apenas 1.50m de altura. Com muitos movimentos de aproximação, em primeiros planos e planos de detalhe ousados, a câmera convida o espectador a participar como *voyeur* das tórridas cenas eróticas entre Igor e Chanel, que primam pelo bom gosto e beleza plástica. A Coco Chanel que está ali é a *femme fatale*, a “devoradora de homens”, a mulher que tem iniciativa nos atos amorosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema**. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARLES-ROUX, Edmonde. *A era Chanel*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

FIGUEIREDO, V. L. F. de. Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção? In: _____. **Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema**. Rio de Janeiro: Ed PUC Rio: 7 Letras, 2010.

GREENHALGH, C. *Coco Chanel & Igor Stravinsky*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

KARBO, K. *O evangelho de Coco Chanel: Lições da mulher mais elegante do mundo*. São Paulo: Seoman, 2010.

MOREIRA, H. *Coco Chanel, revolucionaria de la moda*. Buenos Aires: Longseller, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, S. J. **O mundo da imagem: território da imagem cultural**. In: _____. (org.) *Narrativas, imagens e práticas sociais*. POA: Asterisco, 2008.

PICARDIE, Justine. *Coco Chanel: A vida e a lenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RICOEUR, Paul. **O Entrecruzamento da História e da Ficção**. in: _____. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas - SP: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Chris. *O cinema e a produção*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FILMOGRAFIA

Coco Chanel & Igor Stravinsky (*Coco Chanel & Igor Stravinsky*) – França, 2009. 120 min. Biografia / Drama. Direção: Jan Kounen. Roteiro: Chris Greenhalgh. Elenco: Anna Mouglalis, Mads Mikkelsen, Elena Morozova, Natacha Lindinger, Grigori Manoukov, Rasha Bukvic, Nicolas Vaude, Anatole Taubman, Erick Desmarestz, Clara Guelblum, Maxime Danielou, Sophie Hasson, Catherine Davenier, Olivier Claverie, Anatole Taubmann, Yelena Morozova, Aurélie Le Roc'h.

UM ESTUDO SOBRE TERRITÓRIO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Carla Tatiani Kossman Fassbinder ¹
Universidade Feevale
Valdir Pedde *
Universidade Feevale

Palavras-chave: Educação; Território; Participação.

1- INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem escolar envolve múltiplos saberes, formais e não formais. Nesse sentido, diante do atual modelo educativo proposto no Plano Municipal de Educação (PME), cada vez mais, a comunidade e as famílias adentram o contexto escolar. Posto isto, tem-se que é cada vez maior o encontro entre esses dois saberes, o da escola e o de fora dela, de modo que, dessa relação, múltiplas percepções são construídas a partir dessa interação e a forma como aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora se relacionam com o espaço da escola. Destas múltiplas percepções e relações se produzem novos espaços e que aqui nominaremos como territórios.

Territórios são produzidos através de interações entre pessoas, entre pessoas e instituições, e entre pessoas e lugares. Interação entre pessoas ocorrem por laços de parentesco, amizade, ou por relações sociais mais ou menos obrigatórias, como por exemplo, colegas de trabalho, festas ou mesmo na escola.

Entre pessoas e instituições ocorre quando através de leis e políticas de Estado ou de governo, territórios são constituídos a partir de processos de inventariamento e registro, assim como no reconhecimento de terras pertencentes a quilombos e indígenas, por exemplo. Entre pessoas e lugares quando estes se tornam territórios produtores de identidade e sentido, quando, por exemplo, certo grupo de pessoas passa a frequentar determinado lugar até então tido como um mero lugar e passam, a partir de uma relação afetiva estabelecida com este, a

¹ Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Bolsista Capes. E-mail: carlafassbinder@feevale.br

*Orientador - Líder do Grupo de Pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional, Prof. do Programa de Pós Graduação em Diversidade e Inclusão e Editor-Chefe da Revista Gestão e Desenvolvimento na Universidade Feevale. E-mail: valpe@feevale.br

nominá-lo como o “seu lugar”. Ou ainda, como é o caso de territórios que delimitam posições sociais, classes e/ou grupos sociais. Algo que Norbert Elias tão bem se ocupou em “Os estabelecidos e os Outsiders”.

Estar à margem é do ponto do viés político, punição a opositores. Do ponto de vista econômico, a negação de acesso a determinados serviços e oportunidade que estão mais disponíveis para aqueles que não estão à margem. Em termos educativos e em decorrência dos dois primeiros fatores, significa ter uma relação diferenciada com o próprio espaço escolar e, também, de se ter melhor ou pior desempenho quando avaliados a partir de indicadores objetivos como é caso, por exemplo, da avaliação que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) faz de duas escolas da rede municipal de ensino fundamental de Estância Velha. Uma delas situa-se em território tido como central, daqueles que estão estabelecidos e que possuem melhores condições de acesso ao centro, propriamente dito. A outra escola ocupa um território tido como fronteiro, marginal, daqueles que estão fora, que são outsiders, que estão à margem e que, portanto, possuem mais dificuldades para terem acesso ao centro e a seus recursos (mas não se trata de uma questão econômica).

Assim, a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico realizada em duas escolas da rede municipal de Estância Velha, busca-se compreender melhor o modo como essas territorialidades – daqueles que estão dentro e daqueles que estão fora – são construídas e implicam no estabelecimento de diferentes relações e desempenhos quando avaliados pelo IDEB.

Há de se considerar, também, que essa reflexão faz parte de uma pesquisa maior, onde procuramos compreender os sentidos da participação nas escolas por parte das famílias em três cidades do Vale do Rio dos Sinos, a saber: Estância Velha, Campo Bom e Novo Hamburgo. A presente reflexão aqui apresentada é apenas uma primeira sistematização a partir de algumas incursões realizadas nas escolas que passaremos a nos ocupar a seguir e que, neste momento, fazendo um trocadilho com Levi-Strauss, são boas para pensar e não, ainda, para se teorizar e fazer afirmações conclusivas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As conexões que o sujeito estabelece para com outras pessoas, instituições e espaços, não são aleatórias e são, portanto, o resultado de experiências vividas e compartilhadas por

um determinado grupo ou sociedade. Pois, como diria Clifford Geertz (1989), estamos imersos numa teia de significados com infinitas ligações e possibilidades.

É no interior dessa comunidade de sentido, portanto, como quer Backzo (1984), ou imaginada como quer Anderson (2008), em que o sujeito está inserido e é socializado, que aprende a ver e a perceber o mundo de determinada maneira (ARIÉS, 1981).

É, também, no interior da família, da vivência do espaço da cidade e da escola que esse sujeito aprende a dar valor a objetos que de outra forma lhe passaria despercebido, algo, portanto, que é tangível, não apenas na sua materialidade, mas, sobretudo, no sentido simbólico. Pensar a tangibilidade de um determinado lugar e seu sentido é buscar perceber o lugar que este ocupa no mundo da comunidade e do seu entorno (MEIRELLES & PEDDE, 2014).

Sabe-se que o território, enquanto espaço vivido é repleto de significações e sentidos. Haesbaert (2005) já nos apontava que o território é um espaço que inspira (ou pode inspirar) a identificação dos sujeitos a uma afetiva apropriação do espaço vivido. Essa apropriação constitui-se em um espaço simbólico “carregado de marcas do ‘vivido’” (HAESBAERT, 2005, p. 6774-75), ou seja, é um espaço socialmente construído.

O território também pode ser pensado como quer Milton Santos (2000), como um lugar carregado de sentido, que possui suas rugosidades e que permite aqueles que nele se situam diferentes leituras dele próprio, mas que é, também, uma forma de ordenamento do real a partir de esquemas simbólicos comuns a determinado conjunto de indivíduos que compartilham um mesmo espaço. O espaço da escola, portanto, enquanto território de significado para o sujeito é mais do que um “ter” uma escola, mas é, sobretudo, um “ser” com a escola, onde a identidade do sujeito é construída na e pela relação.

Após estas reflexões, nos sentimos convidados a pensar não como a escola, enquanto espaço de aprendizado, “faz” o aluno e o seu desempenho, para perguntar em que medida as relações do bairro e das famílias “fazem” a escola.

3. DISCUSSÃO

Com vistas a se distanciar das análises de um foco mais sociológico e/ou da sociologia da educação que acentuam, por vezes, tão somente preocupações sobre a reprodução social, ou da falta ou má aplicação dos recursos públicos em educação, procuramos pensar a escola a

partir de um viés constitutivo que referenda a construção de uma territorialidade e pertencimento, dando relevo as relações e construções simbólicas da dimensão humana.

Trazer o sujeito para dentro da análise é, portanto, necessário. Pois, é através dele e das relações que este estabelece para com outros indivíduos, para com o Estado e para com o espaço que poderemos compreender o porquê de duas escolas, com situações similares, encontrarem-se em situação tão diversa. E, neste sentido, olhar o microcosmo – e a significação que essa assume para aqueles que estão vinculados a uma ou outra escola – é, para nós um caminho interessante a ser perseguido.

No que se refere ao entorno dessas escolas, tem-se que, logo de chegada, quando nos direcionamos a cada uma delas, as diferenças ficam muito claras na medida em que, apesar de estarem acerca de seis minutos de carro uma da outra, estas nos remetem a realidades completamente diversas. Apesar de ambas serem, de certa forma, contíguas e próximas a BR 116, a primeira delas, E.M.E.F. Fernando Ferrari, é um lugar bom para estar na medida em que, já estamos nela, sem estarmos nela, pois, pouco muda na paisagem urbana até que cheguemos nela.

A descrição acima colocada não se aplica a E.M.E.F. Cândido Rondon. Em primeiro lugar, a chegada a ela ocorre através de um certo vazio urbano, uma vez que ela se encontra longe do centro da referida municipalidade, longe dos interesses imobiliários e em área de difícil acesso. Assim, o bairro fica reduzido a uma realidade político-geográfica típico das regiões de fronteira, onde todos são responsáveis ao mesmo tempo por tudo, mas, também, por nada. De modo que, pertencer a estas regiões de fronteira, implica admitir sentimentos de pertencimentos dúbios, multifacetados, por vezes, contraditórios até.

Neste sentido, dada à ausência de um circuito de “uma vida local”, tem-se que, quem está lá quer sair e/ou têm sua vida fora dali. Tem sua vida no centro da cidade, ou das cidades vizinhas, onde trabalha, estuda, faz compras e/ou simplesmente caminha para uma praça para conversar ou tomar um café. Rotinas urbanas comuns, mas que não são pensadas como uma tecnologia social que produz pertencimento e territorialidade.

Na escola de alto IDEB, o espaço da escola é tido como um espaço de vivência, de partilha, de convívio de gerações na medida em que, é bastante comum, em alguns momentos do calendário letivo, e principalmente nas atividades que exigem a participação da comunidade escolar, encontrar até três gerações de uma mesma família que têm a escola

E.M.E.F. Fernando Ferrari como seu locus de pertencimento e a ela se referirem como “a escolinha que estudei”, “a escola que quero que meu filho estude”, “a nossa escola”, entre outras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A questão que aqui propomos para encerrar esse texto não é a negação do que hoje se têm, mas sim, em avançar e se fazer perguntas. E, talvez, é justamente aí que reside o trabalho do pesquisador, tornar aquilo que é “bom para pensar” em algo bom para repensar, pois é somente a partir de questões que a priori podem parecer estranhas, que grandes avanços são produzidos. A questão da territorialidade e do pertencimento no contexto escolar, portanto, nos instiga a refletir cada vez mais sobre questões que orbitam no campo da subjetividade. E, neste sentido, pensar em modos e tecnologias sociais que nos ajudem a gerar esse sentimento, talvez, seja um caminho a ser seguido com vistas a se alterar a dura realidade que possuem escolas como a E.M.E.F. Cândido Rondon.

5. REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIÉS, Philippe. **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. v.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 296-331.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HAESBAERT, Rogério Costa. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: CONGRESSO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 5. 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.

MEIRELLES, Mauro. ; PEDDE, Valdir. **Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade**. Estudos de Sociologia, v. 1, n. 20, 2014. [On Line].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

UMA REFLEXÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS CAPAS DA REVISTA JUNIOR

Carlos Augusto Reinke – FEEVALE¹

Cláudia Schemes – FEEVALE²

Palavras Chaves: Consumo. Identidade. Cultura. Homossexualidade.

A construção identitária pode ser encarada como um processo subjetivo e dinâmico articulado dentro de uma relação de conflito e complementação entre o sociológico e o psicológico, em outras palavras, a identidade pode ser encarada como um fenômeno de ordem psicossocial produzida pelo meio cultural e expressa na vida cotidiana no que tange as questões de inserção social e política dos indivíduos, segundo Deschamps (2009, p.17) “[...] é simplesmente o conflito entre a afirmação e a necessidade individual e a afirmação e a necessidade coletiva [...]”. Buscando ater-se na questão de inovação, elemento difundido dentro do panorama científico atual, optou-se em refletir sobre as representações do homossexual masculino em relação à imagem presente nas mídias e a construção identitária cultural e psicossocial deste grupo, uma vez que no panorama da sociedade brasileira o reconhecimento da homossexualidade é um processo relativamente recente.

Neste sentido é possível consolidar a seguinte questão norteadora: o diálogo estruturado pela mídia direcionada ao público homossexual pode estar relacionado a questões de identidade deste grupo?

Desta forma, o objetivo geral deste projeto é refletir a cerca das representações midiáticas do sujeito homossexual masculino na revista Junior como forma de estruturar um diálogo com o leitor por meio do processamento de imagens ofertadas na capa da revista. Dentro disto será possível a realização de recortes mais específicos, tais como, refletir acerca da representação do sujeito pelas mídias; e analisar como a mídia direcionada ao homossexual masculino deixa latente um simbolismo que torna possível a estruturação de um diálogo entre leitor e a revista por meio de elementos relacionados a identidade homossexual masculina.

Sendo assim, partindo da premissa de que a metodologia científica, segundo Cleber C. Prodanov e Ernani Freitas (2013), consiste em um conjunto de processos e operações mentais adotados na construção da pesquisa, eles serão empregados com o objetivo de delimitar um

¹ Carlos Reinke – Mestrando no curso de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale; bacharel em Moda pela mesma Instituição e colaborador no Centro de Design da Feevale.

² Claudia Schemes – Doutora em História e professora do curso Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

processo sequencial a fim de organizar os estudos do autor. Neste sentido, a partir do estudo bibliográfico será realizada uma análise qualitativa da capa da revista Junior, periódico que em seu site oficial se define como “Revista direcionada ao público gay, sem conteúdo adulto. Comportamento, cultura, moda, música, arte, cinema e homens brasileiros. Junior é pop e sexy sem ser sexista, pop.” (SITE OFICIAL, acessado 27 Mai. 2013). Será aplicada uma análise semiótica a edição #47, publicada em Janeiro de 2013, de acordo com a metodologia de Lúcia Santaella (2002), onde são analisados determinados elementos visuais e textuais buscando apontar possíveis elementos de identificação, que estruturam um diálogo entre leitor e publicação.

Figura 1 - Capa da revista Junior edição #47



Fonte: Revista Junior

É possível destacar em relação ao ponto de vista qualitativo-icônico, que “refere-se aos aspectos qualitativos de um produto, peça ou imagem” (SANTAELLA, 2002, p.70), que nesta capa há a predominância do tom laranja, utilizada no nome da revista e nos destaques das reportagens. O uso desta cor faz uma alusão ao programa da rede globo Suburbia, no qual o modelo da capa era protagonista. Além disto, é possível observar que na fotografia da capa predominam os tons escuros sobre a imagem, como o preto, o castanho e o verde musgo. O uso do contraste entre as cores branca e laranja da capa tem o intuito de fornecer um destaque aos elementos textuais, quando se aborda a homossexualidade e a religião; a terapia contra a homossexualidade; o questionamento sobre a real “cura” deste tratamento; e os desdobramentos políticos e religiosos que tangem a homossexualidade.

Em relação aos aspectos singulares-indicativos, que avalia a relação entre a imagem e o contexto dela dentro da realidade como um elemento da construção da mensagem da capa, observa-se que nesta edição o corpo do modelo é muito pouco explorado na imagem, sem a

exposição do físico de forma sensualizadas, sendo mantido apenas o olhar fixo ao possível leitor da revista, na busca de construir um diálogo. De certa maneira a justificativa para esta mudança na exploração da imagem fotográfica pode ser percebida ao analisar a manchete que destaque nesta edição – “Querem te curar. Jura? Como assim?” – que apresenta um debate sobre este tema sobre a proposta do projeto da “cura gay”, do deputado João Campos (PSDB-GO). O projeto tinha como objetivo permitir “[...] o tratamento psicológico de pacientes que quisessem ‘reverter’ a homossexualidade.” (SITE G1, acessado em 07/04/2014). A associação entre a homossexualidade e possíveis métodos de “reversão” de certa maneira podem ser encaradas como um retrocesso nas questões relacionadas ao reconhecimento da diversidade e dos direitos alcançados até o momento pelos homossexuais, como afirma a conselheira do Órgão Federal de Psicologia, Cynthia Ciarallo, em entrevista ao portal de notícias G1 (2013).

Outro elemento a ser mencionado é que na imagem o modelo utiliza uma gargantilha com um pingente no formato de cruz e que na diagramação da capa é enquadrada logo ao lado da reportagem citada no parágrafo anterior. Ao resgatar as colocações de Santaella (2002), é possível avaliar a “função da manipulação e uso” dos elementos presentes na imagem, uma vez que este ícone próximo à reportagem, de certa maneira é uma forma de demonstrar que a revista não é contra a religião, apenas luta contra o preconceito religioso que surge dentro da cultura judaico-cristã.

O último item, diz respeito aos elementos convencionais-simbólicos, que Santaella (2002) que avaliam os elementos textuais que compõem a capa, no intuito de compreender o sentido que elas carregam. Diante disto é possível observar que o uso da expressão “Querem te curar.”, se relaciona ao contexto histórico-social da época quando a discussão em torno do projeto lançado na câmara dos deputados de uma possível “Cura Gay” estava latente e amplamente discutida por grupos de apoio aos movimentos homossexuais, religiosos e conservadores. Portanto a revista abstrai o uso da expressão “Cura Gay”, uma vez que o uso do termo “curar” já sintetiza todo o sentido da reportagem. Já na segunda parte do título da reportagem – “Jura? Como assim?” – a revista na verdade estrutura uma representação do que seria um diálogo entre a revista e seu leitor por meio de duas expressões que podem ser associadas respectivamente aos pensamentos mais comuns que podem surgir quando se menciona uma possível cura à homossexualidade: “Isto é possível?” e “Como é que ocorre a cura?”.

Em um título que sucede o da manchete. “A farsa da terapia para alterar a sexualidade.” é possível observar que a revista toma um posicionamento no qual se coloca contra a proposta, uma vez que a classifica como uma farsa. Além disto, observa-se que a

revista substitui o termo homossexualidade por sexualidade, abrangendo todos os grupos nos quais a homossexualidade se desdobra. Já no título “Relatos de quem passou por este ‘tratamento’” de forma abrangente busca também apresentar a cura como ineficaz por meio de depoimentos de personagens que passaram pelo tratamento. E por fim, no item “O debate político e o conflito religioso”, busca trazer as colocações dos universos políticos e o religioso que permeiam todo este debate em relação à aprovação da proposta na época em que foi sugerida. Além disso, é possível observar que há uma menção ao fato do posicionamento, muitas vezes radical, de teorias religiosas contra a homossexualidade quando se observa o emprego do termo “conflito” junto à palavra “religioso”.

Desta forma pressupõe-se, no que tange os aspectos da linguagem verbal presente na capa da revista, é estruturada uma estratégia discursiva baseada no reconhecimento identitário com o leitor e que não se restringe somente à capa da publicação, mas permeia todo seu conteúdo. Esta relação possível entre linguagem midiática e reconhecimento identitário é um dos conceitos de Orlandi (2010), no qual a autora diz que, ao falar, o sujeito constitui um sentido e, assim como a si próprio, um processo de formação da identidade na relação com a língua. Indo de encontro às afirmações de Kathryn Woodward (2008, p.8), em que a autora menciona que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas.” possibilitando pressupor que tanto quanto defender o movimento homossexual e buscar os direitos a este grupo, a revista Junior estrutura nos discursos de suas capas uma forma de orientação, que de certa maneira pode ser encarada como uma forma de fundamentação e fortalecimento da identidade do homossexual leitor da revista.

REFERÊNCIAS

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais.** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009. 288 p.

REVISTA JUNIOR. Ed. 42, São Paulo: MixBrasil. Agosto 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada.** São Paulo, SP Pioneira Thomson Learning, 2002. xvii, 186 p.

SITE G1 – Política. **Câmara decide arquivar projeto que autoriza 'cura gay'**. On Line. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/camara-decide-arquivar-projeto-que-autoriza-cura-gay.html>> Acessado em: 07 Abr. 2014.

SITE G1 – Política. **Conselho Federal de Psicologia vê retrocesso em aprovação da cura gay** On Line. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/conselho-federal-de-psicologia-ve-retrocesso-em-aprovacao-da-cura-gay.html>> Acessado em: 07 Abr. 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso** – princípios e procedimentos. Campinas: editora pontes, 2010.

WOODWARD, Kathryn. (2009). **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. p. 7-72.